

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico e Estratégia Empresarial
(PPGDEE)

George Eduardo Bezerra

**EFEITOS DE POLÍTICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO
DESENVOLVIMENTO LOCAL: UMA ANÁLISE PARA A REGIÃO
INTERMEDIÁRIA DE MONTES CLAROS**

Montes Claros - MG
Março / 2026

George Eduardo Bezerra

**EFEITOS DE POLÍTICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO
DESENVOLVIMENTO LOCAL: UMA ANÁLISE PARA A REGIÃO
INTERMEDIÁRIA DE MONTES CLAROS**

Dissertação na linha de pesquisa de Desenvolvimento Econômico, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico e Estratégia Empresarial (PPGDEE), da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Econômico e Estratégia Empresarial.

Orientadora: Prof.^a Dra. Maria Alice Ferreira dos Santos

Montes Claros - MG
Março / 2026

GEORGE EDUARDO BEZERRA

**EFEITOS DE POLÍTICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO
DESENVOLVIMENTO LOCAL: UMA ANÁLISE PARA A REGIÃO
INTERMEDIÁRIA DE MONTES CLAROS**

Dissertação na linha de pesquisa de Desenvolvimento Econômico, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico e Estratégia Empresarial (PPGDEE), da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Econômico e Estratégia Empresarial.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Maria Alice Ferreira dos Santos
Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes
Orientadora e Presidente da Banca

Prof.^a Dra. Camila Lins Rodrigues
Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes

Prof. Dr. Frederick Fagundes Alves
Universidade Federal do Amazonas – UFAM
Universidade de Brasília – UnB

Montes Claros – MG
Março / 2026

B574e Bezerra, George Eduardo.
Efeitos de políticas de transferência de renda no desenvolvimento local [manuscrito]: uma análise para a região intermediária de Montes Claros / George Eduardo Bezerra. – Montes Claros (MG), 2026.
98 f. : il.

Bibliografia: f. 89-98.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico e Estratégia Empresarial/PPGDEE, 2026.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Alice Ferreira dos Santos.

1. Política de transferência de renda. 2. Desenvolvimento regional. 3. Desenvolvimento econômico. 4. Política social. 5. Pobreza. I. Santos, Maria Alice Ferreira dos. II. Universidade Estadual de Montes. III. Título. IV. Título: uma análise para a região intermediária de Montes Claros.

Dedico este trabalho aos meus pais, que sempre me incentivaram ao caminho da bondade e da humildade, e às minhas irmãs, que são para mim os melhores exemplos disso.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, meu refúgio e minha fortaleza, que me sustentou até aqui.

Aos meus pais, Ulga e Valter, que sempre demonstraram o quanto me amam em tudo o que fizeram e fazem por mim, e se empenharam para que eu tivesse o conforto que muitas vezes lhes faltou ao longo da vida.

Às minhas irmãs, Kelly e Kátia, pelo incentivo, carinho e cuidado para comigo. Não sei o que seria de mim sem vocês! Estendo minha gratidão também aos meus cunhados, Josué e Edilio, pelo apoio e ajuda sempre que foi necessário, e às minhas sobrinhas Stella, Maitê, Helena e Elisa, simplesmente por existirem e encherem os meus dias com alegria e doçura.

A todos os meus amigos, em especial à Emille, Danielle, Suely e Matheus, pessoas maravilhosas e grandes incentivadores do meu crescimento pessoal e profissional.

Aos meus colegas, ex-colegas e amigos da Codevasf, em especial à Kellen, Givaldo, Ludimila, Marco Tulio, Bárbara, Isadora, Thomáz, Aldo e Roberta, pelo incentivo a cursar o mestrado e apoio constante nesta caminhada.

Aos meus colegas do PPGDEE, especialmente às amigas Iara e Tainá, que tornaram esta trajetória mais feliz e os momentos difíceis mais leves.

À Prof.^a Dra. Simone Tiêssa e à Rosana Mourão: vocês foram fundamentais na minha formação profissional, por isso sempre serei profundamente grato a vocês pelo apoio recebido quando precisei.

À minha orientadora Dra. Maria Alice, exemplo de professora e orientadora, pela sabedoria, incentivo, paciência, confiança e por ter acreditado no meu potencial. Agradeço profundamente pelos ensinamentos compartilhados e pela serenidade no seu ensino.

Aos professores do PPGDEE, registro minha profunda gratidão pelos ensinamentos, pela orientação intelectual e pela dedicação ao longo desta jornada. Cada disciplina, discussão e orientação contribuiu de maneira decisiva para o amadurecimento das ideias que culminaram na construção deste trabalho. Estendo minha gratidão a todos os servidores e estagiários do programa, que me receberam de forma tão acolhedora desde o primeiro momento.

Por fim, agradeço a Unimontes pela oferta do PPGDEE e pela oportunidade de desenvolver esta pesquisa em um ambiente comprometido com a formação científica e o desenvolvimento regional. Espero, como profissional, poder retribuir à sociedade e à própria instituição, no futuro, parte de tudo aquilo que aqui recebi.

*Quem se compadece do pobre ao Senhor
empresta, e este lhe paga o seu benefício.*

(Provérbios 19:17)

RESUMO

As políticas públicas de transferência de renda constituem instrumento central no combate à pobreza e à desigualdade no Brasil, suscitando, ao mesmo tempo, amplo e recorrente debate acadêmico acerca de seus reais efeitos sobre o desenvolvimento socioeconômico. Nesse contexto, o presente estudo teve por objetivo analisar os efeitos das políticas de transferência de renda no desenvolvimento dos municípios da Região Geográfica Intermediária de Montes Claros, no período de 2013 a 2019. O referencial teórico percorre os conceitos de políticas públicas e sociais, com ênfase no Programa Bolsa Família (PBF) e no Benefício de Prestação Continuada (BPC), articulando-os às discussões sobre desenvolvimento econômico regional, território, desigualdades espaciais e pobreza multidimensional. A revisão da literatura empírica nacional e internacional evidencia que programas de transferência condicionada e não condicionada de renda produzem efeitos que transcendem o alívio imediato da pobreza, impactando indicadores de saúde, educação e crescimento econômico local. Do ponto de vista metodológico, a pesquisa adotou um modelo Tobit com dados em painel com efeitos aleatórios, aplicado a uma amostra composta pelos 86 municípios integrantes da referida região, totalizando 602 observações. A variável dependente adotada foi o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), e as variáveis explicativas centrais corresponderam aos valores repassados pelo PBF por família beneficiária e pelo BPC por beneficiário, controlados pelo Produto Interno Bruto (PIB) municipal e pelo nível de emprego formal. Os resultados confirmam a hipótese central da pesquisa: ambas as políticas de transferência de renda exercem efeitos positivos e estatisticamente significativos sobre o desenvolvimento local. A inclusão de variáveis binárias de controle regional revelou que Januária e São Francisco apresentam defasagens estruturais significativas em relação à região de Montes Claros, persistentes mesmo após o controle pelas transferências de renda, pelo PIB e pelo emprego formal. Conclui-se que as políticas de transferência direta de renda não se restringem ao alívio imediato da pobreza, possuindo capacidade concreta de movimentar positivamente a base da estrutura socioeconômica local, ao gerar efeitos multiplicadores sobre a demanda, estimular o comércio e os serviços e contribuir para a melhoria de indicadores de desenvolvimento.

Palavras-chave: Política de transferência de renda; desenvolvimento regional; desenvolvimento econômico; política social; pobreza.

ABSTRACT

Public income transfer policies constitute a central instrument in the fight against poverty and inequality in Brazil, simultaneously giving rise to broad and recurring academic debate regarding their actual effects on socioeconomic development. In this context, the present study aimed to analyze the effects of income transfer policies on the development of municipalities in the Intermediate Geographic Region of Montes Claros, from 2013 to 2019. The theoretical framework covers the concepts of public and social policies, with emphasis on the Programa Bolsa Família (PBF) and the Benefício de Prestação Continuada (BPC), linking them to discussions on regional economic development, territory, spatial inequalities, and multidimensional poverty. A review of the national and international empirical literature shows that both conditional and unconditional cash transfer programs produce effects that go beyond the immediate alleviation of poverty, impacting health and education indicators as well as local economic growth. From a methodological standpoint, the research employed a Tobit model with random effects applied to panel data, covering a sample of the 86 municipalities comprising the region, totaling 602 observations. The dependent variable adopted was the FIRJAN Municipal Development Index (IFDM), and the central explanatory variables corresponded to the amounts transferred by the PBF per beneficiary family and by the BPC per beneficiary, controlled for municipal Gross Domestic Product (GDP) and the level of formal employment. The results confirm the central hypothesis of the research: both income transfer policies exert positive and statistically significant effects on local development. The inclusion of regional binary control variables revealed that Januária and São Francisco exhibit significant structural lags relative to the Montes Claros region, which persist even after controlling for income transfers, GDP, and formal employment. It is concluded that direct income transfer policies are not limited to the immediate relief of poverty; they have a concrete capacity to positively mobilize the foundation of the local socioeconomic structure by generating multiplier effects on demand, stimulating trade and services, and contributing to improvements in development indicators.

Keywords: Cash transfer policy; regional development; economic development; social policy; poverty.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Literatura sobre efeitos das transferências de renda.....	49
Quadro 2 – Municípios e Regiões Imediatas da Região Intermediária de Montes Claros.....	55
Quadro 3 – Apresentação das variáveis utilizadas no modelo	56
Quadro 4 – Componentes do IFDM, por área de desenvolvimento	57

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Estatísticas das variáveis utilizadas no modelo	62
Tabela 2 – Estatísticas das variáveis utilizadas no modelo: <i>overall</i> , <i>between</i> e <i>within</i>	64
Tabela 3 – Estatísticas das variáveis utilizadas no modelo: análise por região imediata	66
Tabela 4 – Estatísticas das variáveis dos municípios com IFDM crítico (menor que 0,4)	71
Tabela 5 – Estatísticas das variáveis dos municípios com IFDM moderado (0,6 a 0,8)	72
Tabela 6 – Estatísticas das variáveis PBF e BPC com ponderações por PIB e população	74
Tabela 7 – Estatísticas das variáveis PBF e BPC com ponderações, por Região Imediata.....	75
Tabela 8 – Matriz de correlação linear entre as variáveis	77
Tabela 9 – Resultados da estimação: IFDM em função das transferências de renda (2013-2019).....	78
Tabela 10 – Resultados da estimação: efeitos marginais médios	79
Tabela 11 – Resultados da estimação com controle por região (2013-2019).....	81

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Histograma de Frequência: IFDM.....	64
Gráfico 2 – <i>Box plot</i> : Distribuição do IFDM por Região Imediata.....	67
Gráfico 3 – Evolução dos valores médios das transferências: 2013 a 2019.....	70
Gráfico 4 – <i>Box plot</i> : Distribuição do PIB por Região Imediata.....	73

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	17
2.1 Políticas públicas: conceito, ciclo e avaliação de políticas e programas	17
2.2 Políticas sociais, o Programa Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada	23
2.3 Desenvolvimento, território e desigualdades regionais	26
2.4 Pobreza: da renda à abordagem multidimensional	33
3 REVISÃO DE LITERATURA: EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS	38
4 METODOLOGIA.....	55
4.1 Área de Estudo e Fonte de Dados	55
4.2 Procedimentos Analíticos	58
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	62
5.1 Descrição Analítica das Variáveis Utilizadas no Modelo.....	62
5.2 Estimação do Desenvolvimento Municipal em Função das Transferências de Renda...	78
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
REFERÊNCIAS	89

1 INTRODUÇÃO

As políticas públicas de transferência de renda têm sido um tema recorrente nas discussões sobre desenvolvimento socioeconômico no Brasil desde a década de 1990. O advento da Constituição Federal de 1988 — com a previsão legal de direitos sociais e instituição do instrumento da Seguridade Social —, bem como a posterior aprovação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) na década de 1990, viabilizaram a estruturação de políticas públicas sociais focalizadas. Essas medidas, pautadas na transferência direta de renda, embasaram a criação do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e do Programa Bolsa Família (PBF), como parte dos esforços do Poder Público para redução da pobreza.

O BPC, apesar de ser uma pensão não contributiva da Previdência do país, funciona, em termos práticos, como uma política de transferência direta de renda. Contudo, embora o programa possua décadas de existência no país, este tem os seus desdobramentos sociais pouco estudados (Kassouf; Oliveira; Aquino, 2011). O benefício constitui-se de pagamento mensal de um salário mínimo para idosos acima de 65 anos e pessoas com deficiência, incapazes de manterem a si mesmos, que tenham renda familiar per capita inferior a 25% do salário mínimo vigente. Já o PBF é um programa de transferência de renda com condicionalidades que prevê combater o ciclo intergeracional da pobreza, via transferência de recursos financeiros diretamente aos beneficiários, bem como atuar na promoção do acesso aos serviços básicos de educação e saúde para as famílias beneficiadas (Ferreira, Pereira, Monteiro, 2013).

No entanto, os efeitos desse tipo de política pública vão além da mera distribuição de recursos, impactando diversos aspectos do desenvolvimento regional, como crescimento econômico local (Rougier; Combarous; Fauré, 2018), e indicadores de saúde, como cobertura vacinal, e, ainda, características educacionais, como média de anos de estudo e redução na distorção idade-série (Monteiro *et al.*, 2010; Cattelan; Bezerra; De Mello, 2020; Neri; Osorio, 2019), com efeitos duradouros sobre escolarização, renda, segurança alimentar, despesas e poupança (Grisolia, 2024, Crosta *et al.*, 2024).

A julgar pela vasta literatura e produção científica existente sobre o tema (Passos *et al.*, 2023; Meira *et al.*, 2022), nota-se que a criação e manutenção desse tipo de política pública traz consigo um amplo debate, sobretudo no âmbito acadêmico, dos seus reais efeitos econômicos e sociais. Há ainda um forte estereótipo de parte da população quanto aos beneficiários dos programas sociais, por vezes de cunho ideológico e alheio às evidências

empíricas correspondentes (Mundim *et al.*, 2019), algo historicamente reforçado por meio de um processo de desinformação midiático, conforme identificado por Leite *et al.* (2019).

Dados de fevereiro de 2026 indicam um valor total repassado naquele mês de aproximadamente 13 bilhões de reais, para um total de 18,8 milhões de famílias beneficiárias do PBF, e um valor total repassado ao BPC superior a 10 bilhões de reais, para um total de aproximadamente 6,4 milhões de beneficiários (Brasil, 2025), sendo a soma deste valor mensal de ambas as políticas equivalente a 0,18% do Produto Interno Bruto (PIB) de 2025. Com isso, dada a abrangência dos respectivos programas em todo o território nacional e a formulação dessas políticas com base na integração com outros entes federados, de forma descentralizada, torna-se relevante a realização de estudos empíricos que busquem identificar e explicar as relações existentes entre os dados destas duas principais políticas de transferência direta de renda existentes no Brasil, e seus efeitos no desenvolvimento local.

Assim, a relevância desta pesquisa se fundamenta na necessidade de compreender os efeitos multidimensionais das políticas de transferência de renda, não apenas como instrumentos de alívio imediato da pobreza, mas também como potenciais catalisadores de promoção do desenvolvimento socioeconômico de uma região específica. Estudos anteriores focalizados na região geográfica intermediária de Montes Claros (anteriormente denominada Norte de Minas) investigaram especificamente as características relacionadas à segurança alimentar dos beneficiários do PBF (Nunes; Cruz; Pinho, 2014) e em como as famílias beneficiárias lidam com as condicionalidades nas áreas de saúde e educação impostas pelo programa (Oliveira *et al.*, 2013), ambos com análise restrita a apenas um município. Contudo, uma análise abrangente da Região Geográfica Intermediária de Montes Claros¹ como um todo permite uma compreensão mais aprofundada das particularidades e desafios enfrentados por municípios e regiões imediatas com características socioeconômicas semelhantes.

Diante disso, faz-se a seguinte indagação: quais os possíveis efeitos das políticas públicas de transferência direta de renda, como do PBF e BPC, no desenvolvimento socioeconômico dos municípios da Região Geográfica Intermediária de Montes Claros?

A Região Geográfica Intermediária de Montes Claros é historicamente marcada por disparidades socioeconômicas em relação a outras áreas do estado, com um dos maiores índices de intensidade de pobreza de Minas, apresentando-se como um campo fértil para a análise dos

¹A Região Geográfica Intermediária de Montes Claros é composta por 86 municípios, a serem descritos no capítulo 4 (Metodologia), e foi instituída no ano de 2017 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, por meio da publicação “Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias”.

impactos dessas políticas (Santos; Pales; Rosa, 2020). Na segunda metade do século XX, mais precisamente na década de 1960, um evento marcante transformou a região norte de Minas Gerais. O Estado e a União incluíram essa área no âmbito de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), promovendo incentivos fiscais e financeiros para impulsionar o desenvolvimento local. A partir dessa iniciativa, a indústria começou a se instalar na região, com Montes Claros como principal polo, devido às suas condições favoráveis para esse tipo de atividade. Esse processo industrial incentivou a migração de trabalhadores rurais para os centros urbanos, resultando gradativamente no esvaziamento das áreas rurais do norte de Minas. Essa migração gerou um aumento populacional expressivo em cidades como Montes Claros, o que, por sua vez, impulsionou o crescimento do setor de serviços (Santos; Pales; Rosa, 2020; França, Soares, 2011).

Com o tempo, a região passou por uma transição de uma estrutura majoritariamente rural para uma urbana. Essa transformação intensificou-se após a integração da região à SUDENE, em meio a um processo de expansão das relações capitalistas de produção, vinculado ao modelo de internacionalização econômica e modernização agrícola. Essas mudanças impactaram profundamente a cultura sertaneja local, predominantemente rural até então, promovendo uma ruptura nas formas tradicionais de organização sociocultural, que eram fortemente ligadas à agropecuária (Santos; Pales; Rosa, 2020; França; Soares, 2011).

Contudo, apesar dos impulsos industriais e do crescimento urbano proporcionados pela atuação da SUDENE, a região não logrou romper com o ciclo histórico de pobreza e desigualdade, de forma homogênea. A modernização econômica beneficiou de forma concentrada o polo de Montes Claros, enquanto grande parte dos municípios vizinhos permaneceu à margem do desenvolvimento, com estruturas produtivas frágeis, baixa geração de emprego e renda, e elevada dependência de transferências governamentais. Nesse contexto, as políticas públicas de transferência direta de renda emergem como instrumentos centrais de intervenção estatal na tentativa de mitigar as persistentes disparidades socioeconômicas da região.

Este estudo se propõe a investigar, portanto, como os programas de transferência de renda têm influenciado o desenvolvimento local nessa região específica, considerando aspectos socioeconômicos e regionais.

Nesse sentido, a presente pesquisa tem por objetivo geral analisar os possíveis efeitos das políticas de transferência de renda no desenvolvimento dos municípios da Região Geográfica Intermediária de Montes Claros no período de 2013 a 2019, sendo a escolha do

período delimitada pela disponibilidade dos dados utilizados no estudo, considerando que, a partir do ano de 2020, devido à pandemia de Covid-19, os dados do Programa Bolsa Família sofrem abrupta redução devido ao surgimento do Auxílio Emergencial, de caráter temporário e que não constitui objeto deste estudo. Como objetivos específicos, buscou-se: (i) delimitar uma fundamentação teórica acerca de: o conceito de política pública, enfatizando as políticas sociais, com a descrição das políticas públicas investigadas; da expansão do conceito de desenvolvimento, com introdução de abordagens territoriais e reconhecimento de desigualdades regionais; e por fim, da pobreza, cuja abordagem se expandiu de uma visão restrita à renda para uma abordagem multidimensional; (ii) elaborar uma revisão de literatura de estudos quantitativos acerca dos programas de transferência de renda desenvolvidos no Brasil e as evidências empíricas da relação entre estas políticas e indicadores socioeconômicos; (iii) realizar análise estatística descritiva dos dados das variáveis utilizadas; (iv) estimar a relação dos efeitos dos programas de transferência de renda com o nível de desenvolvimento econômico da região intermediária de Montes Claros no período de 2013 a 2019.

Para tanto, o estudo estimou um modelo *Tobit* com dados em painel, cuja finalidade foi responder ao problema de pesquisa e atingir os objetivos propostos utilizando variáveis que representam os dados do PBF e BPC, principais programas de transferência de renda do Brasil, o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), desenvolvido pelo Sistema FIRJAN (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro), cujo indicador geral agrega três indicadores de desenvolvimento específicos: emprego e renda, educação e saúde, além das variáveis de controle do Produto Interno Bruto (PIB) municipal e vínculos formais de emprego.

A princípio, considerando a literatura existente a partir dos estudos empíricos supracitados, dentre outros relacionados, a presente pesquisa partiu da hipótese de que as políticas públicas de transferência de renda exercem efeitos positivos no desenvolvimento local, especialmente em regiões imediatas menos favorecidas socialmente e economicamente, onde os seus efeitos são potencializados.

A Região Geográfica Intermediária de Montes Claros ostenta a maior área dentre as regiões intermediárias de Minas Gerais, com um total de 124.063,79 km², equivalente a 21,14% da área total do estado, é formada por sete regiões imediatas (Espinosa, Janaúba, Januária, Montes Claros, Pirapora, Salinas e São Francisco) e oitenta e seis municípios, possuindo 1,65 milhão de habitantes, representando 8,1% da população do estado. Contudo, a representação populacional não se reflete no âmbito econômico, haja vista a reduzida participação no PIB do estado de Minas Gerais, de apenas 4,2% no ano de 2023 (IBGE, 2025). Embora o PIB da região

tenha aumentado no período de 2010 a 2020, sua participação econômica no estado apresenta tendência de diminuição, haja vista o crescimento econômico significativo ocorrido para o estado, com o PIB mais do que duplicando na última década, contudo, concentrado em poucas regiões, refletindo o processo histórico de desigualdade e concentração de renda do estado, que por sua vez, reproduz a realidade brasileira.

A justificativa deste estudo reside na contribuição acadêmica de aprofundar o conhecimento sobre os impactos das políticas de transferência de renda no desenvolvimento local, especialmente em uma região marcada por vulnerabilidades socioeconômicas, como a região de Montes Claros, ampliando o debate sobre a efetividade dessas políticas para além do alívio imediato da pobreza, mas também do desenvolvimento socioeconômico. Do ponto de vista de sua aplicabilidade prática, os resultados poderão subsidiar gestores públicos na formulação e avaliação de políticas sociais mais eficazes e direcionadas, permitindo ajustes baseados em evidências para o aprimoramento das estratégias de desenvolvimento econômico regional e redução de desigualdades.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo tem como objetivo apresentar uma breve contextualização sobre conceitos, ciclo e avaliação de políticas públicas, descrevendo os programas investigados; sobre a expansão do conceito de desenvolvimento, com introdução de abordagens territoriais e reconhecimento de desigualdades regionais; e sobre a pobreza, cuja abordagem se expandiu de uma visão restrita à renda para uma abordagem multidimensional.

2.1 Políticas públicas: conceito, ciclo e avaliação de políticas e programas

Embora atualmente o campo de estudo de políticas públicas tenha consolidado o seu significado, ao longo do tempo surgiram várias conceituações distintas para definir o que é uma política pública, sendo que a melhor ideia do conceito pode ser obtida pela ponderação entre mais de uma explicação. Secchi (2010, p. 2) define política pública como “uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público”. Para Rua (2009), as políticas públicas (*policy*) são um dos produtos resultantes da atividade política (*politics*), posto que abrangem o conjunto de decisões e ações que envolvem a alocação de valores envolvendo bens públicos. Dye (1984, *apud* Souza, 2006) resume política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. Figueiredo e Figueiredo (1986), por sua vez, definem políticas públicas como resultados de decisões governamentais cujos objetivos envolvem a geração de um produto físico, mensurável (associado a programas governamentais e/ou serviços públicos), bem como a geração de um impacto, físico e mensurável, ou subjetivo, quando é capaz de modificar comportamentos, atitudes e opiniões.

De modo geral, as diferentes conceituações convergem para o entendimento de que uma política pública é um conjunto de ações do governo, formuladas para oferecer benefícios planejados à população e promover mudanças no sistema social, configurando-se como intervenções previamente esperadas pelos cidadãos. A partir das políticas públicas, então, o governo corresponde às expectativas dos cidadãos com a entrega de resultados, visando o interesse público. Sendo assim, para a presente pesquisa, este será o entendimento adotado, ao qual acrescenta-se a pertinente síntese de Souza (2006, p. 36) quanto às características de uma política pública:

Das diversas definições e modelos sobre políticas públicas, podemos extrair e sintetizar seus elementos principais:

A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz.

A política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes.

A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras.

A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados.

A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo.

A política pública envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação.

Nesse sentido, dada a abrangência das políticas públicas quanto à finalidade e forma de aplicação, e considerando ainda o processo político envolvido na sua formulação, a categorização do conceito torna-se relevante para análise de políticas públicas. Lowi (1972) foi precursor nesta categorização, cuja contribuição tratou de estabelecer quatro tipos de políticas públicas, baseando-se no critério de impacto esperado na sociedade, sendo elas: políticas regulatórias, constitutivas, distributivas e redistributivas. As políticas regulatórias possuem caráter mais normativo, ao estabelecerem padrões de comportamento, produto ou serviço para atores públicos e privados, como por exemplo as regras de operação de mercado financeiro, códigos de trânsito, etc. (Secchi, 2010; Lowi, 1972).

As políticas constitutivas (também denominadas *meta-políticas*) envolvem a definição de competências, jurisdições, e inclusive norteiam a elaboração das políticas públicas, posicionando-se acima dos outros três tipos de políticas e moldando a dinâmica política nessas arenas, como por exemplo, as regras de distribuição de competências entre poderes e regras da participação da sociedade civil em decisões públicas. As políticas distributivas, por sua vez, estão relacionadas à concessão de benefícios que se concentram em grupos delimitados de pessoas, cujo custo é difuso de modo coletivo a todos os contribuintes, enquanto as políticas redistributivas concedem benefícios restritos a algumas categorias de indivíduos às expensas de custos concentrados sobre outros grupos de indivíduos, também delimitados, constituindo-se um jogo de soma zero, por vezes conflituoso (Secchi, 2010; Lowi, 1972).

Isto posto, a visibilidade e a importância do campo de conhecimento de políticas públicas, reafirmadas nas últimas décadas, incluindo suas instituições, regras e modelos para elaboração, implementação e avaliação, podem ser atribuídas a fatores como: adoção de políticas restritivas de gasto, comuns aos países em desenvolvimento, que trazem maior visibilidade ao desenho e a execução de políticas públicas, tanto econômicas como sociais; ascensão de novas visões acerca do papel do governo, em detrimento das políticas keynesianas do pós-guerra, que passaram a ser substituídas por políticas de austeridade fiscal, a partir da

década de 1980, especialmente em países com histórico de escaladas inflacionárias como os da América Latina; dificuldade que os países, em especial os recém-democratizados, enfrentam para formar coalizões políticas eficazes para criar políticas públicas que promovam o desenvolvimento econômico e a inclusão social (Souza, 2006).

Desde sua origem nos anos 1950, o campo de estudo das políticas públicas tem mantido uma relação estreita com a perspectiva de que o processo político se desenvolve por meio de uma sucessão de estágios distintos. O modelo de ciclo de políticas públicas tem sido utilizado como referência fundamental para organizar e comparar os variados debates, abordagens e modelos no campo, além de permitir a avaliação das contribuições individuais de cada abordagem para a disciplina (Jann; Wegrich, 2007).

Nesse sentido, o processo de elaboração de uma política pública (*policy-making process*) pode ser representado por um esquema de interpretação que segmenta esse processo em fases sequenciais e interdependentes, facilitando sua organização e compreensão. Esse esquema, denominado ciclo de políticas públicas (*policy cycle*), constitui um elemento essencial na análise de políticas públicas, refletindo a dinamicidade dos processos político-administrativos e servindo como um modelo heurístico adequado para analisar o ciclo de vida de uma política pública (Secchi, 2010; Frey, 2000).

De acordo com o modelo exposto por Secchi (2010), o ciclo de políticas públicas é composto por sete fases principais: (1) identificação do problema, (2) formação da agenda, (3) formulação de alternativas, (4) tomada de decisão, (5) implementação, (6) monitoramento e avaliação e (7) extinção. Na etapa de identificação do problema, diversos atores políticos, incluindo partidos, agentes e organizações não governamentais, identificam e buscam inserir problemas públicos na lista de prioridades governamentais, formando assim a agenda, que reflete os temas que serão tratados pelo governo. A formulação de alternativas envolve a criação de estratégias, programas e ações para atingir os objetivos definidos. Na tomada de decisão, os interesses dos atores são considerados e as estratégias são selecionadas. A fase de implementação materializa os resultados concretos da política por meio de regras, rotinas e ações. A avaliação subsequente examina o desempenho da política, fornecendo feedback sobre seu impacto e efetividade. Por fim, a extinção ocorre quando a política é encerrada, seja pelo alcance dos objetivos ou por outras razões. Contudo, há que se ressaltar que, embora representado de forma sequencial, o ciclo nem sempre segue essa ordem rigidamente, podendo apresentar fases sobrepostas ou alternadas na prática (Secchi, 2010; Roth Deubel, 2009; Frey, 2000).

Com o crescimento significativo do campo de estudos de políticas públicas durante as décadas de 1960 e 1970, os modelos de estágios – também conhecidos como fases do ciclo de políticas – emergiram como uma resposta fundamental à necessidade de organizar e sistematizar um volume cada vez maior de literatura e pesquisa sobre o tema. Atualmente, a segmentação desse processo em distintas etapas, como a definição da agenda, a formulação de políticas, a tomada de decisão, a implementação e a avaliação (que pode, eventualmente, culminar na extinção da política), consolidou-se como a abordagem convencional para descrever a cronologia e a dinâmica envolvidas no ciclo de vida de uma política pública (Jann; Wegrich, 2007).

Assim, apesar da diversidade conceitual, o ciclo preserva cinco etapas básicas (perspectivas de ações), a saber: definição da agenda, formulação, tomada de decisão, implementação e avaliação, conforme apresentado por Jannuzzi (2011, p. 261) como o “ciclo de políticas e programas públicos”, considerando ainda que “cada etapa do ciclo envolve o uso de um conjunto de indicadores de diferentes naturezas e propriedades, em função das necessidades intrínsecas das atividades aí envolvidas” (Jannuzzi, 2005, p. 147).

A elaboração de políticas públicas deve, idealmente, contribuir de maneira efetiva para a solução de problemas existentes ou, ao menos, para a mitigação dos impactos negativos que esses problemas geram sobre a sociedade. Nesse contexto, a fase de avaliação do ciclo de políticas públicas assume um papel crucial, uma vez que é nesse estágio que os resultados almejados durante a formulação das políticas tornam-se o foco principal de análise. A lógica normativa amplamente aceita é de que qualquer política pública deve, em última instância, ser avaliada com base nos objetivos inicialmente propostos e nos impactos que se pretendia alcançar. Essa premissa constitui o ponto de partida essencial para o processo de avaliação, permitindo uma análise criteriosa sobre a eficácia, eficiência e relevância das políticas implementadas (Jann; Wegrich, 2007).

A avaliação e o monitoramento de políticas públicas, além de oferecerem uma análise detalhada sobre a efetividade das ações implementadas, desempenham um papel fundamental na promoção da transparência e na garantia da responsabilização no âmbito do setor público. Com isso, ao incluir a aferição dos recursos financeiros investidos em determinada política e a mensuração dos resultados alcançados, esses processos permitem não apenas verificar se os objetivos foram atingidos, mas também assegurar que o uso dos recursos públicos seja feito de maneira eficiente, ética e responsável. Dessa forma, a avaliação contínua e o monitoramento

sistemático contribuem para o aprimoramento das políticas, fortalecendo a confiança da sociedade nas instituições e nos gestores públicos (Ceneiva; Farah, 2012).

A perspectiva atual da avaliação de políticas públicas consiste em julgamentos deliberados sobre a validade de propostas de ação pública e o êxito ou fracasso dos projetos implementados, conforme apontam Costa e Castanhar (2003, p. 972), que destacam que o objetivo precípua da avaliação é “guiar os tomadores de decisão, orientando-os quanto à continuidade, necessidade de correções ou mesmo suspensão de uma determinada política ou programa”. No entanto, embora essa finalidade seja amplamente reconhecida, observa-se que ainda não há um consenso sobre o que exatamente constitui a avaliação, dada a diversidade de abordagens e interpretações existentes. Essa multiplicidade decorre das diferentes perspectivas adotadas por distintas áreas do conhecimento, como a economia, a ciência política, a administração pública e a sociologia, resultando, por vezes, em definições contraditórias e em abordagens variadas para o processo avaliativo (Cunha, 2018).

Uma parte expressiva dos estudos sobre os processos de avaliação de políticas públicas desenvolvidos desde a década de 1960, cujo epicentro, em grande medida, tem sido e continua sendo a academia norte-americana, concentra-se nas questões metodológicas e nas diversas formas de classificação da avaliação. De modo geral, a avaliação de políticas públicas tem sido categorizada com base em três dimensões principais: o momento em que ocorre no ciclo de vida da política ou programa (antes da implementação, durante sua execução ou após sua conclusão), a posição do avaliador em relação ao objeto avaliado (avaliador interno, externo ou semi-independente) e a natureza do objeto avaliado, que pode incluir o contexto em que a política foi formulada, os insumos utilizados, os processos envolvidos e os resultados alcançados. Essas classificações proporcionam uma estrutura analítica que facilita a compreensão e o aprimoramento das práticas avaliativas, contribuindo para o desenvolvimento de políticas mais eficazes e transparentes (Faria, 2005; Cotta, 2001). As avaliações ainda podem ser classificadas como formativas, quando ocorrem durante a implementação da política/programa, ou somativas, quando realizadas após a implementação, verificando-se a sua efetividade (Cunha, 2018). Também relacionadas ao momento da avaliação de uma política, estas podem ser classificadas como avaliações *ex ante*, *in itinere* e *ex post*, que correspondem, respectivamente, às fases anteriores à implementação, durante a implementação (monitoramento, visando ajustes imediatos), e, por fim, após a implementação da política (Costa; Castanhar, 2003).

De acordo com Secchi (2010), para a realização de uma avaliação de políticas públicas, torna-se imprescindível a definição clara de critérios, indicadores e padrões que orientem o processo avaliativo. Com isso, os critérios adotados funcionam como parâmetros fundamentais que permitem ao avaliador julgar o bom ou mau desempenho de uma política pública, assegurando maior rigor e objetividade na análise. Dentre os principais critérios utilizados, destacam-se: a economicidade, que se refere ao grau de utilização dos recursos empregados; a eficiência, subdividida em econômica (relação entre recursos utilizados e produtividade gerada) e administrativa (adesão ao cumprimento de normas e diretrizes estabelecidas); a eficácia, que avalia o nível de alcance das metas e objetivos propostos; e a equidade, que diz respeito à distribuição justa e homogênea de benefícios ou punições entre os públicos-alvo da política (Secchi, 2010). No que se refere especificamente à eficiência, seu vínculo com o desempenho organizacional, incluindo o setor público, é indissociável, uma vez que, conforme Maximiano (2004), o desempenho de uma organização é considerado aceitável ou satisfatório quando os problemas dos usuários são resolvidos por meio de uma utilização adequada e racional dos recursos disponíveis.

Conforme descrito por Secchi (2010), a operacionalização dos critérios de avaliação de políticas públicas ocorre por meio de indicadores, que são instrumentos essenciais para mensurar diferentes dimensões do processo e dos resultados de uma política. Os indicadores são, geralmente, classificados em três categorias principais: *input*, *output* e *outcome*. Os indicadores de *input* referem-se aos recursos empregados na execução da política, abrangendo recursos financeiros, materiais e humanos. Os indicadores de *output*, por sua vez, relacionam-se à produtividade gerada pela política, mensurada, em geral, de forma quantitativa, como o número de serviços prestados ou produtos entregues. Por fim, os indicadores de *outcome* dizem respeito aos efeitos produzidos pela política sobre seu público-alvo, avaliando sua capacidade de resolver ou mitigar o problema que motivou sua criação. Esses indicadores costumam ser operacionalizados por meio de métricas como médias ou percentuais de satisfação dos usuários, níveis de cumprimento das diretrizes por parte dos agentes públicos, entre outras medidas que refletem o impacto real da política pública sobre a sociedade (Secchi, 2010; Jannuzzi, 2005).

A análise e a avaliação de uma política pública, embora relacionadas quanto ao objeto, diferem: a primeira foca o processo de construção da política, enquanto a segunda observa seus resultados com base em critérios definidos (Serafim; Dias, 2012). De acordo com Secchi (2010, p. 49), “a avaliação é a fase do ciclo de políticas públicas em que o processo de implementação

e o desempenho da política pública são examinados com o intuito de conhecer melhor o estado da política e o nível de redução do problema que a gerou”.

A avaliação pode ser aplicada a diferentes níveis de intervenção pública, abrangendo atividades, serviços, programas e políticas, embora sua implementação seja mais comumente observada nos dois últimos casos. A avaliação de programas, em particular, tende a ser mais frequente na maioria dos países quando comparada à avaliação de políticas. Isso ocorre porque os programas, ao tratarem de ações mais delimitadas e simplificadas, apresentam mecanismos e instrumentos de execução mais claros e resultados mais visíveis, o que facilita o processo avaliativo. Enquanto as políticas públicas, muitas vezes, envolvem diretrizes amplas e multifacetadas, os programas possuem objetivos específicos, prazos definidos e escopos limitados, o que torna o monitoramento e a análise de seus impactos mais tangíveis e gerenciáveis. Dessa forma, a avaliação de programas não apenas se mostra mais acessível, mas também proporciona um retorno mais imediato e preciso sobre a eficácia das intervenções realizadas (Silva *et al.*, 2007).

2.2 Políticas sociais, o Programa Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada

A ampliação dos direitos de cidadania e a expansão do papel do Estado a partir das demandas sociais intensificaram-se no século XX, quando, após a consolidação dos direitos civis e políticos, emergiram os direitos sociais e as políticas públicas voltadas à sua efetivação. Quanto às políticas sociais, conforme explicitado por Fleury (2010, n.p.):

O termo designa o conjunto de intervenções políticas de caráter distributivo, voltadas para assegurar o exercício dos direitos sociais da cidadania e impulsionar a segurança e coesão da sociedade por meio do acesso e utilização de benefícios e serviços sociais considerados como necessários para promover a justiça social e o bem-estar dos membros da comunidade.

A expansão do papel do Estado ocasionada pelas políticas sociais e suas demandas variou conforme as características sociais e valores predominantes em cada sociedade. Analisando o desenvolvimento dos sistemas de proteção social em países industrializados, identificaram-se tipologias² que consideram tanto os elementos ideológicos e valorativos quanto os organizativos e institucionais. Essas tipologias também destacam as relações entre os

² Entre as tipologias mais influentes, destaca-se os “três mundos do *welfare state*” de Esping-Andersen (1990) – Liberal, Conservador e Social-democrata.

modelos de proteção social e as condições de cidadania em cada contexto, evidenciando que os mesmos benefícios sociais podem assumir significados políticos distintos (Fleury, 2010; 1994).

Os modelos de proteção social são estruturados com base em modalidades distintas de organização e atendimento às demandas sociais, por meio de diferentes formas institucionais. As três principais modalidades de proteção incluem a assistência social, o seguro social e a seguridade social, cada qual associada a um tipo específico de relação de cidadania: cidadania invertida, cidadania regulada e cidadania universal, respectivamente (Fleury, 2010; 1994).

No modelo assistencial de política pública (social), as ações voltam-se para os mais vulneráveis, com caráter emergencial e inspiradas na caridade. Organizadas por meio de uma combinação entre trabalho voluntário e políticas públicas, são medidas compensatórias que, embora ofereçam acesso a bens e serviços, não configuram um direito social. Esse modelo resulta em uma cidadania invertida, pois os beneficiários precisam provar sua falha no mercado para serem considerados aptos ao auxílio, o que pode reforçar o estigma da exclusão. Contudo, a assistência social, ao adquirir o status de política pública, marcou uma ruptura com o legado assistencialista, posicionando-se como área legítima de intervenção estatal (Monnerat e Souza, 2011; Fleury, 1994).

Em contraste com o modelo assistencial, o seguro social baseia-se na lógica contributiva, vinculando o acesso a benefícios à participação prévia no mercado de trabalho formal e ao pagamento de contribuições, o que o aproxima de um direito condicionado à inserção ocupacional. Já a seguridade social, tal como concebida nas constituições europeias do pós-guerra e na Constituição brasileira de 1988, organiza-se como um sistema integrado de proteção que articula saúde, previdência e assistência social, orientado pelo princípio da universalidade da cobertura e do atendimento, ampliando o estatuto de cidadania para além da lógica estrita do seguro ou da caridade. Assim, assistencialismo, seguro social e seguridade social expressam diferentes formas de articulação entre mercado, Estado e família na provisão de proteção, bem como distintos critérios de acesso e de reconhecimento de direitos (Monnerat e Souza, 2011; Fleury, 1994).

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 adotou o modelo de Seguridade Social, fundamentado na universalidade e na integração dos direitos sociais à cidadania, estabelecendo assim um novo padrão constitucional para políticas sociais, caracterizado pela universalidade de cobertura, reconhecimento dos direitos sociais (inclusive à renda mínima), dever estatal, regulação de práticas privadas de relevância pública, cogestão entre governo e sociedade, e um modelo descentralizado de organização. No campo da assistência social, a Lei nº 8.742 de 1993

(Brasil, 1993), denominada Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, redefiniu a assistência como direito do cidadão e responsabilidade do Estado, com políticas não contributivas voltadas às necessidades básicas. Contudo, a implementação da LOAS enfrentou dificuldades devido à fragmentação histórica do setor. Ainda assim, a lei trouxe um novo enfoque político, visando reconhecer e legitimar as demandas dos usuários e transferir o conceito de "assistidos" para "beneficiários". Em 2003, o combate à pobreza tornou-se uma prioridade governamental, reforçando a assistência social como uma política pública central (Monnerat e Souza, 2011; Fleury, 2010).

O PBF, inicialmente criado em 2003, por meio da Medida Provisória nº 132, e posteriormente instituído pela Lei nº 10.836/2004 como instrumento destinado às ações de transferência de renda com condicionalidades aos cidadãos brasileiros, incorporou programas já existentes como o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), criados durante a década de 1990 e início dos anos 2000 (Brasil, 2004).

O desenho do PBF estabelecia dois tipos de benefícios: básico e variável, sendo este último subdividido em mais quatro subtipos (gestantes, nutrízes, crianças entre zero e doze anos, adolescentes de até 15 anos). A partir de 2012, famílias que se enquadrassem na faixa de extrema pobreza, conforme faixas de renda estabelecidas pelo programa, recebiam parcela de valor como benefício adicional para superação da extrema pobreza. Trata-se de uma política social com condicionalidades, uma vez que as famílias beneficiárias devem cumprir certas condições para recebimento e manutenção do benefício, como manter as crianças na escola, realizar acompanhamento de saúde, e manter suas informações cadastrais atualizadas (Brasil, 2004; Denes, Komatsu, Menezes-Filho, 2018).

O BPC, por sua vez, é um programa de assistência social instituído pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela LOAS em 1993. O seu público-alvo são idosos a partir de 65 anos e pessoas com deficiência em situação de extrema pobreza, que têm direito a receber o benefício no valor de um salário mínimo mensal. O benefício é de natureza não contributiva e sem condicionalidades para sua manutenção, contudo, com critério de elegibilidade de renda familiar *per capita* inferior a um quarto do salário mínimo, e ainda, para pessoas com deficiência, é realizada uma avaliação médica e social (Brasil, 1993).

Ao longo dos anos, o BPC passou por algumas modificações importantes: em 2003, o Estatuto do Idoso trouxe questões relevantes para a implementação de políticas públicas de proteção à pessoa idosa; em 2015, crianças com microcefalia afetadas pelo Zika Vírus passaram

a receber o BPC com urgência e prioridade. Contudo, em 2019, a Medida Provisória - MP nº 894/2019 instituiu uma pensão especial para crianças com microcefalia decorrente do Zika vírus, nascidas entre 2015 e 2018, substituindo o BPC para esse grupo específico (Neto e Bezerra, 2023).

É importante ressaltar que o PBF e o BPC enfrentaram desafios e alterações nos últimos anos, especialmente durante os governos Temer e Bolsonaro, com modificações que restringiram o acesso ao benefício, conforme apontado por Peres (2024). Essas mudanças têm gerado debates sobre a necessidade de garantir e ampliar o acesso aos direitos das pessoas com deficiência e idosos em situação de vulnerabilidade (Girolimetto; Otero; Cugula, 2024). Contudo, a partir de 2020, a irrupção da pandemia de Covid-19 forçou uma inflexão nessa trajetória restritiva: o governo Bolsonaro criou o Auxílio Emergencial, que chegou a atender cerca de 78,6 milhões de beneficiários, e substituiu o PBF pelo Auxílio Brasil em 2021, elevando o valor médio do benefício. Em contexto eleitoral, o piso foi ampliado para R\$ 600 em 2022. Já no governo Lula, a partir de 2023, o programa retomou a denominação Bolsa Família e incorporou benefícios adicionais por criança e gestante, mantendo o piso de R\$ 600 e expandindo a cobertura para cerca de 21 milhões de famílias, mais que o dobro do contingente atendido antes da pandemia (Brasil, 2025).

Conforme versam Bernardi e Silvestre (2023), tanto o PBF quanto o BPC são fundamentais para a redução das desigualdades sociais no Brasil, alinhando-se com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), especialmente o ODS nº 10 - Redução das Desigualdades. Isso corrobora parte da literatura existente, cuja hipótese é de que a transferência direta de renda incide diretamente na diminuição da desigualdade, ocasionando, em certo grau, a redução nos níveis de concentração de renda, e conforme apontam Barreto, Jorge Neto e Tebaldi (2001) e Fajnzylber (1990), tal redução pode atuar, indiretamente, como indutora de algum crescimento econômico. Mais evidências empíricas acerca dos efeitos de políticas de transferência de renda no desenvolvimento estão apresentadas no capítulo 3 deste estudo.

2.3 Desenvolvimento, território e desigualdades regionais

O desenvolvimento econômico, desde os economistas clássicos, está ligado a conceitos como crescimento, riqueza e produção. Adam Smith, ainda no século XVIII, via a riqueza nacional como resultado da divisão eficiente do trabalho e do livre comércio baseado

em vantagens absolutas. David Ricardo, no início do século XIX, aprimorou o conceito com as vantagens comparativas (especialização na eficiência relativa) e foi pioneiro ao considerar a distribuição interna da riqueza entre proprietários, trabalhadores e capitalistas (Hunt, 2013).

A moderna Economia do Desenvolvimento, inaugurada por Paul Rosenstein-Rodan em 1943³, conforme apontou Arndt (1987), contou com a contribuição de pensadores como Hans Singer, Arthur Lewis, Ragnar Nurkse, Albert Hirschman, Gunnar Myrdal, Raúl Prebisch e Celso Furtado. Estes dois últimos, estruturalistas da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), foram cruciais para a compreensão do Desenvolvimento Econômico e Regional no Brasil (Cardoso, 2012a).

Nesse sentido, o conceito de desenvolvimento econômico surgiu associado, sobretudo, ao aumento da produção e da renda, com ênfase na industrialização, na acumulação de capital e no papel do Estado em coordenar investimentos e superar entraves estruturais. No pós-guerra, a literatura desenvolvimentista e a experiência latino-americana, especialmente a partir da CEPAL, reforçaram essa visão produtivista ao destacar a necessidade de transformação da estrutura produtiva e de políticas estatais ativas para romper a condição periférica e alcançar o crescimento sustentado (Kupfer, 2009).

Com o avanço do debate, tornou-se evidente que crescimento da renda não se confunde automaticamente com desenvolvimento, na medida em que este envolve mudanças estruturais, sociais e institucionais mais amplas, uma vez que o desenvolvimento requer inovação, mudança qualitativa na estrutura produtiva e melhoria efetiva das condições de vida da população, de modo que o aumento do produto é condição necessária, mas não suficiente para caracterizá-lo. Nessa perspectiva, o desenvolvimento passa a ser entendido como um processo que combina expansão econômica com redução de desigualdades e ampliação do bem-estar (Grzybowski *et al.*, 2009).

Nurkse (1952, *apud* Cardoso, 2012a), contribuiu com o debate ao concentrar-se na análise dos entraves à formação de capital nos países subdesenvolvidos. Aqui, embora o capital seja condição necessária ao desenvolvimento, não é suficiente, pois o progresso depende também de fatores sociais, políticos e históricos, sendo que o principal obstáculo ao desenvolvimento seria o denominado círculo vicioso da pobreza, cuja base está no baixo nível de renda e produtividade, que limita tanto a oferta quanto a demanda por capital. Isso cria uma situação de mercado reduzido que desestimula o investimento, dificultando o crescimento.

³ A obra tem por título “Problemas de Industrialização da Europa Oriental e Sul Oriental”, e foi publicada no *The Economic Journal*.

Para quebrar o ciclo da pobreza, Nurkse (1953) propõe o crescimento equilibrado, com investimentos simultâneos em diversos setores para ampliar o mercado interno e aumentar a produtividade, sendo que o foco inicial deve ser a produção doméstica antes da expansão internacional. Nurkse diferencia países: nos densamente povoados, o excedente de mão de obra permite a formação de capital sem prejuízo agrícola (poupança oculta); nos pouco povoados, o desenvolvimento agrícola precede o industrial. Em ambos, no entanto, o planejamento estatal é crucial para canalizar recursos e promover mudanças, de modo que o Estado deve agir direta e indiretamente, planejando, incentivando e removendo barreiras à iniciativa privada. Assim, a formação eficaz de capital exige ações coordenadas entre Estado e sociedade, adaptadas a cada nação, para quebrar o círculo vicioso e gerar progresso econômico cumulativo.

Paralelamente, consolidou-se a percepção de que o desenvolvimento se manifesta de forma desigual no espaço, dando origem a um campo específico de reflexão sobre desenvolvimento regional e local. Inspiradas em Keynes, essas abordagens, como causação circular cumulativa, polos de crescimento e base de exportação, explicam como investimentos iniciais geram efeitos multiplicadores em certos territórios, concentrando renda e emprego, enquanto outros sofrem efeitos regressivos, mostrando que os processos de crescimento tendem a se concentrar em determinados territórios, gerando efeitos de atração de investimentos, mão de obra e inovação, enquanto outras áreas permanecem em trajetória de estagnação ou declínio (Myrdal, 1957; Perroux, 1955; North, 1959).

Myrdal (1957), pioneiro da Economia do Desenvolvimento, criticou a teoria da convergência, destacando as desigualdades internacionais crescentes. Sua principal contribuição é o conceito de causação circular e cumulativa, que explica a tendência dos sistemas sociais a se afastarem do equilíbrio, gerando retroalimentações negativas para os países subdesenvolvidos. Nestes, a ausência de "efeitos propulsores" (que geram crescimento nos desenvolvidos) fortalece os "efeitos regressivos", perpetuando pobreza, desigualdades internas e fragmentação. Myrdal enfatiza que as desigualdades internas e internacionais são mutuamente causais e que, sem intervenção estatal, o mercado agrava essas disparidades. Assim, o autor propõe um plano nacional de desenvolvimento para romper o ciclo do subdesenvolvimento, exigindo análise sistêmica (fatores econômicos e não econômicos interligados) e ação estatal coordenada, pois muitos investimentos necessários não são individualmente lucrativos. Como crítico do equilíbrio e do *laissez-faire*, Myrdal defende que a teoria econômica se torne teoria social, integrando as interações dinâmicas do sistema. Esse posicionamento revela a necessidade de intervenção estatal consciente e planejada, baseada na

profunda compreensão das interdependências estruturais e sociais, para quebrar os mecanismos acumulativos do subdesenvolvimento.

Das décadas de 1950 a 1970, prevaleceu a ideia de que desenvolvimento econômico se resumia a um crescimento contínuo da economia, o que supostamente elevaria o padrão de vida dos mais pobres. Conforme observa Cardoso (2012a), falava-se em "crescimento econômico" nos países ricos e "desenvolvimento econômico" nos pobres, embora ambos indicassem, em essência, o aumento da renda per capita. Contudo, Schumpeter (1911), pioneiro na Teoria do Desenvolvimento Econômico, já assinalava que o verdadeiro desenvolvimento exige inovação e transformação produtiva, não apenas aumento da renda per capita, o que, de certa forma, permitia uma distinção conceitual do crescimento e desenvolvimento econômico. Casos como os de países ricos em recursos naturais, mas sem mudanças estruturais, como aqueles afetados pela doença holandesa⁴, ilustram exceções em que há crescimento aparente sem desenvolvimento real.

Para Celso Furtado (*apud* Bresser-Pereira, 2008), desenvolvimento e crescimento não são idênticos, mas intimamente ligados, de modo que o desenvolvimento inclui o crescimento, indo além dele. Ele argumenta que seria improvável haver crescimento sem mudanças estruturais, já que isso exigiria expansão de todos os setores sem ganho de produtividade. Assim, o crescimento se refere ao aumento da produção em setores específicos, enquanto o desenvolvimento diz respeito aos impactos desse crescimento sobre a estrutura econômica mais ampla, sendo que no longo prazo, mesmo quando há concentração de renda inicial, os salários e a qualidade de vida tendem a melhorar.

Ressalta-se que grande parte dos pioneiros desenvolvimentistas supracitados compartilham do pressuposto de que o desenvolvimento econômico não deve ocorrer de forma espontânea ou desordenada, mas sim por meio de um planejamento econômico estratégico. Essa perspectiva reconhece que, para se alcançar um desenvolvimento econômico estruturado e sustentável, capaz de promover transformações sociais, culturais e institucionais, é indispensável uma ação coordenada que oriente os investimentos, fortaleça a capacidade produtiva nacional e corrija desequilíbrios estruturais históricos.

Nesse sentido, a partir da constatação da necessidade do planejamento econômico, rapidamente se reconheceu o papel central do Estado nesse processo, cuja ideia já constava no

⁴De acordo com Bresser-Pereira (2010), trata-se de um mecanismo em que a exportação abundante de recursos naturais valoriza a moeda nacional, prejudicando a competitividade da indústria manufatureira, de modo que essa apreciação cambial crônica gera desindustrialização e exige políticas ativas, como impostos sobre commodities ou administração da taxa de câmbio, para garantir o desenvolvimento.

texto inaugural de Rosenstein-Rodan. Nos anos 1950, pensadores como Prebisch, Singer, Nurkse, Lewis, Myrdal e Hirschman reforçaram a defesa da intervenção estatal como essencial ao desenvolvimento, sendo que naquele período, a literatura crítica ao livre comércio dominava o debate sobre países menos desenvolvidos. Autores como Prebisch e Myrdal argumentavam que a teoria das vantagens comparativas não se aplicava a essas economias, pois agravava seus desequilíbrios, e como resposta, propunha-se a industrialização por substituição de importações, ideia também apoiada por Lewis, Hirschman e Furtado (Cardoso, 2012b).

Conforme descrito por Vieira e Santos (2012), Celso Furtado era representante da vertente nacionalista ligada ao setor público e influenciado pela CEPAL, sendo defensor de forte intervenção estatal na economia, especialmente por meio de empresas estatais na infraestrutura. Inspirado em correntes como o marxismo, o keynesianismo e a contribuição de Schumpeter, Furtado via o subdesenvolvimento não como etapa natural, mas como uma condição historicamente construída e autogerada, marcada pelo dualismo estrutural e pela inserção subordinada das economias periféricas no sistema internacional. Para ele, a industrialização deveria vir acompanhada de políticas sociais como reforma agrária e redistribuição de renda, com o Estado orientando também o progresso tecnológico, uma vez que via o subdesenvolvimento como consequência histórica das relações desiguais criadas pela Revolução Industrial, que deixaram países periféricos dependentes.

Assim, a modernização da estrutura produtiva exigiria altos investimentos, mas a limitação da poupança interna justificaria a busca por capital externo, preferencialmente via empréstimos governamentais, e não por capital privado estrangeiro. Seu modelo propunha que o Estado atuasse diretamente na produção, visando equilibrar os investimentos regionais e setoriais, reduzir a dependência externa e ampliar o mercado interno, de modo que o desenvolvimento só ocorreria, afinal, com um aumento da produtividade aliado a uma melhor distribuição de renda (Vieira; Santos, 2012; Cardoso, 2012b).

A partir da segunda metade do século XX, abordagens mais recentes, como o desenvolvimento endógeno e a nova economia regional, passam a enfatizar as capacidades locais, o capital social e as instituições como elementos centrais para compreender por que algumas regiões conseguem dinamizar sua base produtiva e outras permanecem marginalizadas. Progressivamente, o debate incorpora a dimensão territorial, mostrando que o desenvolvimento se manifesta de forma desigual no espaço, por meio de processos cumulativos, polos de crescimento e diferentes capacidades regionais.

Conforme descreve Bastos (2005), até a metade do século XX as teorias econômicas predominantes eram baseadas no modelo clássico de crescimento econômico, baseadas na acumulação de capital, que viam desequilíbrios regionais como problemas temporários resolvidos pela livre mobilidade de fatores. Contudo, a partir da década de 1950, surgem as Teorias do Desenvolvimento Regional que, sob inspiração keynesiana, defendem a intervenção estatal e políticas compensatórias para mitigar desigualdades geradas pelo livre mercado (Bellingieri, 2017; Bastos, 2005), com referências fundamentais em Perroux (1955), North (1959), e os já citados Gunnar Myrdal e Albert Hirschman.

Nesse contexto, o modelo de Hirschman do Desenvolvimento Desigual e Transmissão Inter-regional do Crescimento destaca a relevância das decisões estratégicas de investimento e do empreendedorismo local na promoção do desenvolvimento econômico regional, ressaltando que regiões menos desenvolvidas precisam estimular fortemente esses fatores internos para alavancar o crescimento (Lima; Simões, 2010). Já o modelo da Causação Circular Cumulativa, proposto por Myrdal, identifica processos cumulativos positivos ou negativos, nos quais um evento inicial desencadeia efeitos em cadeia, aumentando continuamente o desenvolvimento ou agravando a depressão econômica. Daí a importância de intervenções públicas para corrigir desigualdades regionais decorrentes desses processos cumulativos (Myrdal, 1957; Lima; Simões, 2010).

A teoria dos Polos de Crescimento de Perroux e Boudeville, por sua vez, descreve como a instalação de indústrias líderes, com elevada taxa de crescimento e alto potencial tecnológico, promove o desenvolvimento regional, atraindo novos negócios, estimulando a atividade econômica associada e criando redes interdependentes de produção (Silva, 2004; Lima; Simões, 2010).

Contudo, cabe questionar a associação conceitual direta entre a expansão industrial e o desenvolvimento econômico e social, conforme preconizado pelos pioneiros do desenvolvimento econômico, visto que a simples implantação de indústrias não garante, por si só, uma distribuição de renda mais equitativa (Moura Filho, 2008).

A teoria econômica contemporânea, muitas vezes centrada no utilitarismo e na maximização dos retornos financeiros, frequentemente ignora ou minimiza aspectos sociais e culturais fundamentais ao desenvolvimento regional sustentável, o que torna necessária, portanto, uma revisão dos modelos tradicionais centrados exclusivamente na acumulação de capital, buscando-se abordagens mais abrangentes, que valorizem o bem-estar social, a diversidade cultural e a sustentabilidade ambiental (Cardoso; Ribeiro, 2001).

Diferentemente dos modelos das teorias tradicionais do Desenvolvimento Regional, caracterizados por uma abordagem exógena e *top down* (de cima para baixo), o modelo endógeno considera o território como uma estratégia central para o desenvolvimento, explorando as potencialidades socioeconômicas locais já existentes, promovendo uma dinâmica *bottom up* (de baixo para cima). Nessa perspectiva, o território não se limita a atrair atividades econômicas dinâmicas externas, mas gera internamente essas atividades, permitindo que atores locais ampliem sua autonomia decisória e eventualmente criem ou antecipem acontecimentos positivos, assumindo assim o controle sobre o futuro econômico da região (Amaral Filho, 2001). Nesse sentido, o paradigma do desenvolvimento endógeno engloba várias abordagens específicas, como a Nova Teoria do Crescimento, a abordagem do Capital Social e conceitos de Indústria Criativa e Economia Criativa.

No caso brasileiro, a literatura evidencia que esses processos de concentração espacial do desenvolvimento resultaram em fortes assimetrias territoriais, com concentração de atividades econômicas e infraestrutura em determinados eixos geográficos e persistência de extensas áreas marcadas por baixa diversificação produtiva e precariedade social. As desigualdades regionais expressam, portanto, não apenas diferenças de produtividade e de inserção econômica, mas também disparidades no acesso a serviços públicos, oportunidades de trabalho e condições dignas de vida, como discutem autores que analisam a dimensão territorial do desenvolvimento no Brasil.

Partindo desse pressuposto, Trovão (2022) demonstrou que a chegada da pandemia de COVID-19 ao Brasil em 2020 revelou uma sociedade marcada por extrema desigualdade de renda estrutural, historicamente consolidada, agravada no curto prazo pela crise econômica pós-2015, onde os 10% mais pobres captam apenas 1% da massa de renda e os 10% mais ricos têm renda per capita 62 vezes superior. O isolamento social causou perdas massivas para microempresas e trabalhadores, demandando ação estatal para preservar empregos, renda e suporte aos vulneráveis, expondo fragilidades no acesso a bens essenciais.

Nesse contexto, o aparato de proteção social permanente, como Bolsa Família e BPC, atuou como amortecedor para os estratos inferiores, evitando caos social maior ao sustentar renda domiciliar durante a crise, embora insuficiente para todos os impactos. Medidas emergenciais, como o auxílio de R\$600, beneficiaram informais e desocupados, mas foram limitadas por burocracia, demora e aglomerações, atingindo 54 milhões de pessoas com entraves significativos (Trovão, 2022).

Ainda conforme o autor, quatro desdobramentos territoriais emergem de sua análise: regiões pobres (Norte/Nordeste) sofreram menos devido à focalização do auxílio e proteção permanente; risco de "achatamento" da classe trabalhadora em torno do valor do auxílio; potencial agravamento pela queda no consumo agregado; e perdas inversamente proporcionais ao auxílio, reduzindo desigualdades inter-regionais de forma espúria, com ricos perdendo mais relativamente, evidenciando, portanto, a necessidade de ampliar proteção familiar (PBF/BPC), fortalecer SUS e transformar emergencial em permanente para mitigar pobreza pós-pandemia.

Em síntese, a reflexão sobre desenvolvimento e pobreza deslocou-se de uma visão estritamente produtivista, focada em crescimento da renda e industrialização, para uma perspectiva multidimensional, que incorpora as dimensões social e territorial, evidenciando as profundas desigualdades regionais do Brasil. Assim, é reforçada a noção contemporânea de que desenvolvimento é multidimensional, incorporando explicitamente a dimensão territorial e reconhecendo que a forma como o crescimento se distribui no espaço é parte constitutiva do próprio processo de desenvolvimento. Com isso, ganha centralidade o debate sobre pobreza, que deixa de ser tratada apenas como insuficiência de renda para ser compreendida como um conjunto de privações interligadas que se expressam de maneira particularmente aguda em regiões historicamente desfavorecidas.

A seguir, discute-se a evolução das abordagens sobre pobreza, da concepção unidimensional baseada em renda para as perspectivas multidimensionais que buscam capturar, de forma mais abrangente, as condições de vida da população.

2.4 Pobreza: da renda à abordagem multidimensional

A pobreza é um tema antigo nas ciências sociais aplicadas, presente em praticamente todos os períodos históricos, e na Economia, já era abordada por Adam Smith, tendo sido objeto de estudo por diferentes correntes teóricas desde então. A partir da década de 1960, com o aprofundamento dos debates sobre crescimento e desenvolvimento econômico, o estudo da pobreza ganhou destaque, passando a constituir uma área específica de investigação (Silva; Lacerda; Neder, 2011).

Verifica-se que o conceito de pobreza evoluiu ao longo do século XX, passando de uma visão centrada apenas na sobrevivência física para uma abordagem mais complexa e multidimensional. Inicialmente, a pobreza era entendida como insuficiência de renda para garantir a subsistência mínima, baseada em critérios objetivos como alimentação, moradia e

vestuário, ou seja, um enfoque absoluto que fixava uma denominada linha da pobreza. A abordagem relativa, por sua vez, considerava as disparidades dentro da sociedade, comparando os que têm menos com os que têm mais, evidenciando desigualdades e exclusão social. Os resultados do crescimento econômico observado em países subdesenvolvidos nas décadas de 1960 e 1970, contudo, suscitaram dúvidas sobre a eficácia dessa abordagem. O aumento da renda não eliminou a pobreza como se esperava, o que levou à formulação de novas abordagens que passaram a considerar outras dimensões além da renda monetária. (Romão, 1982; Crespo; Gurovitz, 2002).

No Brasil, as definições oficiais de pobreza e pobreza extrema adotadas seguem os critérios estabelecidos pelo PBF, já que o país nunca estabeleceu uma linha oficial de pobreza baseada em critérios científicos amplamente consensuados, conforme exposto por Avila (2013). Segundo Osório *et al.* (2011), essa definição é, antes de tudo, uma escolha de natureza política, mesmo quando fundamentada em métodos empíricos. Assim, os valores adotados para a linha de pobreza extrema e pobreza foram definidos administrativamente em 2003 e atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) desde então, ficando próximos aos valores utilizados internacionalmente, como os propostos pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

Ao se adotar a renda como critério, considera-se pobre quem tem renda familiar *per capita* abaixo do limite estabelecido, o que evita classificações erradas, como considerar um estudante com baixa renda pessoal como pobre, mesmo vivendo em uma família abastada. Contudo, embora essas linhas permitam comparações internacionais, é preciso cautela ao utilizá-las, pois diferenças regionais nos padrões de consumo e preços podem distorcer os resultados, conforme apontado por Avila (2013).

A abordagem da pobreza monetária relativa amplia esse olhar, analisando o indivíduo em comparação com o padrão de vida da sociedade onde está inserido. Nessa perspectiva, define-se como pobre quem está abaixo de determinado percentual da renda média ou mediana, o que associa diretamente pobreza à exclusão de condições de vida adequadas. Contudo, essa abordagem pode confundir pobreza com desigualdade econômica, já que depende da posição do indivíduo em relação aos mais ricos, e não apenas de suas condições absolutas (Hoffmann, 2000).

Nesse sentido, a partir da década de 1970, o enfoque das necessidades básicas ampliou o debate da pobreza como um fenômeno multidimensional, incluindo elementos como acesso à saúde, educação, saneamento e cultura como critérios para mensurar a pobreza. Na década

seguinte, surge a concepção de privação relativa, que incorpora o aspecto social da exclusão, propondo que a pobreza não é apenas a falta de renda, mas a impossibilidade de viver de forma digna, participar da vida social e exercer liberdade de escolha (Avila, 2013; Crespo; Gurovitz, 2002).

Por conseguinte, Amartya Sen contribuiu com uma das visões mais influentes para o tema: a pobreza como privação de capacidades. Para ele, ser pobre é ter negadas as liberdades de realizar aquilo que a pessoa valoriza, como ser saudável, bem nutrido, instruído e participar da vida em comunidade. A renda, nessa perspectiva, é um meio e não um fim, e só importa na medida em que permite alcançar os funcionamentos desejados. Além disso, fatores como idade, gênero, local de moradia e condição de saúde influenciam diretamente a capacidade de transformar renda em bem-estar. Com isso, o desenvolvimento deve ser visto como expansão das liberdades humanas, entendidas tanto como fins (constitutivos) quanto como meios (instrumentais). São cinco essas liberdades instrumentais propostas por Sen: políticas (direito ao voto, expressão, fiscalização do governo), econômicas (acesso a recursos e mercados), sociais (educação, saúde), garantias de transparência (ausência de corrupção) e segurança protetora (rede de proteção contra vulnerabilidades extremas). Para ele, o verdadeiro desenvolvimento só ocorre quando essas liberdades se fortalecem mutuamente e tornam o indivíduo um agente de sua própria vida (Avila, 2013; Crespo; Gurovitz, 2002; Romão, 1982).

Ampliando ainda mais a discussão, Deepa Narayan, com base em avaliações participativas conduzidas pelo Banco Mundial, incorporou a voz dos próprios pobres à definição de pobreza. Seus estudos revelaram que os pobres percebem a pobreza não apenas como falta de renda ou bens, mas como fome, insegurança, exclusão social, falta de acesso a serviços públicos de qualidade, violência, humilhação, e ausência de poder e voz. Valorizam mais os ativos (terra, saúde, educação, redes sociais) do que a renda em si, pois esses são os recursos que realmente sustentam sua sobrevivência e dignidade (Avila, 2013; Crespo; Gurovitz, 2002).

Para pessoas em situação de pobreza, o bem-estar envolve cinco dimensões: material (alimentos, moradia, renda), física (saúde, força, aparência), segurança (proteção contra riscos e instabilidade), liberdade de escolha e ação (poder sobre a própria vida), e bem-estar social (relacionamentos, respeito e pertencimento à comunidade). Nesse sentido, estratégias eficazes de combate à pobreza devem, portanto, estar baseadas nesse entendimento amplo e respeitar as percepções das próprias pessoas afetadas, caso contrário correm o risco de serem ineficazes ou mesmo rejeitadas (Avila, 2013; Crespo; Gurovitz, 2002).

A abordagem das capacitações influenciou fortemente os estudos sobre pobreza desenvolvidos pela ONU, especialmente por meio do PNUD. Para o PNUD, desenvolvimento humano é o processo de ampliação das oportunidades e do bem-estar dos indivíduos, enquanto a pobreza representa a negação dessas possibilidades fundamentais, de modo que tanto o desenvolvimento quanto a pobreza são fenômenos dinâmicos, que variam de acordo com o tempo e com as especificidades de cada sociedade. Com isso, a concepção do PNUD é essencialmente multidimensional, incluindo não apenas aspectos econômicos, mas também liberdades políticas, sociais e acesso a direitos (Avila, 2013).

Com base nesse entendimento, o PNUD criou em 1990 o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), uma alternativa ao PIB per capita como medida de bem-estar. O IDH considera três dimensões centrais: longevidade, educação e padrão de vida, oferecendo uma visão mais ampla do progresso humano. Com o passar dos anos, o IDH foi sendo aperfeiçoado. A partir de 1996, o PNUD passou a desenvolver também indicadores específicos para mensurar a pobreza, como o Indicador de Pobreza de Capacidades (IPC), que mede a ausência de condições mínimas, como nutrição adequada, saúde materna e alfabetização feminina (Melo, 2022; Barros; Carvalho; Franco, 2006).

Em 1997, foi introduzido o Índice de Pobreza Humana (IPH), que se diferencia do IDH por mensurar privações em vez de realizações, considerando variáveis como a mortalidade precoce, o analfabetismo e o acesso a serviços básicos. Posteriormente, o IPH foi desdobrado em duas versões: o IPH-1, para países em desenvolvimento, e o IPH-2, para países desenvolvidos, com indicadores ajustados à realidade de cada contexto, como desemprego de longo prazo, por exemplo (Barros; Carvalho; Franco, 2006).

No Relatório de Desenvolvimento Humano de 2010, o PNUD reconheceu os limites do IDH tradicional e introduziu três novos índices: o IDH Ajustado à Desigualdade (IDHAD), o Índice de Desigualdade de Gênero (IDG) e o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM). O IDHAD ajusta o IDH conforme os níveis de desigualdade em saúde, educação e renda, refletindo melhor o desenvolvimento real. Já o IDG analisa desigualdades específicas enfrentadas pelas mulheres, considerando saúde reprodutiva, representação política e acesso ao mercado de trabalho. O IPM, por sua vez, reforça a visão de que pobreza não é apenas ausência de renda, mas sim um conjunto de privações simultâneas em saúde, educação e padrão de vida. Diferente do IPH, o IPM identifica famílias e indivíduos que enfrentam essas privações de forma sobreposta, medindo não só a quantidade de pessoas pobres, mas também a intensidade da pobreza (Avila, 2013; Barros; Carvalho; Franco, 2006).

Nesse contexto, o IPM é uma das principais ferramentas para mensurar a pobreza multidimensional, utilizando indicadores específicos para cada dimensão e permitindo comparações entre países, regiões e grupos sociais. A abordagem de contagem, como a de Alkire-Foster, avalia quantas privações uma pessoa enfrenta simultaneamente e pode ser adaptada para analisar a persistência da pobreza ao longo do tempo. A pobreza multidimensional pode ser analisada em diferentes escalas, desde o nível nacional até comunidades locais, e pode incluir indicadores contextuais, como posse de terra ou acesso à energia (Alkire *et al.*, 2022; Alkire *et al.*, 2017; Tsui, 2002).

Por fim, entende-se que medir a pobreza de forma multidimensional oferece uma visão mais completa e realista das necessidades das pessoas, ajudando a identificar grupos vulneráveis que podem ser invisíveis em medidas baseadas apenas em renda, o que por sua vez, viabiliza políticas públicas mais eficazes, pois revela onde estão as maiores privações e quais dimensões precisam de mais atenção (Alkire *et al.*, 2022; Alkire *et al.*, 2017; Tsui, 2002).

O capítulo a seguir prosseguirá com a apresentação, de forma mais detalhada, de uma revisão da literatura pertinente com estudos que trouxeram evidências empíricas dos efeitos de políticas de transferência de renda em dimensões diversas do desenvolvimento econômico e humano, os quais lançaram mão de métodos quantitativos, tal qual este trabalho se propôs a fazer, descrevendo a metodologia utilizada pelos autores e os resultados obtidos.

3 REVISÃO DE LITERATURA: EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS

A literatura existente sobre transferências de renda revela um consenso crescente de que políticas públicas como o PBF e o BPC exercem efeitos positivos não apenas na esfera social imediata (redução da pobreza – conceito absoluto – e da fome), mas também na dinâmica socioeconômica local e regional, ocasionando melhorias em condições sociais de seus beneficiários. Ainda, sob uma perspectiva econômica heterodoxa, esses programas podem ser vistos como políticas fiscais ativas que elevam a demanda agregada em localidades deprimidas, ativando o circuito econômico via multiplicadores elevados. Evidências empíricas respaldam essa interpretação: estudos quantitativos com métodos diversos demonstraram melhorias nos indicadores sociais e econômicos associadas à execução das políticas de transferência de renda.

A princípio, no que se refere às transformações em indicadores sociais por meio de políticas públicas, pode-se citar o estudo de Monteiro *et al.* (2010), que consistiu na análise de indicadores sociais brasileiros antes e após a implementação do PBF. O trabalho, realizado por meio de análise estatística descritiva, utilizando-se do cálculo de medidas como Taxa Média Geométrica e Taxa de Crescimento, teve por resultado a demonstração de que vários indicadores tiveram trajetória positiva, principalmente aqueles que têm associação com as propostas do Programa Bolsa Família. Com isso, os resultados depõem a favor da política de transferência de renda, enquanto elemento indutor de melhorias sociais, embora existam outros fatores positivos condicionantes.

Nessa esteira, o estudo de Kühn e Tonetto (2017) possui resultados similares, que corroboram o impacto positivo do programa em indicadores sociais. Neste último, os autores analisaram o Índice de Desenvolvimento da Família e as alterações em 21 variáveis socioeconômicas devido ao PBF, por meio de análise estatística descritiva e matriz de correlação, observando-se que o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), as taxas de mortalidade infantil e a diminuição do abandono escolar são algumas daquelas que sinalizam melhorias por meio do programa.

Melhorias em indicadores sociais relacionados à educação (taxa de aprovação escolar e taxa de não distorção idade/série) e saúde (cobertura vacinal), vinculados às condicionalidades do PBF, também constam como resultado do estudo de Cattelan, Bezerra e Mello (2020), embora este último tenha tido como objetivo precípua a análise da eficiência na aplicação de valores repassados ao programa e suas condicionalidades, por meio de análise envoltória de dados. Contudo, apesar das melhorias, os autores concluíram que os recursos poderiam ter sido mais bem aplicados, sugerindo que a eficiência aumentaria com estratégias adicionais de

geração de emprego e renda, possibilitando a superação mais efetiva da pobreza nos municípios avaliados.

No que tange aos estudos que avaliaram a transferência de renda quanto aos seus efeitos em indicadores sociais de educação, especificamente, destacam-se os achados de Neri e Osório (2019) quanto ao Índice de Gestão Descentralizada (IGD) e condicionalidades de educação do PBF, em estudo cujo método econométrico foi o de Diferenças em Diferenças. Os resultados indicaram que jovens marginalmente elegíveis ao PBF tiveram chances 62% maiores de frequentar a escola, 8% maiores de cumprir a frequência mínima exigida e 6% maiores de estudar mais de quatro horas por dia, em comparação aos quase elegíveis, reforçando o potencial de impacto da política pública em condições educacionais dos beneficiários, o que reforça os resultados dos estudos supracitados com variáveis de educação inclusas. Além disso, testes realizados no estudo acerca de motivações para descumprir as condicionalidades sugerem que o programa pode ter proporcionado um alívio na restrição de liquidez das famílias, contribuindo para a permanência escolar.

Há ainda estudos que relacionaram os programas de transferência de renda a indicadores de saúde, abordando questões como segurança alimentar e nutricional dos escolares beneficiários do PBF (Santos *et al.*, 2020) e o impacto do BPC no estado nutricional e na segurança alimentar de idosos (Rosales; Mattos; Julião, 2022). O primeiro, utilizando-se de análise estatística inferencial e parâmetros da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), com uma amostra de 377 estudantes, identificou que quase metade da população estudada (49%) se encontra em algum grau de insegurança alimentar, sendo que a grande maioria das famílias possui renda inferior a dois salários. Foi demonstrada ainda relação significativa entre a segurança alimentar e o recebimento do benefício ($p=0,049$), permitindo concluir que a contribuição do PBF nas condições socioeconômicas das famílias avaliadas pode contribuir positivamente com o perfil de segurança alimentar dos beneficiários.

Os achados de Rosales, Mattos, Julião (2022), que utilizaram o método de *Propensity Scores Matching (PSM)* e Desenho de Regressão Descontínua – *Fuzzy*, permitiram identificar que o BPC não teve efeito significativo sobre obesidade e subnutrição, mas apresentou impacto positivo na segurança alimentar e na redução da insegurança alimentar grave e leve, evidenciando sua importância na melhoria da qualidade de vida dos idosos por meio do aumento do poder aquisitivo e do acesso à alimentação.

O aumento da renda, a propósito, constitui-se aspecto relevante e de significativa recorrência entre as pesquisas voltadas às políticas de transferência de renda. Dentre os estudos

que identificaram a existência de efeitos das políticas em indicadores de demanda agregada como PIB e crescimento econômico, pode-se citar o estudo de Denes, Komatsu, Menezes-Filho (2018), que utilizou dados do PBF e do BPC com a metodologia de regressão com dados em painel a fim de avaliar os impactos macroeconômicos e sociais dos programas de transferências de renda, tendo por resultado a percepção de que ambos os programas tiveram uma correlação positiva com o PIB e a renda per capita municipal. No entanto, neste caso, apenas o PBF apresentou impacto positivo significativo sobre os indicadores educacionais, possivelmente devido às condicionalidades associadas ao programa. Além disso, observou-se que municípios com maior crescimento do PBF tiveram maior redução da pobreza e da desigualdade de renda, enquanto o BPC apresentou correlação negativa com o crescimento da renda, sugerindo que suas transferências estão mais associadas a municípios de menor dinamismo econômico.

Isso reforça os resultados obtidos por Tupy e Toyoshima (2013), que identificaram por meio de métodos econométricos, um impacto positivo das transferências de renda no produto agregado dos municípios da região Vale do Jequitinhonha, sobretudo no setor agropecuário, seguido pelo setor de serviços.

Correa Junior, Trevisan, Mello (2019), por outro lado, identificaram efeitos das políticas em indicadores de oferta, como trabalho formal, por meio de dados em painel. Ao investigarem a associação do benefício do PBF e quantidade de pessoal ocupado assalariado formal, obtiveram como resultados uma associação positiva significativa entre os recursos repassados pelo PBF e o aumento do emprego formal, bem como dos salários totais nos municípios brasileiros, indicando que o programa não apenas reduz desigualdades sociais, mas também contribui positivamente para o mercado formal de trabalho.

Na mesma direção, Santos *et al.* (2017) identificaram que as transferências do Bolsa Família também se relacionam positivamente à estabilidade no mercado de trabalho formal. Utilizando modelos de riscos proporcionais de Cox e combinando microdados do Cadastro Único (CADÚnico) com informações da RAIS, os autores constataram que beneficiários do PBF apresentam um risco de desligamento do emprego formal entre 7% e 10% inferior ao dos não beneficiários. Esse resultado reforça os achados de Correa Junior, Trevisan e Mello (2019), sugerindo que o programa não apenas estimula a criação de postos de trabalho formais, como também aumenta a permanência dos indivíduos no mercado formal, contrapondo, assim, o argumento de que as transferências gerariam desincentivos à participação laboral.

Não obstante a isso, verifica-se na literatura que as transferências de renda podem atuar como indutoras de demanda, desencadeando, por consequência, crescimento econômico via

demanda agregada, o que reforça o pressuposto teórico do multiplicador keynesiano. Neri, Vaz, Souza (2013) argumentam que as transferências têm por efeito direto o aumento na renda das famílias, sendo que parte deste aumento se converte em consumo, enquanto outra parte se dissipa por meio da poupança e do pagamento de tributos diretos. O consumo adicional gera efeitos indiretos que estimulam a produção e o rendimento dos fatores produtivos, ampliando a renda das famílias. No entanto, a cada ciclo, o incremento de renda é menor que o consumo inicial, pois há “vazamentos” no processo produtivo, como importações e tributos indiretos.

O cálculo do multiplicador e sua interpretação dependem de pressupostos acerca da dinâmica macroeconômica. O primeiro pressuposto é a aceitação do princípio da demanda efetiva, que afirma que a demanda é exógena e inicia o processo de causalidade econômica. O segundo prevê que a oferta é perfeitamente elástica, isto é, os preços são fixos e não há pleno emprego dos fatores, de modo que o aumento da demanda pode se traduzir perfeitamente em aumento da produção – e não em inflação. Com isto, o limite ao crescimento estaria dado por restrições da demanda. O terceiro pressuposto relaciona-se à propensão a poupar e ao perfil de consumo das famílias (Neri, Vaz, Souza, 2013, p. 197).

Nesse sentido, o efeito multiplicador keynesiano faz com que a demanda agregada aumente em proporção superior ao dispêndio com o programa social (gastos do governo), devido à propensão marginal a consumir dos beneficiários. Considerando que as famílias mais pobres, público-alvo do PBF, utilizam quase a totalidade do que obtém para consumo imediato de bens de primeira necessidade, a propensão marginal ao consumo destes se torna mais próxima do limite, o que potencializa ao máximo o efeito multiplicador (Denes; Komatsu; Menezes-Filho, 2018; Tupy; Toyoshima, 2013; Marques; Mendes, 2005). Conforme discorrem Denes, Komatsu, Menezes-Filho (2018, p. 293):

Efeitos multiplicadores como o descrito são esperados para qualquer tipo de transferência monetária para o nível local. Por exemplo, as transferências intergovernamentais do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que trazem recursos provenientes de tributos federais (principalmente o Imposto de Renda e Imposto sobre Produtos Industrializados), equivalem a entradas de recursos para investimento e custeio do setor público no nível local, além do consumo direto do governo. Elas representam uma parcela importante dos orçamentos municipais e variações positivas nessas transferências podem gerar um aumento do consumo do governo municipal, com efeitos de segunda ordem sobre o crescimento do produto local [...].

Os resultados da pesquisa Sampaio e Souza (2014) corroboram este entendimento, quanto ao efeito do PBF nos gastos das famílias beneficiárias. Os autores realizaram análise tabular e descritiva e Teste t de Student para dados pareados, e verificaram diferenças significativas entre os tipos de gastos realizados pelos beneficiários antes e depois que receberam o benefício do PBF. Verificou-se também que as famílias beneficiárias gastam a

renda principalmente com gêneros alimentícios, passando a diversificar a cesta básica e melhorando a alimentação.

De modo complementar, Furtado *et al.* (2017) buscaram avaliar o impacto macroeconômico do PBF utilizando dados em painel e séries temporais, adotando como *proxy* do desenvolvimento econômico o consumo residencial de energia elétrica. Os autores observaram que, embora tenha havido um aumento contínuo tanto nos gastos com o programa quanto no consumo residencial e industrial de energia elétrica, não se verificou relação significativa de causalidade entre essas variáveis. Isso sugere que, apesar de os recursos transferidos pelo programa serem direcionados majoritariamente ao consumo imediato, especialmente de bens essenciais, a medida utilizada pelos autores talvez não tenha sido adequada ou suficiente para captar efeitos mais amplos sobre o desenvolvimento econômico macrorregional. Em outras palavras, mesmo com resultados sociais positivos e redução das desigualdades, o impacto do PBF pode não ser facilmente traduzido em indicadores de consumo energético, que não necessariamente refletem a dimensão mais abrangente do crescimento econômico induzido pela demanda agregada.

Um exemplo disso é o papel relevante que as transferências de renda pelo governo federal tiveram na determinação de maiores taxas de crescimento da economia nordestina ao longo dos anos 2000, conforme assinalam Barros e Athias (2013), ao identificarem que, nessa região, os efeitos do PBF sobre o crescimento foram maiores que aqueles decorrentes do aumento do salário mínimo.

Perillo (2020), por meio de técnicas econométricas, identificou um impacto positivo significativo do BPC sobre a renda média dos domicílios beneficiários idosos, com aumento real de 41,2% entre 2012 e 2019. Além disso, a autora constatou uma correlação positiva entre o percentual de idosos beneficiários e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), resultado que evidencia uma boa focalização do benefício, especialmente em estados mais pobres. Na mesma linha, Peña *et al.* (2015), utilizando o método de Diferenças em Diferenças, avaliaram a mobilidade social antes e depois da implantação do PBF, identificando sinais claros de ruptura do ciclo da pobreza. Os autores apontaram uma convergência dos beneficiários para níveis de renda mais elevados, bem como uma redução da vulnerabilidade econômica das classes mais pobres, concluindo que, em longo prazo, o programa demonstra potencial significativo para alterar a dinâmica estrutural da pobreza e da exclusão social no país.

De maneira complementar, Fassarella *et al.* (2024) investigaram os efeitos do PBF sobre a mobilidade social intergeracional por meio de regressão logística fracionária. Os autores

constatarem que crianças anteriormente em situação vulnerável e beneficiárias do programa apresentaram melhores condições socioeconômicas na idade adulta. Especificamente, verificou-se que 64% dos indivíduos analisados, com idades entre 21 e 30 anos em 2019, já não eram mais beneficiários de programas sociais federais, sendo que 45% acessaram ao menos uma vez o mercado de trabalho formal entre 2015 e 2019. Contudo, destacaram também uma expressiva heterogeneidade territorial, indicando que tais resultados são influenciados por diferenças regionais em infraestrutura de saúde e educação, bem como pelo dinamismo econômico local. Esses achados fortalecem o entendimento sobre os efeitos positivos das transferências condicionadas na inserção social e econômica das famílias beneficiárias ao longo prazo.

Nesse contexto, assinala-se que o fator espacial é pertinente à análise de uma política social e, considerando estudos que investigaram fatores regionais, constatam-se algumas peculiaridades quanto às políticas de transferência e as desigualdades regionais do Brasil. Massuda *et al.* (2019), ao investigarem a distribuição do BPC entre as regiões brasileiras por meio de regressão linear, identificaram que o maior número de concessões do benefício, em termos absolutos, ocorreu para as regiões mais populosas do país, Sudeste e Nordeste, tendo o Nordeste apresentado a maior taxa de concessão para as pessoas com deficiência (PCD), e quanto aos idosos, as maiores taxas foram observadas no Norte, regiões que apresentam indicadores socioeconômicos mais baixos. Os resultados evidenciaram um perfil diferenciado das concessões entre as regiões brasileiras, indicando ser necessário considerar tais diferenças para enfrentar as inequidades identificadas na pesquisa. Isso corrobora a constatação de Araújo e Lima (2009, p. 63):

O que podemos deduzir é que as transferências de renda direta, sem contrapartidas, cresceram sobre a atividade produtiva nesses últimos anos em todo o país. Na região semiárida, as transferências tomam proporção bem maior se comparadas às outras regiões analisadas. Isto por causa da informalidade da região, do baixo produto local e da estrutura social.

Fontes, Jacinto, França (2019) exploraram a migração inter-regional de beneficiários de transferências de renda por meio da metodologia de *Propensity Scores Matching (PSM)*, cujos resultados indicaram que o PBF estimula a remigração de beneficiários para seus estados de origem e a retenção daqueles que já residem em determinada localidade, mesmo que não seja seu estado natal. Esses efeitos foram mais intensos no Nordeste, região com maior concentração de remigrados e beneficiários do programa. Além disso, a Função Dose-Resposta (FDR) mostrou que os impactos da migração e retenção são positivamente correlacionados com os valores monetários recebidos pelo programa, sugerindo que montantes mais altos

reforçam a permanência e o retorno dos indivíduos às suas localidades de origem. Ressalta-se, nesse caso, a afirmação de Araújo e Lima (2009) de que, embora os programas de assistência social cubram todo o país, estes têm um peso muito grande na economia nordestina em virtude da situação econômica e social da região:

Isso para a região como um todo. Partindo para a parte mais central, o semiárido, a situação de pobreza agrava-se. Este ambiente de penúria é exatamente o alvo das políticas sociais. A região que tem mais pessoas pobres será, obviamente, a mais assistida, a que receberá mais verbas. E o meio mais utilizado para assistir esta população é o Programa Bolsa Família (Araújo e Lima, 2009, p. 58).

Ainda na temática de desigualdades regionais, Baião, Cunha, Souza (2017) examinaram o papel das transferências intergovernamentais na equalização fiscal dos municípios brasileiros utilizando-se de estimação por regressão linear, e constataram que o PBF, mesmo não podendo ser caracterizada como uma transferência intergovernamental, atua de forma importante na redução das desigualdades fiscais municipais, mitigando distorções geradas por outras transferências, o que corrobora os demais estudos cujos resultados apontaram para um potencial do programa na redução das desigualdades sociais e regionais.

Um aspecto recorrente na literatura acerca das políticas de transferência de renda é a gestão destes programas, visto que evidentemente, uma boa gestão de determinado programa social é essencial para consecução dos seus objetivos fundamentais. Quando analisados os aspectos de gestão das políticas públicas em função de especificidades regionais, é possível obter constatações pertinentes acerca do desempenho destas políticas. Pinto, Coronel, Bender Filho (2015), por meio da Análise Envoltória de Dados, avaliaram a eficiência da gestão do PBF, constatando grandes divergências entre os estados brasileiros. Os resultados indicaram que os estados do Acre, Amapá, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Roraima, Santa Catarina e São Paulo foram os mais eficientes. Em contrapartida, Alagoas, Amazonas, Maranhão, Pará e Pernambuco apresentaram baixa eficiência. Regionalmente, Sul e Sudeste tiveram melhores resultados, enquanto o Nordeste mostrou o desempenho menos eficiente. A divergência de desempenhos significativamente diferentes entre si, sugere a heterogeneidade na capacidade operacional para execução e monitoramento do programa, o que pode afetar diretamente a redução das desigualdades regionais pretendida pelo PBF.

Já Monteiro, Ferreira, Silveira (2013), utilizando dados em painel, demonstraram que fatores socioeconômicos influenciam fortemente a alocação dos recursos públicos dos programas sociais no Brasil, destacando que o Bolsa Família é direcionado de forma seletiva e

focalizada aos municípios com maior vulnerabilidade socioeconômica. Esses achados reforçam o entendimento de que, apesar das limitações identificadas na gestão e da heterogeneidade territorial na eficiência operacional, o programa mantém sua essência na busca por redução das desigualdades sociais por meio da concentração dos recursos em regiões e populações mais vulneráveis.

Ainda quanto à gestão do programa, Araújo *et al.* (2015), ao analisarem a relação entre o número de famílias beneficiárias do PBF e os indicadores de gestão do programa (IGD) por meio de análise estatística inferencial, constataram correlações estatisticamente significativas entre o número de famílias beneficiárias e os subcomponentes do IGD. Os autores verificaram que, quanto maior o número de famílias atendidas, menor é o desempenho dos indicadores de monitoramento, evidenciando fragilidades na gestão municipal e colocando desafios significativos para a articulação do programa com áreas essenciais, como saúde e educação. Silva, Ferreira e Monteiro (2012), por sua vez, corroboraram esses achados ao identificarem municípios com desempenho classificado como “péssimo” no IGD, incapazes inclusive de atingir o índice mínimo exigido para recebimento de recursos adicionais para apoio à gestão. Esses resultados sugerem que fatores como o porte dos municípios e o número de beneficiários podem comprometer a eficiência operacional do programa, ressaltando a necessidade urgente de aprimorar os mecanismos de monitoramento e acompanhamento das condicionalidades, a fim de permitir que o programa social cumpra seus objetivos basilares.

Em complemento, Estrella e Ribeiro (2008) evidenciaram, por meio de métodos econométricos, limitações no Índice de Gestão Descentralizada (IGD) como instrumento de monitoramento das condicionalidades, apontando problemas relacionados ao registro e à transmissão das informações municipais, especialmente na área da saúde. Esses problemas comprometem diretamente a avaliação dos impactos estruturais esperados pelo programa, sobretudo em relação à superação da pobreza intergeracional. Monteiro, Silva e Ribeiro (2014) reforçam essa percepção a partir de estudo com dados em painel, observando que, apesar de a maioria dos municípios baianos apresentar bom desempenho no IGD, há ainda necessidade significativa de melhorias específicas, especialmente no acompanhamento de condicionalidades como atualização cadastral e saúde, além de maior integração entre as diferentes esferas governamentais para aprimorar a gestão em municípios com resultados inferiores.

Por sua vez, Alves *et al.* (2020), utilizando-se também do método de regressão com dados em painel, oferecem uma possível explicação para essas limitações ao indicarem que o

desempenho da gestão do PBF tende a estar mais relacionado à eficácia operacional (cumprimento formal das regras do programa) do que à efetividade socioeconômica propriamente dita, isto é, à real redução da vulnerabilidade das famílias. A pesquisa sugere ainda que a comunicação interorganizacional e os recursos financeiros disponíveis influenciam positivamente o desempenho da gestão, enquanto o esforço administrativo municipal apresentou, paradoxalmente, uma relação negativa com a eficiência geral do programa, indicando possíveis conflitos entre eficácia administrativa e efetividade socioeconômica.

Ainda no âmbito da gestão, Coêlho e Fernandes (2017) analisaram os determinantes do controle burocrático no PBF por meio de regressão linear, e identificaram que a competição política local e a localização regional, especialmente no Nordeste, impactam positivamente a qualidade da gestão. A pesquisa sugere que a aplicação efetiva de regras formais contribuiu para um aprendizado institucional, permitindo maior controle burocrático em um contexto descentralizado, o que reforça a ideia de que a governança do programa é influenciada não apenas por fatores administrativos, mas também pelo cenário político-institucional em que está inserido.

Ressalta-se, oportunamente, a dimensão política dos programas de transferência de renda como um aspecto frequentemente abordado na literatura, considerando que fatores relacionados ao contexto político-institucional podem influenciar diretamente a eficácia e a sustentabilidade desse tipo de política pública. Dentre os trabalhos analisados, destaca-se o estudo de Mendes, Barbosa, Rodrigues (2009), que investigaram a relação entre o PBF e a participação cidadã. Os autores constataram que o programa não tem exercido uma função emancipatória capaz de fortalecer a vida associativa ou ampliar o conhecimento dos beneficiários sobre seus direitos políticos. Predomina, entre os beneficiários, o desconhecimento acerca dos fóruns de participação e uma baixa confiança nos poderes Executivo e Legislativo, enquanto instituições religiosas e associações de moradores aparecem como as entidades mais confiáveis. Esses achados sugerem que, apesar de seus efeitos sociais, o PBF não tem promovido mudanças estruturantes na participação política e no engajamento cívico da população atendida.

No que diz respeito à natureza do programa, Padrones *et al.* (2015) investigaram se o PBF se configura como uma política de governo ou de Estado. Utilizando regressão linear múltipla e análise fatorial, os autores inicialmente identificaram uma aparente influência política na distribuição dos recursos. No entanto, ao excluir o Distrito Federal, considerado um outlier na análise, verificaram que apenas o PIB e o IDH mantiveram relevância estatística,

indicando que a alocação dos recursos segue critérios técnicos e necessidades sociais, caracterizando o programa como uma política de Estado, e não como um instrumento de cunho estritamente político-partidário.

Sousa (2019) realizou um estudo comparado sobre os programas de transferência de renda condicionada na América Latina e concluiu que a expansão desses programas está fortemente ligada a estratégias de sobrevivência política dos governos. A análise em painel revelou que a competição política é um fator determinante nesse processo, funcionando como incentivo para que governos ampliem gastos sociais sem necessariamente implementar mudanças estruturais na proteção social. Esses resultados evidenciam que, embora programas como o PBF sejam pautados em critérios técnicos, a dinâmica política pode influenciar sua continuidade e expansão, tornando-os também instrumentos estratégicos dentro do jogo político.

De modo a complementar a discussão ora realizada, reforçando os resultados obtidos acerca das políticas públicas brasileiras, acrescenta-se a esta seção algumas pesquisas recentes desenvolvidas internacionalmente, cujos achados dialogam com os demonstrados até aqui quanto aos efeitos das transferências de renda, sejam elas condicionais ou não.

Barbado *et al.* (2024), nesse sentido, analisaram o impacto do *Pantawid Pamilyang Pilipino Program* (4Ps), programa filipino de transferência condicionada de renda, sobre indicadores de saúde e educação de beneficiários em uma comunidade costeira de Camarines Sur, Filipinas. Por meio de um Ensaio Clínico Randomizado com 157 participantes em cada grupo (tratamento e controle), os autores identificaram que a participação no programa está positivamente associada à redução da mortalidade infantil, à melhoria do crescimento das crianças e ao aumento da busca por cuidados de saúde, além de correlacionar-se com menores taxas de evasão e maior frequência escolar. A análise por Regressão com Descontinuidade (RDD) confirmou a efetividade do 4Ps na elevação da renda dos beneficiários elegíveis. Com base nesses achados, os autores recomendam a ampliação do acesso aos serviços de saúde, a adoção de intervenções pedagógicas direcionadas à prevenção da evasão escolar e a incorporação de programas de geração de renda à estrutura vigente do 4Ps, como estratégias para romper o ciclo intergeracional da pobreza nas comunidades atendidas.

Ainda quanto às transferências condicionadas de renda, Mohamed Esa *et al.* (2025) realizaram um mapeamento sistemático das evidências sobre condicionalidades relacionadas ao emprego em programas de transferência condicionada de renda (TCR), analisando 25 estudos empíricos por meio do protocolo PRISMA e do framework Antecedentes–Decisões–

Resultados (ADO). Os achados indicam que as TCR com componentes explícitos de emprego contribuem para a diversificação de renda, a participação feminina no mercado de trabalho e a redução do trabalho infantil, com resultados expressivos em países como Indonésia e Honduras, embora os efeitos sobre o emprego em sentido mais amplo sejam heterogêneos entre regiões e grupos populacionais. Os autores identificaram ainda a religiosidade e o empreendedorismo como condicionalidades promissoras ainda pouco exploradas, e recomendam que os formuladores de políticas reorientem as TCR para além do alívio imediato da pobreza, em direção à promoção de empregabilidade sustentável e à inclusão produtiva de longo prazo.

Quanto às transferências incondicionais de renda (TIR), Crosta *et al.* (2024) realizaram uma metanálise bayesiana para estimar o seu impacto em países de baixa e média renda, agregando evidências de 115 estudos referentes a 72 programas distribuídos por diferentes contextos nacionais, com resultados que indicam efeitos médios positivos e estatisticamente robustos em dez dos treze desfechos investigados, incluindo consumo domiciliar total e alimentar, renda mensal, oferta de trabalho, matrícula escolar, segurança alimentar, bem-estar psicológico, ativos totais e financeiros, e índice altura-para-idade de crianças. Além da estimação dos efeitos médios, os autores examinam sete hipóteses teóricas e de política pública, abrangendo a presença de fricções à poupança, efeitos dinâmicos, curvatura dos retornos marginais, efeitos de focalização, efeitos de indução comportamental, elasticidade da oferta de trabalho e teorias de dependência, bem como heterogeneidades contextuais.

Light, Nwaobia e Nwobia (2024) conduziram uma revisão sistemática com metassíntese para avaliar a efetividade dos programas de transferência condicionada (TCR) e incondicional de renda (TIR) na África Subsaariana, analisando 27 estudos publicados entre 2014 e 2024 com base nas diretrizes PRISMA. Os resultados indicam que as TCR tendem a superar as TIR no alcance de metas específicas de educação e saúde, na medida em que condicionam o recebimento dos benefícios à adoção de comportamentos desejados, ao passo que as TIR demonstram maior flexibilidade e efetividade na promoção da saúde mental e da resiliência econômica em contextos de maior vulnerabilidade. Com isso, os autores destacam o caráter essencialmente dependente do contexto na determinação da eficácia dos programas de transferência de renda e ressaltam a necessidade de abordagens integradas e adaptadas às realidades locais. Com base nesses achados, as recomendações de política pública enfatizam a importância de se desenhar os programas a partir das condições específicas de cada território e dos resultados prioritários que se pretende alcançar.

Por fim, complementando o conjunto de evidências apresentado, Grisolia (2024) realiza uma revisão abrangente da literatura sobre a sustentabilidade dos efeitos dos programas de transferência de renda (incluindo o PBF), entendida como a persistência dos impactos após o encerramento das intervenções. Reunindo todas as evidências disponíveis independentemente da variável de interesse, o autor constata que as transferências de renda tendem a produzir efeitos positivos e duradouros sobre escolarização, renda, segurança alimentar, despesas e poupança, refutando a hipótese de que tais programas seriam inadequados para a construção de meios de vida sustentáveis no longo prazo.

O Quadro 1 sintetiza a revisão de literatura apresentada sobre os efeitos das políticas de transferências de renda em estudo, dentre outras.

Quadro 1 – Literatura sobre efeitos das transferências de renda

Autor(es)	Ano	Objetivo	Metodologia	Resultados
Alves <i>et al.</i>	2020	Explicar as causas das limitações de desempenho gerencial do PBF nos municípios.	Regressão com dados em painel	A gestão municipal prioriza o cumprimento burocrático de regras (eficácia operacional) em detrimento da redução real de vulnerabilidades (efetividade). O esforço administrativo teve relação negativa com a eficiência geral.
Araújo <i>et al.</i>	2015	Analisar a relação entre o número de famílias atendidas pelo PBF e os indicadores de gestão do programa (IGD)	Análise estatística inferencial	Houve correlação estatisticamente negativa: municípios com maior número de famílias atendidas apresentam pior desempenho no monitoramento e gestão, revelando fragilidade na articulação com saúde e educação.
Araújo e Lima	2009	Analisar a proporção e o impacto das transferências de renda direta na região do semiárido	Análise econômica e demográfica regional	Deduziram que as transferências cresceram sobre a atividade produtiva. No semiárido, a proporção do programa é muito maior devido ao ambiente de alta pobreza, baixo produto local e elevada informalidade.
Baião, Cunha e Souza	2017	Examinar o papel das transferências na equalização fiscal dos municípios brasileiros	Estimação por regressão linear	Constataram que o PBF atua de forma importante na redução das desigualdades fiscais municipais, mitigando as distorções que são geradas por outras transferências intergovernamentais tradicionais.
Barbado <i>et al.</i>	2024	Avaliar o impacto do programa 4Ps (TCR filipino) sobre saúde e educação de beneficiários em comunidade costeira das Filipinas.	Ensaio Clínico Randomizado (ECR); regressão logística; Regressão com Descontinuidade (RDD).	Participação no 4Ps associada à redução da mortalidade infantil, melhoria do crescimento infantil, maior frequência escolar e menor evasão. RDD confirmou elevação da renda entre elegíveis.
Barros e Athias	2013	Identificar o papel das transferências de renda nas taxas	Análise econômica e regional	Apontaram que, ao longo dos anos 2000, os efeitos do PBF sobre o crescimento econômico do Nordeste foram superiores aos impactos

		de crescimento da economia nordestina		decorrentes da política de valorização do salário mínimo.
Cattelan, Bezerra e Mello	2020	Avaliar a eficiência na aplicação dos valores repassados ao PBF e no cumprimento de suas condicionalidades	Análise Envoltória de Dados (DEA)	Constatou melhorias em indicadores de educação (taxa de aprovação e distorção idade/série) e saúde (cobertura vacinal). Porém, concluiu que a eficiência dos recursos seria maior se houvesse estratégias adicionais de geração de emprego e renda nos municípios.
Coelho e Fernandes	2017	Analisar os fatores determinantes para um bom controle burocrático no PBF em nível local	Regressão linear	A competição política municipal e a localização regional (especialmente no NE) impactam positivamente a qualidade da gestão. A aplicação de regras formais cria aprendizado institucional.
Correa Junior, Trevisan e Mello	2019	Investigar a associação entre os benefícios do PBF e indicadores de oferta, como a quantidade de pessoal ocupado assalariado.	Regressão com dados em painel	Identificaram associação positiva e significativa entre os recursos do PBF e o aumento do emprego formal, além do aumento dos salários totais nos municípios. Demonstra que o programa contribui positivamente para o mercado de trabalho.
Crosta <i>et al.</i>	2024	Estimar o impacto das transferências incondicionais de renda em países de baixa e média renda	Metanálise bayesiana	Efeitos positivos e robustos em 10 de 13 desfechos: consumo domiciliar, renda, matrícula escolar, segurança alimentar, bem-estar psicológico, ativos e altura-para-idade infantil. Efeitos heterogêneos confirmados.
Denes, Komatsu e Menezes-Filho	2018	Avaliar os impactos macroeconômicos e sociais do PBF e do BPC sobre a demanda agregada (PIB e crescimento)	Regressão com dados em painel	Ambos os programas apresentaram correlação positiva com o PIB e a renda per capita municipal. Municípios com maior crescimento do PBF reduziram mais a pobreza e desigualdade. O BPC teve correlação negativa com o crescimento da renda, indicando foco em municípios de menor dinamismo. Apenas o PBF impactou indicadores educacionais.
Estrella e Ribeiro	2008	Avaliar as limitações do IGD como um instrumento efetivo de monitoramento de condicionalidades	Regressão linear	Evidenciaram gargalos severos no registro e transmissão de informações municipais, especialmente na área de saúde, o que compromete a avaliação do real impacto estrutural do programa.
Fassarella <i>et al.</i>	2024	Investigar os efeitos do PBF especificamente sobre a mobilidade social intergeracional	Regressão logística fracionária	64% dos jovens (21 a 30 anos em 2019) oriundos de famílias vulneráveis não precisavam mais de programas sociais na fase adulta, e 45% acessaram o mercado formal. Alertaram que a heterogeneidade territorial (infraestrutura) influencia o sucesso dessa mobilidade.
Fontes, Jacinto e França	2019	Explorar os efeitos das transferências de renda na migração inter-regional de beneficiários	<i>Propensity Scores Matching</i> (PSM) e Função Dose-Resposta	O PBF estimula fortemente a remigração de beneficiários para os estados natais e a retenção nas localidades de residência, especialmente no Nordeste. Valores monetários mais altos recebidos potencializam essa fixação ou retorno.
Furtado <i>et al.</i>	2017	Avaliar o impacto macroeconômico do PBF utilizando o	Regressão com dados em painel	Houve aumento contínuo nos gastos do PBF e no consumo de energia, mas não foi encontrada relação significativa de causalidade. A proxy de

		consumo residencial de energia elétrica como proxy		energia pode não ser suficiente para captar o crescimento econômico induzido pela demanda agregada na macrorregião.
Grisolia	2024	Revisar a literatura sobre a sustentabilidade dos efeitos dos programas de transferência de renda após o encerramento das intervenções	Revisão abrangente da literatura; análise desagregada por domínio de resultado, tempo decorrido desde o último benefício e características dos programas	Transferências de renda produzem efeitos positivos e duradouros sobre escolarização, renda, segurança alimentar, despesas e poupança. Evidências mistas sobre trabalho infantil e casamento precoce. Refuta hipótese de inadequação das transferências para meios de vida sustentáveis.
Kühn e Tonetto	2017	Analisar o Índice de Desenvolvimento da Família e alterações em 21 variáveis socioeconômicas devido ao PBF	Análise estatística descritiva/inferencial	Corroborou o impacto positivo do PBF. Sinalizou melhorias expressivas no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), queda nas taxas de mortalidade infantil e diminuição do abandono escolar.
Light, Nwaobia e Nwobia	2024	Avaliar a efetividade comparada de TCR e TIR na África Subsaariana	Revisão sistemática com metassíntese utilizando diretrizes PRISMA	TCR superam TIR em metas específicas de educação e saúde. TIR mais efetivas para saúde mental e resiliência em contextos vulneráveis. Eficácia dependente do contexto local.
Massuda <i>et al.</i>	2019	Investigar a distribuição espacial das concessões do benefício BPC entre as regiões brasileiras	Regressão linear	O maior número absoluto de concessões ocorreu no Sudeste e Nordeste. O Nordeste liderou as concessões para PCDs, e o Norte para idosos. O perfil evidencia que o desenho das políticas precisa considerar as iniquidades regionais.
Mendes, Barbosa e Rodrigues	2009	Investigar a relação entre o recebimento do PBF e os níveis de participação cidadã e política dos beneficiários	Análise estatística descritiva/inferencial	O programa não exerce função emancipatória cívica. Beneficiários têm alta desconfiança do Executivo e Legislativo, desconhecem fóruns de direitos e confiam majoritariamente em igrejas e associações de moradores.
Mohamed Esa <i>et al.</i>	2025	Mapear sistematicamente evidências sobre condicionalidades de emprego em programas de TCR	Mapeamento Sistemático (SMR), com protocolo PRISMA	TCR com componentes de emprego favorecem diversificação de renda, participação feminina e redução do trabalho infantil. Efeitos heterogêneos entre regiões. Religiosidade e empreendedorismo identificados como condicionalidades promissoras.
Monteiro <i>et al.</i>	2010	Analisar indicadores sociais brasileiros antes e após a implementação do PBF	Análise estatística descritiva (taxa média geométrica e taxa de crescimento)	Demonstrou que vários indicadores tiveram trajetória positiva, principalmente aqueles associados às propostas do PBF, evidenciando o programa como um elemento indutor de melhorias sociais, em conjunto com outros fatores.

Monteiro, Ferreira e Silveira	2013	Demonstrar a influência de fatores socioeconômicos na alocação de recursos públicos de programas sociais	Regressão com dados em painel	Destacaram que os recursos do PBF são direcionados de maneira seletiva e bem focalizada aos municípios que apresentam maior grau de vulnerabilidade socioeconômica, cumprindo a meta distributiva.
Monteiro, Silva e Ribeiro	2014	Avaliar o desempenho específico dos municípios baianos no IGD	Regressão com dados em painel	A maioria dos municípios teve bom desempenho, mas ainda há falhas na atualização cadastral e nos dados de saúde. Concluíram ser necessária maior integração entre as esferas de governo para apoiar as prefeituras deficitárias.
Neri e Osório	2019	Avaliar os efeitos da transferência de renda em indicadores de educação, via Índice de Gestão Descentralizada (IGD)	Diferenças em Diferenças (DiD)	Indicou que jovens marginalmente elegíveis ao PBF tiveram 62% mais chances de frequentar a escola, 8% mais chances de cumprir a frequência mínima e 6% mais chances de estudar mais de 4 horas por dia. Sugere que o programa alivia a restrição de liquidez das famílias.
Padrones <i>et al.</i>	2015	Investigar se o PBF se configura como uma política de governo (partidária) ou de Estado	Regressão linear	Excluindo o Distrito Federal (outlier), a alocação de recursos responde a necessidades reais (PIB e IDH) e critérios técnicos, e não a manobras político-partidárias, caracterizando-o como uma robusta Política de Estado.
Peña <i>et al.</i>	2015	Avaliar a mobilidade social e as dinâmicas de pobreza antes e depois da implantação do PBF	Diferenças em Diferenças (DiD)	Identificaram sinais claros de ruptura do ciclo intergeracional da pobreza. Houve convergência dos beneficiários para níveis de renda mais elevados e redução da vulnerabilidade em longo prazo.
Perillo	2020	Avaliar o impacto do BPC sobre a renda média domiciliar e sua relação com o desenvolvimento humano	Regressão linear	Identificou impacto positivo significativo: aumento real de 41,2% na renda de domicílios com idosos entre 2012 e 2019. Constatou correlação positiva entre o percentual de idosos beneficiários e o IDHM, evidenciando boa focalização nos estados mais pobres.
Pinto, Coronel e Bender Filho	2015	Avaliar a eficiência estadual e regional na gestão do PBF	Análise Envoltória de Dados (DEA)	Identificaram grandes divergências. Sul e Sudeste tiveram os melhores desempenhos de gestão. O Nordeste teve o pior desempenho. A heterogeneidade operacional afeta o potencial do programa de reduzir desigualdades.
Rosales, Mattos e Julião	2022	Investigar o impacto do BPC no estado nutricional e na segurança alimentar de idosos	<i>Propensity Scores Matching</i> (PSM) e Desenho de Regressão Descontínua - <i>Fuzzy</i>	O BPC não apresentou efeito significativo sobre obesidade ou subnutrição, mas gerou impacto positivo direto na segurança alimentar, reduzindo a insegurança grave e leve devido ao aumento do poder aquisitivo.
Sampaio e Souza	2014	Avaliar o efeito do PBF especificamente sobre o perfil de gastos das famílias beneficiárias	Análise estatística inferencial (análise tabular e descritiva e o teste t de Student para	Verificaram diferenças significativas nos gastos antes e depois do PBF. As famílias passaram a gastar a renda primariamente com alimentação, diversificando a cesta básica e melhorando a qualidade nutricional.

			dados pareados)	
Santos <i>et al.</i>	2017	Relacionar as transferências do PBF à estabilidade no mercado de trabalho formal	Modelos de riscos proporcionais de Cox (Microdados CADÚnico e RAIS)	Constataram que os beneficiários do PBF possuem um risco de desligamento do emprego formal entre 7% e 10% inferior aos não beneficiários. Contrapõe a tese de que o benefício geraria desestímulo à participação no mercado de trabalho.
Santos <i>et al.</i>	2020	Relacionar o PBF à segurança alimentar e nutricional de escolares beneficiários	Análise estatística descritiva/inferencial	Em uma amostra de 377 estudantes, 49% tinham algum grau de insegurança alimentar. Houve relação estatisticamente significativa ($p=0,049$) entre ter o benefício e a segurança alimentar, melhorando o perfil nutricional das famílias de baixa renda.
Silva, Ferreira e Monteiro	2012	Analisar a capacidade de municípios em atingir índices de gestão	Análise estatística descritiva/inferencial	Identificaram diversos municípios com desempenho classificado como "péssimo" no IGD, incapazes de bater metas mínimas e, por consequência, perdendo acesso a recursos adicionais de apoio à gestão.
Sousa	2019	Realizar um estudo comparado de programas de transferência de renda condicionada na América Latina	Regressão com dados em painel	A expansão dos programas está fortemente atrelada à sobrevivência política dos governos. A competição eleitoral incentiva a ampliação de gastos sem necessariamente exigir reformas estruturais na rede de proteção social.
Tupy e Toyoshima	2013	Identificar o impacto das transferências de renda no produto agregado dos municípios da região do Vale do Jequitinhonha	Regressão com dados em painel	Identificaram impacto positivo das transferências de renda no produto agregado local, potencializado pelo multiplicador keynesiano, com destaque para os reflexos no setor agropecuário e, em seguida, no setor de serviços.

Fonte: Elaboração do autor.

Em síntese, a revisão da literatura apresentada converge para a compreensão de que os programas de transferência de renda consolidam-se como mecanismos de intervenção estatal com impactos para além do alívio imediato da pobreza. Sob a ótica econômica, os estudos fundamentam a eficácia dessas políticas como instrumentos de demanda agregada, capazes de ativar o circuito produtivo local por meio do multiplicador keynesiano, especialmente em regiões com menor dinamismo econômico. No campo social, as evidências ratificam avanços em indicadores de educação, saúde e segurança alimentar, embora a literatura também aponte que a efetividade plena dessas transformações depende de uma gestão descentralizada eficiente e do enfrentamento das disparidades regionais de infraestrutura. Além disso, enquanto políticas de Estado, tais transferências conseguem mitigar desigualdades e promover mobilidade social intergeracional, mas ainda enfrentam o desafio de integrar os beneficiários ao mercado de

trabalho formal e de converter a assistência monetária em uma cidadania política plena e emancipada.

Em conjunto, os estudos aqui revisados apontam que os programas de transferência de renda, condicionados ou não, constituem instrumentos efetivos de redução da pobreza e promoção do desenvolvimento, cujos efeitos se estendem para além do período de recebimento dos benefícios, desde que acompanhados de desenhos programáticos adequados às realidades locais e orientados para a inclusão produtiva de longo prazo.

4 METODOLOGIA

Neste capítulo será apresentada a metodologia utilizada no estudo, bem como as fontes de dados utilizados e seu tratamento. O capítulo está dividido em duas seções: a primeira apresenta a área de estudo e as fontes de dados a serem utilizadas; a segunda seção apresenta o modelo analítico proposto.

4.1 Área de Estudo e Fonte de Dados

A escolha da região intermediária de Montes Claros como universo da pesquisa se justifica por esta região apresentar a maior área dentre as regiões intermediárias do estado, com um total de 124.063,79 km², além de ser formada por sete regiões imediatas (Espinosa, Janaúba, Januária, Montes Claros, Pirapora, Salinas e São Francisco) e oitenta e seis municípios, conforme apresentado no Quadro 2, e possui aproximadamente 1,6 milhão de habitantes, representando 8,1% da população do estado de Minas Gerais. O Norte de Minas caracteriza-se por sua diversidade cultural, belezas naturais e riqueza histórica, entretanto, enfrenta desafios que demandam atenção para o desenvolvimento do seu potencial (IBGE, 2025).

Quadro 2 – Municípios e Regiões Imediatas da Região Intermediária de Montes Claros

Região Geográfica Intermediária de Montes Claros	
Região Imediata	Municípios
Espinosa	Catuti, Espinosa, Gameleiras, Mamonas, Mato Verde, Monte Azul, Montezuma, Santo Antônio do Retiro
Janaúba	Jaíba, Janaúba, Manga, Matias Cardoso, Miravânia, Nova Porteirinha, Pai Pedro, Porteirinha, Riacho dos Machados, Serranópolis de Minas, Verdelândia
Januária	Bonito de Minas, Cônego Marinho, Itacarambi, Januária, Juvenília, Montalvânia, Pedras de Maria da Cruz, São João das Missões
Montes Claros	Bocaiúva, Botumirim, Brasília de Minas, Campo Azul, Capitão Enéas, Claro dos Poções, Coração de Jesus, Cristália, Engenheiro Navarro, Francisco Dumont, Francisco Sá, Glaucilândia, Grão Mogol, Guaraciama, Ibiracatu, Itacambira, Japonvar, Jequitaiá, Joaquim Felício, Josenópolis, Juramento, Lagoa dos Patos, Lontra, Luislândia, Mirabela, Montes Claros, Olhos-d'Água, Patis, São João da Lagoa, São João da Ponte, São João do Pacuí, Varzelândia
Pirapora	Buritizeiro, Ibiaí, Lassance, Pirapora, Ponto Chique, Santa Fé de Minas, Várzea da Palma
Salinas	Berizal, Curral de Dentro, Fruta de Leite, Indaiabira, Ninheira, Novorizonte, Padre Carvalho, Rio Pardo de Minas, Rubelita, Salinas, Santa Cruz de Salinas, São João do Paraíso, Taiobeiras, Vargem Grande do Rio Pardo
São Francisco	Chapada Gaúcha, Icaraí de Minas, Pintópolis, São Francisco, São Romão, Ubaí

Fonte: Elaboração do autor, com dados do IBGE (2017).

Quanto aos dados utilizados e suas respectivas fontes, o estudo foi realizado por meio da análise das variáveis, conforme Quadro 3, que compreendem o valor total repassado ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) e valor total repassado ao Programa Bolsa Família (PBF) e o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), o Produto Interno Bruto (PIB) municipal e o número de vínculos de emprego no último dia do ano de referência. Os dados utilizados na análise são quantitativos e foram coletados das bases de dados: visualizador de dados sociais (VIS DATA 3), mantido pela Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único (Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome), base de dados do FIRJAN, disponibilizada pela entidade, base de dados do IBGE e microdados da RAIS, disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Quadro 3 – Apresentação das variáveis utilizadas no modelo

Variável	Conceito	Fonte
Valor total repassado ao PBF e famílias beneficiárias	Montante anual do valor repassado às famílias beneficiárias do PBF e quantidade de famílias beneficiárias no ano de referência.	VISData 3
Valor total repassado ao BPC e beneficiários	Montante anual do valor repassado aos beneficiários do BPC e quantidade de beneficiários no ano de referência.	VISData 3
IFDM	Indicador elaborado por meio de estudo do Sistema FIRJAN que acompanha anualmente o desenvolvimento socioeconômico de 99% dos municípios brasileiros em três áreas de atuação: Emprego e Renda, Saúde e Educação, utilizando como fonte exclusiva para o cálculo dados obtidos exclusivamente de fontes oficiais, com periodicidade anual, recorte municipal e abrangência nacional; o cálculo utilizado para o índice geral é a média simples dos IFDM de "emprego e renda", "educação" e "saúde", desagregados, podendo variar entre 0 e 1, conforme notas de corte (mínima e máxima) fixas para cada indicador componente.	FIRJAN
PIB	Montante anual do Produto Interno Bruto de cada município, que mede o valor total dos bens e serviços finais produzidos pelas unidades residentes.	IBGE
Emprego	Quantidade de vínculos formais de emprego no dia 31/12 do ano de referência em cada município.	RAIS (MTE)

Fonte: Elaboração do autor.

O IFDM é elaborado anualmente pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, a partir de estatísticas oficiais nas áreas de Educação, Saúde, Emprego e Renda, o que possibilita análises mais atualizadas e dinâmicas da realidade socioeconômica local.

Diferentemente do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)⁵, que é divulgado apenas a cada Censo Demográfico (com periodicidade decenal), o IFDM oferece séries contínuas desde 2005, permitindo a avaliação de tendências e a aplicação de métodos econométricos em séries temporais. Assim, embora o IDH-M seja amplamente reconhecido como referência para métrica de desenvolvimento humano no âmbito municipal, a escolha pelo IFDM justifica-se pela sua maior frequência de atualização, tornando-o mais adequado para estudos que demandam acompanhamento anual do desenvolvimento municipal.

A escolha dos dados do IFDM se deu ainda pelo próprio conceito da variável, cuja *proxy* consegue capturar de melhor forma os dados do desenvolvimento socioeconômico⁶ em que o modelo deseja representar, ao dispor de informações agregadas de emprego e renda, saúde e educação, a fim de verificar eventual efeito positivo ou negativo das políticas de transferência de renda PBF e BPC para com o desenvolvimento socioeconômico em âmbito regional e local. Conforme se verifica no Quadro 4, os componentes permitiram identificar efeitos indiretos para as áreas de desenvolvimento citadas, capturando o eventual potencial das políticas públicas de transferência de renda para com estas áreas, de modo geral.

Quadro 4 – Componentes do IFDM, por área de desenvolvimento

IFDM		
Emprego e Renda	Saúde	Educação
<ul style="list-style-type: none"> - Absorção da mão de obra formal; - Proporção de desligamentos voluntários; - PIB per capita; - Participação dos salários no PIB; - População pobre ou de baixa renda; - Diversidade econômica. 	<ul style="list-style-type: none"> - Internações por condições sensíveis à atenção básica; - Óbitos infantis evitáveis; - Proporção de 7+ consultas pré-natal; - Médicos a cada mil habitantes; - Cobertura vacinal; - Gravidez na adolescência; - Internações relacionadas ao saneamento inadequado. 	<ul style="list-style-type: none"> - Taxa de matrículas em creches; - Adequação da formação docente no Ensino Fundamental e Médio; - Distorção Idade-série no Ensino Fundamental e Médio; - Taxa de Abandono no Ensino Fundamental e Médio; - Educação Integral no Ensino Fundamental e Médio.

Fonte: FIRJAN, 2025.

A escolha da variável valor total repassado ao PBF, cuja *proxy* são os dados anuais do montante de valor repassado aos beneficiários do programa, se deu pela boa representatividade, em termos monetários (correntes), da expansão e investimento do programa ao longo do período

⁵ O IDH-M é um indicador inspirado no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da ONU, e composto por três dimensões: educação, longevidade e renda.

⁶ Conforme explicação em publicação oficial da FIRJAN (2025), a metodologia de obtenção do índice possibilita determinar com precisão se a melhora relativa ocorrida em determinado município decorre da adoção de políticas específicas, ou se o resultado obtido é apenas reflexo da queda dos demais municípios.

verificado. A variável valor total repassado ao BPC, de igual modo, foi escolhida por capturar o nível de investimento numa política de transferência de renda focalizada, sendo que a *proxy* é o montante anual do valor (corrente) repassado aos beneficiários da política, no decorrer do período. Os valores de ambas as transferências foram relativizados pela quantidade de seus beneficiários. O PBF e o BPC constituem atualmente as duas principais políticas de transferência direta de renda condicionada existentes no Brasil, sendo ideais, portanto, para representar este tipo de política governamental como variáveis explicativas no modelo econométrico a ser investigado.

A escolha de apenas duas variáveis explicativas preditoras, como suficientes ao modelo, vai ao encontro da afirmação de Frey (2000, p. 220), de que “os estudos tradicionais sobre políticas públicas baseados em métodos quantitativos frequentemente são forçados a se limitar a um número reduzido de variáveis explicativas, devido às dificuldades técnicas e organizativas”. No entanto, a fim de controlar a heterogeneidade individual e isolar o efeito das variáveis independentes sobre o regressando, foram adicionadas variáveis de controle de natureza macroeconômica, a saber: o PIB e o número de vínculos formais de emprego dos municípios.

A pesquisa, cuja natureza é quantitativa, possui caráter explicativo e descritivo, quantos aos objetivos, empregando estatística descritiva para análise e apresentação das variáveis, bem como modelos econométricos de regressão *Tobit* com dados em painel para estimação do efeito das políticas de transferência direta de renda no desenvolvimento socioeconômico dos municípios inseridos nas regiões imediatas que compõem a região intermediária de Montes Claros, objetivando responder ao problema de pesquisa proposto.

4.2 Procedimentos Analíticos

Para alcançar os objetivos propostos, foi utilizada a metodologia de dados em painel. A base de dados em painel combinou os dados de séries temporais, em periodicidade anual, para o período de 2013 a 2019, com dados de corte transversal envolvendo informações individuais para 86 municípios pertencentes às 07 regiões imediatas da região geográfica intermediária de Montes Claros, totalizando 602 observações. A escolha do período de análise se deu pela disponibilidade combinada dos dados do IFDM, PBF e BPC, simultaneamente, bem como a verificação de que a partir do ano de 2020, devido à pandemia de Covid-19, os dados

do Programa Bolsa Família sofrem abrupta redução devido ao surgimento do Auxílio Emergencial, de caráter temporário e que não constitui objeto deste estudo.

Os dados em painel permitiram o acompanhamento da mesma unidade de referência (municípios da mesma região intermediária) ao longo do tempo, possibilitando que fossem exploradas, conjuntamente, as dimensões temporal e espacial dos dados, com a vantagem do controle da heterogeneidade (individualidade ou originalidade) não observável nas unidades analisadas (Gujarati; Porter, 2011). Apresentam vantagens em relação aos modelos de série temporal e de corte seccional (*cross-section*). Dentre elas destaca-se a redução do problema de colinearidade entre as variáveis explicativas, uma vez que os modelos com dados em painel permitem um maior número de observações na análise, aumentando os graus de liberdade e a eficiência dos parâmetros estimados.

O modelo utilizado no presente estudo foi o de *Tobit* em painel. Segundo Wooldridge (2002), a utilização do *Tobit* é apropriada nos casos em que a variável dependente limitada é uma resposta de solução de canto. Esse tipo de variável distribui-se de forma concentrada em determinados pontos da amostra, mas é aproximadamente distribuída de forma contínua com valores acima ou abaixo desse ponto.

Enquanto há ampla literatura sobre dados em painel lineares, poucas são as referências encontradas que tratam de modelos com a variável dependente limitada. Entretanto, o uso do *Tobit* foi considerado apropriado, em razão da existência de censura na variável dependente, que é um indicador contínuo, porém estritamente delimitado no intervalo de fronteira entre 0 e 1, de modo que a utilização de modelos tradicionais, como os Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), em variáveis com essa característica pode gerar estimativas viesadas e inconsistentes, além de prever valores fora do intervalo lógico do índice.

Assim, o modelo *Tobit* com dados em painel, concebido inicialmente para lidar com variáveis dependentes censuradas ou limitadas, adequa-se a essa exigência teórica, ainda que a amostra observada não apresente observações efetivamente censuradas (atingindo exatamente os limites de 0 ou 1), visto que a natureza da metodologia geradora dos dados do IFDM exige uma especificação que reconheça e respeite essas fronteiras.

Outra razão consiste na própria organização da base de dados, tratando-se de um painel que acompanha 86 municípios ao longo do período de 2013 a 2019. Conforme já mencionado, a modelagem em painel é essencial para mitigar o viés de variável omitida, permitindo controlar a heterogeneidade não observada de cada localidade: características geográficas, vocações econômicas históricas ou arranjos institucionais locais (Gujarati; Porter, 2011). Nesse contexto,

a opção pela especificação com efeitos aleatórios (*Random Effects*) decorre de uma limitação intrínseca aos modelos não lineares: a introdução de efeitos fixos no modelo Tobit tradicional gera o chamado “problema dos parâmetros incidentais” (*incidental parameters problem*), que resulta em estimadores severamente inconsistentes em painéis onde o horizonte de tempo ($T = 7$) é pequeno em relação ao número de indivíduos ($N = 86$) (Wooldridge, 2002).

Segundo Greene (2003), o modelo *Tobit* com dados em painel pode ser escrito da seguinte forma:

$$\begin{cases} y_{it}^* = \beta' x_{it} + u_{it} \\ u_{it} = v_{it} + \varepsilon_{it} \end{cases} \quad i = 1, 2, 3, \dots, N \text{ e } t = 1, 2, 3, \dots, T$$

$$(v_{it} \sim N(0, \sigma_v^2)) \quad (\varepsilon_{it} \sim N(0, \sigma_\varepsilon^2))$$

em que as variáveis observadas são:

$$y_{it} = \begin{cases} y_{it}^* & \text{se } y_{it}^* > 0 \\ 0 & \text{caso contrário} \end{cases}$$

A estimação desses modelos é feita por máxima verossimilhança. Uma limitação é que os modelos de *Tobit* em painel devem ser modelados por efeitos aleatórios, já que os efeitos fixos apresentam o problema de parâmetros incidentais (Wooldridge, 2002).

Com isso, a estratégia empírica para estimação consistiu na seguinte especificação, com estimação por máxima verossimilhança, conforme equação (1):

$$IFDM_{it}^* = \beta_1 + \beta_2 \ln(PBF_{it}) + \beta_3 \ln(BPC_{it}) + \beta_4 \ln(PIB_{it}) + \beta_5 \ln(Emprego_{it}) + u_i + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

Onde:

$IFDM_{it}^*$: representa a variável latente e contínua do desenvolvimento para o município i no ano t , e assume o valor esperado condicional aos valores das variáveis independentes;

$\ln(PBF_{it})$ e $\ln(BPC_{it})$: são os logaritmos naturais dos repasses anuais do Programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada, relativizados pela quantidade de famílias beneficiárias e beneficiários, respectivamente⁷. A finalidade de escolha destas *proxies* foi explicar o desenvolvimento socioeconômico do respectivo município i no ano t a partir dos repasses das políticas públicas;

$\ln(PIB_{it})$ e $\ln(Emprego_{it})$: operam como covariáveis de controle macroeconômico, capturando o dinamismo da atividade econômica e do mercado de trabalho formal para o município i no ano t ;

u_i : captura o efeito aleatório específico, não observado e invariante no tempo do município i ;

ε_{it} : é o termo de erro idiossincrático assumido como normalmente distribuído;

⁷ O uso da quantidade de famílias para ponderação dos repasses do PBF em vez da quantidade de beneficiários, como no BPC, se deu por indisponibilidade dos dados referentes à quantidade de beneficiários para o ano de 2013. Contudo, considerando o caráter familiar do PBF, essa substituição não prejudicou a estimação da regressão.

$i = 1, 2, \dots, n$ – unidades de análise (municípios), e

$t = 1, 2, \dots, t$ – período de tempo (anos).

A especificação do modelo empírico traduz operacionalmente as categorias analíticas construídas ao longo do referencial teórico e revisão de literatura. A variável dependente IFDM operacionaliza a concepção multidimensional de desenvolvimento apresentada nas seções 2.3 e 2.4: ao agregar indicadores de emprego e renda, saúde e educação, o índice distancia-se da abordagem unidimensional baseada exclusivamente na renda e aproxima-se da perspectiva das capacidades humanas e das abordagens multidimensionais de pobreza, segundo as quais o desenvolvimento deve ser aferido pela amplitude das realizações que os indivíduos conseguem alcançar (Avila, 2013; Crespo; Gurovitz, 2002; Romão, 1982).

As variáveis explicativas centrais, PBF e BPC, operacionalizam, respectivamente, as políticas de transferência condicionada e não condicionada de renda discutidas na seção 2.2 e capítulo 3. O PBF, ao vincular o benefício ao cumprimento de condicionalidades nas áreas de saúde e educação, atua diretamente sobre duas das três dimensões constitutivas do IFDM, tornando esperada uma relação positiva entre os valores repassados por família e o desenvolvimento municipal. O BPC, por sua vez, operacionaliza a garantia constitucional de renda mínima para idosos e pessoas com deficiência em situação de extrema pobreza, testando empiricamente se transferências não condicionadas também produzem efeitos sobre o desenvolvimento local.

Já as variáveis de controle ancoram-se nas teorias de desenvolvimento regional trabalhadas na seção 2.3: o PIB captura o dinamismo econômico local subjacente às hipóteses de causação circular cumulativa (Myrdal, 1957) e de polos de crescimento (Perroux, 1955), isolando o efeito das transferências da influência do nível prévio de atividade econômica municipal; enquanto o emprego formal representa a inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho regulado, dimensão intrinsecamente associada à geração de renda e à redução das desigualdades regionais, conforme evidenciado pela literatura empírica revisada (Correa Junior; Trevisan; Mello, 2019; Santos *et al.*, 2017).

Para a análise descritiva comparativa, os dados referentes a valores monetários foram corrigidos pela inflação acumulada, por meio do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) para o ano-base 2025. As variáveis explicativas passaram por transformação logarítmica (logaritmo neperiano) e ponderação.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este capítulo tem como objetivo analisar as relações entre as políticas de transferência de renda e o desenvolvimento regional por meio de evidências econométricas. Os resultados deste trabalho encontram-se divididos em duas seções: a primeira seção consiste na apresentação e análise das estatísticas das variáveis utilizadas do modelo proposto e a segunda seção, por sua vez, apresenta e discute os resultados das estimações, evidenciando a influência dos repasses oriundos das políticas de transferência direta de renda como um dos possíveis determinantes empíricos do desenvolvimento municipal e regional, de modo a responder aos objetivos da pesquisa.

5.1 Descrição Analítica das Variáveis Utilizadas no Modelo

As estatísticas descritivas abrangem as variáveis utilizadas no modelo econométrico, que são de natureza contínua e compreendem o período de 2013 a 2019, em valores anuais. Os dados são referentes aos 86 municípios pertencentes à Região Intermediária de Montes Claros. Os valores das variáveis “Valor repassado ao Programa Bolsa Família (PBF)”, “Valor repassado ao Benefício de Prestação Continuada (BPC)” e “Produto Interno Bruto (PIB)”, cuja natureza é monetária, foram corrigidos pelo INPC a preços de 2025, para melhor análise comparativa em termos reais.

A Tabela 1 apresenta as estatísticas das variáveis utilizadas no modelo: média, Desvio-padrão (Dp), Mínimo (Min), mediana e Máximo (Máx).

Tabela 1 – Estatísticas das variáveis utilizadas no modelo

Variável	Média	Dp	Min.	Mediana	Máx.
IFDM	0,4754993	0,0662158	0,2354	0,4726	0,6883
Valor repassado ao PBF	7.011.617	7.937.201	755.934,3	4.351.946	7,80×10 ⁷
Valor repassado ao BPC	8.125.109	1,95×10 ⁷	78.534,66	1.653.921	1,80×10 ⁸
PIB*	422.351,7	1.482.839	40.156,67	109.066	1,42×10 ⁷
Emprego	2.503,38	9.480,36	184	599,5	90.797

Fonte: Elaboração do autor. N = 602. *×1000.

Conforme verifica-se na Tabela 1, os resultados apontam para uma região cujo IFDM dos municípios apresenta média de 0,475 e desvio-padrão de 0,066, indicando baixa dispersão em torno da média e sugerindo relativa homogeneidade no nível de desenvolvimento municipal

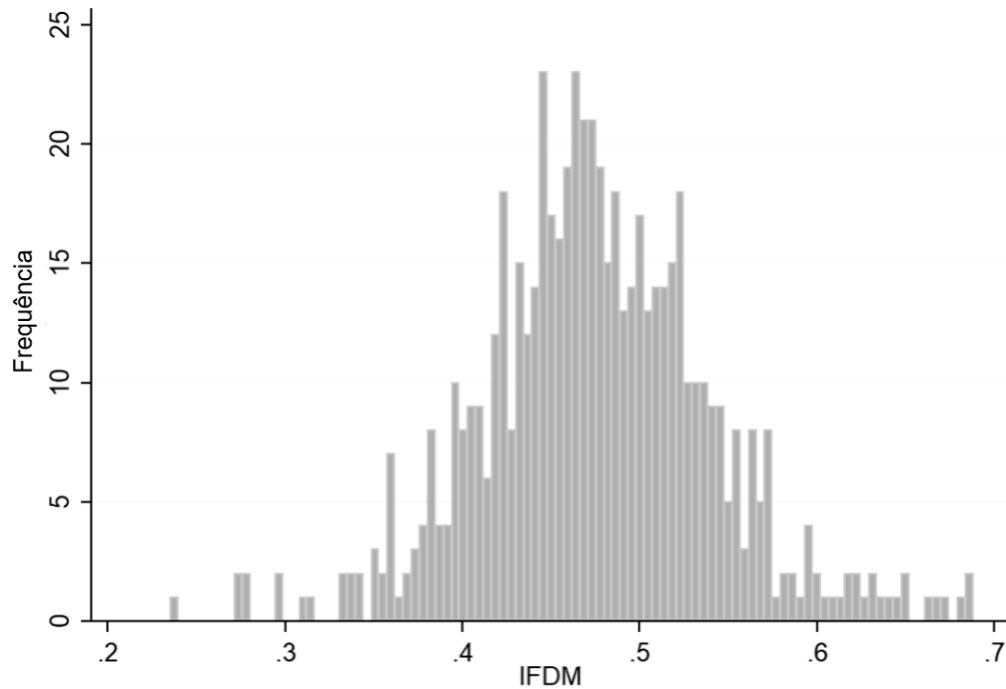
ao longo do período analisado, o que pode ser confirmado pelo valor da mediana em 0,472, muito próximo do valor médio, demonstrando distribuição relativamente simétrica do indicador, e indicando ausência de valores extremos capazes de distorcer significativamente a média. Os valores de mínimo (0,235) e máximo (0,688) evidenciam, contudo, a existência de diferenças relevantes entre municípios, ainda que dentro de uma faixa relativamente limitada, característica esperada para indicadores sintéticos (padronizados) de desenvolvimento.

No que se refere às variáveis de transferências de renda, observa-se elevada dispersão nos valores repassados tanto pelo PBF quanto pelo BPC. O valor médio anual transferido pelo PBF foi de aproximadamente R\$ 7,0 milhões por município, com desvio-padrão que supera a média (cerca de R\$ 7,9 milhões), enquanto o BPC apresentou média de R\$ 8,1 milhões e desvio-padrão ainda mais elevado, de aproximadamente R\$ 19,5 milhões, superior ao dobro do valor. A análise das medianas em conjunto com as demais estatísticas revela diferenças substanciais entre as medidas, demonstrando forte assimetria à direita, o que indica que poucos municípios recebem valores muito altos, elevando a média de ambas as transferências. A diferença expressiva entre valores de mínimos e máximos dessas transferências indica ainda forte heterogeneidade entre os municípios da região, refletindo diferenças populacionais e estruturais que influenciam a quantidade de beneficiários atendidos pelos programas. Essa assimetria sugere, portanto, a necessidade de transformações nas variáveis monetárias para estimativas econométricas, como logaritmos ou ponderações, de modo a reduzir a influência de valores extremos.

No que tange às variáveis de controle, verifica-se que o PIB municipal, por sua vez, apresenta média de aproximadamente 422 milhões de reais e elevada amplitude entre o menor e o maior valor observado, sugerindo significativa desigualdade econômica entre os municípios da região intermediária. Além disso, a distância entre a média e a mediana (R\$ 109 milhões) também indica distribuição assimétrica, extremamente concentrada, possivelmente influenciada pela presença de municípios economicamente mais dinâmicos que elevam o valor médio de toda a amostra, como, por exemplo, os polos urbanos dominantes Montes Claros e Pirapora. A variável de emprego formal, por sua vez, também apresenta elevada dispersão, com média de 2.503 vínculos formais e desvio-padrão de 9.480 (quatro vezes a média, aproximadamente), além de ampla diferença entre os valores de mínimo (184) e máximo (90.797), e baixo valor da mediana (599), mais próximo ao valor mínimo. Esse padrão reforça a heterogeneidade estrutural da região, na qual poucos municípios concentram maior dinamismo econômico e geração de emprego formal.

O Gráfico 1 apresenta visualmente a distribuição de frequência do IFDM entre os municípios da Região Intermediária de Montes Claros.

Gráfico 1 – Histograma de Frequência: IFDM



Fonte: Elaboração do autor. N = 602.

A Tabela 2 apresenta a decomposição da variância das variáveis em três componentes: *overall*, *between* e *within*, permitindo identificar se a maior parte da variação decorre de diferenças entre municípios ou de mudanças ao longo do tempo dentro de cada município.

Tabela 2 – Estatísticas das variáveis utilizadas no modelo: *overall*, *between* e *within*

Variável		Obs.	Média	Dp	Min.	Máx.
IFDM	<i>overall</i>	N = 602	0,4754993	0,0662158	0,2354	0,6883
	<i>between</i>	n = 86		0,0589058	0,2784571	0,6725429
	<i>within</i>	T = 7		0,0308105	0,3716422	0,5506565
Valor repassado ao PBF	<i>overall</i>	N = 602	7.011.617	7.937.201	755.934,3	7,80×10 ⁷
	<i>between</i>	n = 86		7.695.109	901.256,4	5,51×10 ⁷
	<i>within</i>	T = 7		2.091.799	-1,60×10 ⁷	2,99×10 ⁷
Valor repassado ao BPC	<i>overall</i>	N = 602	8.125.109	1,95×10 ⁷	78.534,66	1,80×10 ⁸
	<i>between</i>	n = 86		1,95×10 ⁷	256.614,5	1,63×10 ⁸
	<i>within</i>	T = 7		1976020	-1,50×10 ⁷	2,54×10 ⁷
PIB*	<i>overall</i>	N = 602	422.351,7	1.482.839	40.156,67	1,42×10 ⁷
	<i>between</i>	n = 86		1.488.907	42.390,07	1,36×10 ⁷
	<i>within</i>	T = 7		64.018,56	-291.338	1.030.694

	<i>overall</i>	N = 602	2.503,38	9.480,359	184	90.797
Emprego	<i>between</i>	n = 86		9.523,049	251,2857	87.291,29
	<i>within</i>	T = 7		306,8022	-969,9053	6.009,095

Fonte: Elaboração do autor. *×1000.

No caso do IFDM, observa-se que a variabilidade entre municípios (*between*) é superior à variabilidade ao longo do tempo dentro dos municípios (*within*), indicando que os níveis de desenvolvimento apresentam diferenças estruturais entre as localidades, enquanto sua evolução temporal tende a ocorrer de forma mais gradual. Esse resultado é consistente com a natureza do indicador, que incorpora as dimensões educação, saúde e emprego, cujas mudanças ocorrem de forma relativamente lenta. Observa-se um padrão semelhante para as variáveis de transferências de renda, considerando que tanto os valores repassados pelo PBF quanto pelo BPC apresentam maior variação entre municípios do que ao longo do tempo dentro das mesmas unidades: para o PBF, a variação entre municípios é quase quatro vezes maior que a variação temporal, enquanto para o BPC a diferença é ainda mais marcante. Isso sugere que as transferências de renda refletem, em grande medida, características estruturais dos municípios, como tamanho populacional e nível de vulnerabilidade socioeconômica.

No caso do PIB municipal e do número de vínculos formais de emprego, a predominância da variação entre municípios é ainda mais acentuada, o que reforça uma dinâmica econômica regional marcada por forte heterogeneidade estrutural, com uma menor parcela dos municípios concentrando maior atividade econômica e geração de emprego formal. De modo geral, os resultados sugerem que as diferenças estruturais entre municípios desempenham papel mais relevante do que as variações temporais na explicação das variáveis analisadas, aspecto que corrobora a importância de modelos econométricos capazes de controlar a heterogeneidade não observada entre unidades territoriais, uma vez que, nesse caso, modelos de efeitos fixos podem gerar coeficientes menos significativos, porque a identificação vem só da variação temporal.

A Tabela 3 apresenta as estatísticas descritivas das variáveis do modelo desagregadas por região imediata.

Tabela 3 – Estatísticas das variáveis utilizadas no modelo: análise por região imediata

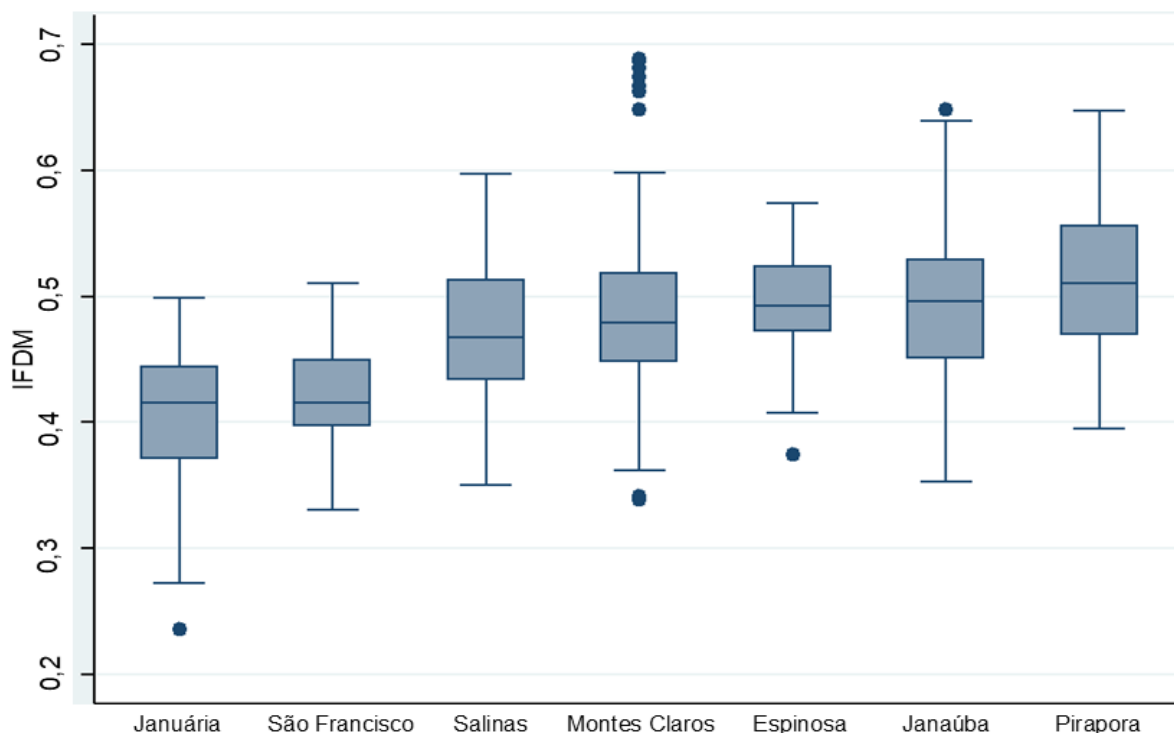
Região	Estatística	IFDM	Valor repassado ao PBF	Valor repassado ao BPC	PIB*	Emprego
Espinosa	N	56	56	56	56	56
	Média	0,4946768	5.099.555	3.994.607	156.628,5	897,0536
	Dp.	0,0408102	3.472.646	4.807.603	127.997,6	845,7119
	Mediana	0,4924	3.600.111	711.303,7	80.259,33	421,5
	Máx.	0,5736	1,47×10 ⁷	1,446×10 ⁷	466.907,3	3.168
Janaúba	N	77	77	77	77	77
	Média	0,4969312	8.397.177	9.102.128	376.972,3	2.565,494
	Dp.	0,0663718	7.926.348	1,24×10 ⁷	446.202,7	3.374,002
	Mediana	0,4956	4.094.297	2.130.977	198.553,4	1.364
	Máx.	0,6483	2,83×10 ⁷	4,64×10 ⁷	1.797.812	12.812
Januária	N	56	56	56	56	56
	Média	0,3995607	1,02×10 ⁷	1,07×10 ⁷	246.517,5	1.310,5
	Dp.	0,0631517	9.006.459	1,78×10 ⁷	292.159,9	1.632,968
	Mediana	0,4154	7.194.970	2.485.252	119.615,7	513
	Máx.	0,4983	3,57×10 ⁷	5,98×10 ⁷	1.015.282	5.945
Montes Claros	N	224	224	224	224	224
	Média	0,4841473	6.873.610	9.234.897	612.382	3.720,237
	Dp.	0,0587187	1,00×10 ⁷	2,84×10 ⁷	2.345.464	15.111,11
	Mediana	0,47895	3.924.923	1.275.515	90.769,37	556
	Máx.	0,6883	7,80×10 ⁷	1,80×10 ⁸	1,42×10 ⁷	90.797
Pirapora	N	49	49	49	49	49
	Média	0,5165041	6.268.374	7.428.755	694.321,6	3.540,327
	Dp.	0,0630298	4.105.980	8.391.878	950.065,8	4.360,079
	Mediana	0,5106	3.947.168	2.868.068	172.389,1	1.404
	Máx.	0,6471	1,54×10 ⁷	2,76×10 ⁷	3.313.164	14.040
Salinas	N	98	98	98	98	98
	Média	0,4750694	5.167.684	6.557.337	211.170	1.336,255
	Dp.	0,0596298	3.146.025	9.607.587	239.658,6	1.619,094
	Mediana	0,46705	4.112.831	1.300.798	85.920,42	486
	Máx.	0,597	1,57×10 ⁷	3,18×10 ⁷	869.802,3	5.763
São Francisco	N	42	42	42	42	42
	Média	0,418931	8.645.787	7.013.370	256.254,8	1.145,405
	Dp.	0,0420316	7.491.365	1,02×10 ⁷	221.195,9	1.182,695
	Mediana	0,41555	5.533.371	2.786.590	161.110,8	690
	Máx.	0,5107	2,70×10 ⁷	3,21×10 ⁷	743.119,9	3.894
Total	N	602	602	602	602	602
	Média	0,4754993	7.011.617	8.125.109	422.351,7	2.503,38
	Dp.	0,0662158	7.937.201	1,95×10 ⁷	1.482.839	9.480,359
	Mediana	0,4726	4.351.946	1.653.921	109.066	599,5
	Máx.	0,6883	7,80×10 ⁷	1,80×10 ⁸	1,42×10 ⁷	90.797

Fonte: Elaboração do autor. *×1000.

Os resultados apresentados evidenciam diferenças estruturais relevantes entre as regiões imediatas que compõem a área de estudo. No que se refere ao nível de desenvolvimento medido pelo IFDM, observa-se que Pirapora apresenta a maior média (0,516), seguida por Janaúba (0,497) e Espinosa (0,495). Em contraste, São Francisco registra o menor nível médio do indicador (0,419), indicando condições socioeconômicas relativamente menos favoráveis.

Esses resultados sugerem heterogeneidade regional no padrão de desenvolvimento dentro da região intermediária analisada, conforme se observa também no Gráfico 2.

Gráfico 2 – *Box plot*: Distribuição do IFDM por Região Imediata



Fonte: Elaboração do autor.

Ainda no que se refere ao indicador de desenvolvimento, o Gráfico 2 permite observar a distribuição do IFDM entre as regiões imediatas da área de estudo, e de modo geral, nota-se que as medianas do índice estão concentradas na faixa entre aproximadamente 0,40 e 0,52, indicando que a maior parte dos municípios apresenta níveis de desenvolvimento classificados como desenvolvimento baixo, segundo metodologia e conceitos da própria FIRJAN (2025). Entre as regiões analisadas, Pirapora e Janaúba apresentam as maiores medianas do IFDM, sugerindo desempenho relativamente superior em termos de desenvolvimento municipal. Em contraste, Januária e São Francisco concentram valores medianos mais baixos, além de apresentarem maior incidência de valores mínimos reduzidos, indicando a presença de municípios extremos com níveis mais baixos do indicador.

O Gráfico 2 também evidencia diferenças na dispersão dos valores do IFDM entre as regiões: enquanto regiões como São Francisco e Salinas apresentam distribuição relativamente concentrada em torno da mediana, Montes Claros apresenta maior amplitude e presença de valores extremos superiores, indicando a existência de municípios com desempenho

significativamente mais elevado inseridos nessa região imediata, o que demonstra de forma contundente a presença de marcantes desigualdades internas no padrão de desenvolvimento municipal da região intermediária analisada, que como um todo, conforme já discutido, é uma das regiões com menor desempenho econômico do estado. Mesmo nas regiões com melhores desempenhos relativos, os valores ainda permanecem abaixo do conceito de desenvolvimento alto (entre 0,8 e 1,0), tendo uma minoria dos municípios atingido o conceito de desenvolvimento moderado (entre 0,6 e 0,8), o que permite concluir que a região intermediária inteira se encontrava em um nível baixo e moderado de desenvolvimento no período analisado.

Em relação às transferências de renda, verifica-se na Tabela 3 que os maiores valores médios repassados pelo PBF e BPC concentram-se nas regiões de Januária, Janaúba e São Francisco, enquanto Espinosa apresenta valores médios relativamente menores. No caso do BPC, Januária, Janaúba e Montes Claros destacam-se pelos maiores valores médios, possivelmente refletindo características demográficas e socioeconômicas específicas dessas regiões. Observa-se que as regiões que recebem maiores volumes médios de transferências não coincidem necessariamente com aquelas que apresentam maiores níveis de desenvolvimento medidos pelo IFDM, o que sugere que os programas de transferência de renda atuam predominantemente como mecanismos de compensação socioeconômica em áreas de maior vulnerabilidade, e não como um reflexo direto da dinâmica econômica local.

No que se refere à atividade econômica, medida pelo PIB municipal, observa-se significativa disparidade entre as regiões. Pirapora apresenta a maior média de PIB, seguida por Montes Claros e Janaúba, enquanto regiões como Espinosa e Salinas apresentam valores médios consideravelmente menores, evidenciando a presença de polos produtivos regionais. A elevada diferença entre valores médios, medianos e máximos das variáveis econômicas de controle, especialmente no caso do emprego formal, indica forte concentração da atividade econômica em poucos municípios da região, com destaque para região imediata de Montes Claros, cuja mediana de empregos formais é de 566, e o valor máximo é de 90.797, indicando a presença de um polo urbano dominante, responsável por concentrar parcela significativa da geração de emprego e da atividade produtiva regional.

Ainda, a comparação entre os níveis médios de PIB municipal e os valores médios de transferências de renda reforça a existência de diferentes perfis econômicos entre as regiões imediatas analisadas, uma vez que, enquanto regiões como Pirapora apresentam maior dinamismo econômico, refletido em níveis mais elevados de PIB, os valores médios de transferências são relativamente moderados. Por outro lado, a região de Januária apresenta

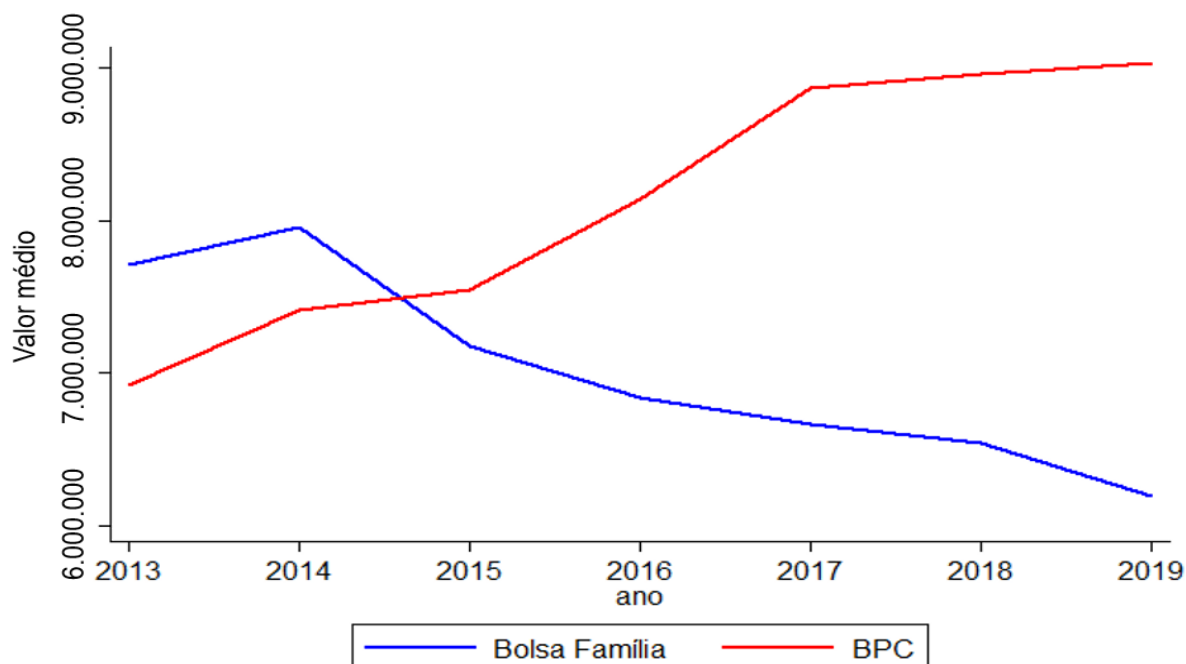
valores médios de transferências significativamente mais elevados, apesar de possuir menor média de PIB relativo, o que corrobora a coexistência, no interior da região intermediária, de polos econômicos mais produtivos em contraste com áreas nas quais as transferências públicas assumem papel mais relevante na circulação de renda local.

A distribuição do emprego formal evidencia forte concentração espacial da atividade econômica na região. Embora a média de vínculos formais seja de 2.503 trabalhadores, a mediana de apenas 599 indica que a maior parte dos municípios possui um contingente relativamente reduzido de empregos formais. Essa diferença expressiva entre média e mediana revela a presença de poucos centros urbanos com elevada capacidade de geração de emprego, que elevam a média regional. Esse padrão torna-se ainda mais evidente ao se observar o valor máximo de 90.797 vínculos formais, associado a municípios de maior porte, como Montes Claros, sugerindo forte polarização do mercado de trabalho regional. Enquanto algumas regiões apresentam maior capacidade econômica, outras permanecem marcadas por menor capacidade produtiva e geração de emprego formal, padrão que reforça a presença de desigualdades estruturais no interior da própria região intermediária analisada.

Esse padrão corrobora a base teórica de que o desenvolvimento regional dentro de uma mesma região econômica tende a ser estruturalmente desigual, pois o próprio processo de crescimento reforça hierarquias espaciais já existentes, sendo que núcleos mais dinâmicos (cidades ou sub-regiões com melhor infraestrutura, capital e Estado presente) atraem investimentos, mão de obra qualificada e inovação, enquanto áreas periféricas ficam presas a atividades de baixa produtividade, baixa renda e forte concentração fundiária. Assim, essa desigualdade intrarregional não é vista como algo natural, mas como resultado histórico de estruturas econômicas e sociais (latifúndio, especialização em produtos primários, poder político local) que bloqueiam a difusão dos ganhos do crescimento para o conjunto da região. Nesse contexto, as políticas regionais de Estado (como a Sudene) tornam-se relevantes, desde que voltadas para transformar a base produtiva e as relações sociais, e não apenas levar obras pontuais, justamente para enfrentar esse padrão de desenvolvimento desigual dentro da própria região.

No que se refere à evolução temporal dos valores médios das transferências, observa-se pelo Gráfico 3, que a evolução dos valores médios das transferências no período de 2013 a 2019, revela comportamentos distintos entre os dois programas analisados.

Gráfico 3 – Evolução dos valores médios das transferências: 2013 a 2019



Fonte: Elaboração do autor.

Enquanto os repasses médios do BPC apresentam trajetória claramente crescente ao longo do período, passando de aproximadamente 7 milhões em 2013 para valores próximos a 9 milhões em 2019, os valores médios transferidos pelo PBF exibem tendência oposta após 2014. É possível constatar que, depois de atingir seu pico em 2014, os repasses médios do PBF passam a apresentar trajetória gradual de redução em termos reais, alcançando cerca de 6,2 milhões em 2019. Esse comportamento sugere que, no período analisado, o crescimento das transferências associadas ao BPC ocorreu simultaneamente à redução relativa dos valores médios do Bolsa Família, indicando mudanças na dinâmica dos fluxos de renda provenientes dessas políticas públicas.

Nesse sentido, o crescimento contínuo do BPC pode estar associado ao fato de que o benefício está vinculado ao valor do salário mínimo, o que tende a gerar aumentos no valor do benefício na medida em que a política salarial vigente promova reajustes reais, além de corresponder à mudança na estrutura etária brasileira, cuja tendência é de uma população envelhecida cada vez mais predominante. Em contraste, o PBF sofreu restrições orçamentárias e reajustes limitados no período pós-2014, em grande parte devido a mudanças na agenda política, que priorizou outras áreas, combinadas com a implementação de filtros mais rigorosos, baseados em cruzamentos detalhados de dados, que identificaram beneficiários considerados

inelegíveis, o que reduziu significativamente o público-alvo do programa, refletindo uma estratégia de contenção de despesas e maior focalização dos recursos disponíveis.

Ressalta-se que as diferenças entre regiões podem refletir não apenas distintos níveis de vulnerabilidade socioeconômica, mas também diferenças no tamanho populacional e no número absoluto de beneficiários, de modo que a comparação entre regiões deve ser interpretada principalmente como indicativa do volume de recursos que circula nas economias locais por meio dessas políticas, e não necessariamente como medida da intensidade relativa das transferências.

Ainda assim, de modo geral, a análise conjunta das variáveis até o momento sugere que, em regiões com menor dinamismo e protagonismo econômico, as transferências públicas assumem papel relativamente mais relevante na composição da renda local. Em municípios, onde o PIB médio é mais reduzido, os valores médios repassados por programas de transferência de renda representam parcela significativa dos fluxos monetários que circulam na economia local, e ressalta um padrão consistente com interpretações da literatura estruturalista do desenvolvimento regional, segundo as quais áreas com menor diversificação produtiva tendem a apresentar maior dependência de fluxos externos de renda, que inclui as transferências governamentais. No entanto, cabe observar que os valores apresentados para as transferências correspondem aos montantes totais repassados aos municípios anualmente.

A comparação conjunta entre as Tabelas 4 e 5 evidencia diferenças substantivas entre as observações com IFDM crítico (menor que 0,4; N=66) e aquelas com IFDM moderado (entre 0,6 e 0,8; N=21). Em termos medianos (medida robusta à presença de outliers), o PIB mediano nas observações de IFDM moderado é aproximadamente 2,75 bilhões de reais contra 102,17 milhões de reais nas observações de IFDM crítico, valor quase 27 vezes maior. A mediana de empregos é cerca de 12.941 no grupo moderado contra 379 no grupo crítico (aproximadamente 34 vezes). Para as transferências, a mediana do PBF fica em aproximadamente R\$19,8 milhões no grupo moderado versus R\$5,49 milhões no grupo baixo (3,6 vezes), enquanto a mediana do BPC é de R\$40,9 milhões contra R\$1,13 milhão (36 vezes).

Tabela 4 – Estatísticas das variáveis dos municípios com IFDM crítico (menor que 0,4)

Variável	Média	Dp	Min.	Mediana	Máx.
Valor repassado ao PBF	6.952.001	4.949.772	1.746.160	5.489.623	2,64×10 ⁷
Valor repassado ao BPC	3.216.243	5.333.226	153.139,5	1.125.804	2,96×10 ⁷
PIB*	137.576,4	124.418,9	50.840,96	102.173,5	736.992,3
Emprego	612,8788	658,3266	229	379	3.894

Fonte: Elaboração do autor. N = 66. *×1000.

Tabela 5 – Estatísticas das variáveis dos municípios com IFDM moderado (0,6 a 0,8)

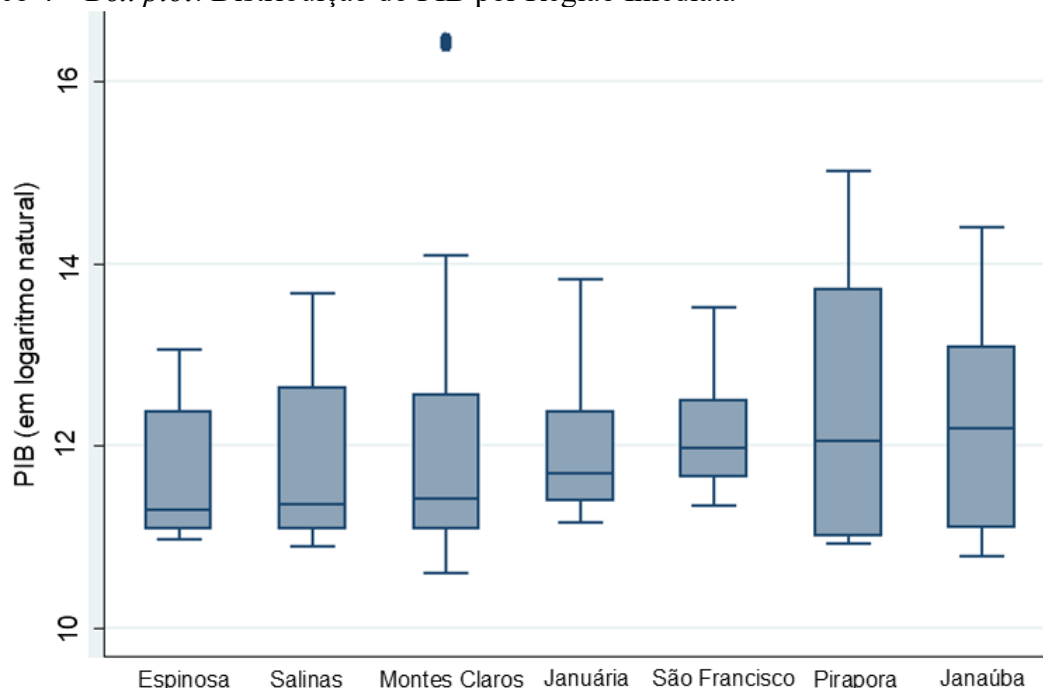
Variável	Média	Dp	Min.	Mediana	Máx.
Valor repassado ao PBF	$2,94 \times 10^7$	$2,18 \times 10^7$	3.744.413	$1,98 \times 10^7$	$7,80 \times 10^7$
Valor repassado ao BPC	$7,45 \times 10^7$	$6,55 \times 10^7$	2.130.977	$4,09 \times 10^7$	$1,80 \times 10^8$
PIB*	5.930.532	5.583.296	152.413,9	2.758.159	$1,42 \times 10^7$
Emprego	36.918,14	36.609,05	1.566	12.941	90.797

Fonte: Elaboração do autor. N = 21. * $\times 1000$.

Esses resultados indicam que os municípios classificados como mais desenvolvidos concentram parcela desproporcional da massa de recursos e da atividade econômica regional. No entanto, ressalta-se a necessidade de cautela na interpretação, visto que os valores apresentados são montantes absolutos e podem refletir, sobretudo, diferenças de tamanho populacional e a presença de polos urbanos que elevam fortemente as médias e os desvios-padrão. Assim, as diferenças apontadas devem ser lidas como diferenças no volume agregado de renda, emprego e repasses, não automaticamente como maior intensidade *per capita* da política pública.

Além disso, cabe observar que o número de observações apresentado nas tabelas se refere a observações município-ano do painel de dados, e não ao número de municípios distintos, uma vez que um mesmo município pode apresentar diferentes níveis de IFDM ao longo do período analisado. Apesar disso, a pertinência da análise justifica-se pelo objetivo de caracterizar o comportamento das variáveis nas diferentes situações observadas do indicador ao longo do período, explorando a variação temporal existente no painel de dados, e não apenas comparar municípios fixamente classificados em cada nível do indicador, visto o caráter móvel, e não estático, do índice ao longo do tempo.

As diferenças inter-regionais podem ser evidenciadas também por meio do Gráfico 4, que apresenta a distribuição do PIB municipal no período analisado (em logaritmo natural) entre as regiões imediatas.

Gráfico 4 – *Box plot*: Distribuição do PIB por Região Imediata

Fonte: Elaboração do autor.

Observa-se que regiões como Janaúba e Pirapora apresentam medianas mais elevadas do PIB, indicando maior nível médio de atividade econômica em seus municípios. Por outro lado, regiões como Espinosa e Salinas contrastam com medianas mais baixas e menor amplitude da distribuição, sugerindo menor escala econômica relativa.

Ademais, o Gráfico 4 também evidencia diferenças na dispersão dos valores entre as regiões, uma vez que algumas regiões apresentam distribuições relativamente concentradas em torno da mediana, como São Francisco e Januária, e outras regiões, como Pirapora e Janaúba, apresentam maior amplitude entre os valores mínimos e máximos, indicando maior heterogeneidade entre os municípios que compõem essas regiões. Destaca-se ainda a presença de valores extremos superiores na região imediata de Montes Claros, evidenciando a existência de municípios com níveis de atividade econômica significativamente mais elevados, o que contribui para elevar a dispersão de toda a região intermediária observada. Cabe destacar que o uso do logaritmo natural do PIB permite reduzir a influência de valores extremos e facilita a comparação proporcional entre municípios com diferentes escalas econômicas.

A Tabela 6 apresenta as estatísticas descritivas das variáveis do modelo com ponderações pelo PIB e populações municipais.

Tabela 6 – Estatísticas das variáveis PBF e BPC com ponderações por PIB e população

Variável	Média	Dp	Min.	Mediana	Máx.
Proporção valor PBF/PIB	0,0369495	0,0177	0,002381	0,0365023	0,110525
Proporção valor BPC/PIB	0,0195342	0,0137	0,0008381	0,0146468	0,0623115
Proporção famílias PBF/População	0,1419	0,0319	0,0357	0,1429	0,2682
Proporção beneficiários BPC/População	0,0211	0,0241	0,0014	0,0144	0,2130

Fonte: Elaboração do autor. N = 602.

A análise descritiva das 602 observações revela uma distinção clara no comportamento estatístico e na abrangência das duas modalidades de transferência de renda em relação ao PIB e à população. O PBF apresenta uma distribuição notavelmente estável e simétrica: sua média de cobertura populacional (14,19%) é praticamente idêntica à mediana (14,29%), sugerindo que o programa atua de forma homogênea na maior parte da amostra. Em contrapartida, o BPC exibe uma forte assimetria positiva, uma vez que a média de beneficiários sobre a população (2,11%) é consideravelmente superior à mediana (1,44%), e seu desvio-padrão (0,0241) supera a própria média, o que indica que, embora a maioria dos municípios possua índices baixos, a presença de valores muito elevados em poucas localidades desloca a média para cima.

A amplitude dos dados evidencia, mais uma vez, disparidades socioeconômicas profundas, especialmente ao contrastar os valores mínimos e máximos. Enquanto a cobertura mínima do PBF é de 3,57%, o seu valor máximo atinge 26,82% da população, demonstrando que, em certos municípios, a dependência dessa transferência é central para a economia local. O fenômeno é ainda mais extremo no BPC, que apesar da média baixa, possui um valor máximo de cobertura que chega a 21,3%, um índice quase dez vezes superior à média global e muito próximo ao teto do próprio PBF. Esses picos, somados ao fato de o impacto máximo do PBF no PIB (0,11) ser quase o dobro do registrado pelo BPC (0,06), sugerem que o PBF é o principal motor de impacto econômico relativo, enquanto o BPC apresenta *outliers* de alta concentração que podem estar atrelados a especificidades demográficas locais, como o envelhecimento populacional ou maiores índices de pessoas com deficiência.

A Tabela 7 apresenta as estatísticas descritivas das variáveis do modelo com ponderações, desta vez desagregadas por região imediata. Os resultados apresentados reforçam a heterogeneidade estrutural entre as regiões imediatas que compõem a área de estudo, complementando os dados da Tabela 3 e discussão.

Tabela 7 – Estatísticas das variáveis PBF e BPC com ponderações, por Região Imediata

Região	Estatística	Proporção valor PBF / PIB	Proporção valor BPC / PIB	Proporção famílias PBF / População	Proporção beneficiários BPC / População
Espinososa	N	56	56	56	56
	Média	0,0381	0,0175	0,1472662	0,0145283
	Dp.	0,0126	0,0135	0,0292734	0,0120551
	Mediana	0,0347	0,0112	0,144474	0,0083025
	Máx.	0,0647	0,0431	0,2116463	0,0380795
Janaúba	N	77	77	77	77
	Média	0,0296	0,0196	0,1352245	0,0209175
	Dp.	0,0124	0,0128	0,0252622	0,0209175
	Mediana	0,0294	0,0161	0,1384158	0,0150041
	Máx.	0,0573	0,0525	0,1919103	0,0426488
Januária	N	56	56	56	56
	Média	0,0543	0,0278	0,1458626	0,0236961
	Dp.	0,0244	0,0171	0,025374	0,0178307
	Mediana	0,0433	0,0196	0,1484758	0,0150751
	Máx.	0,0433	0,0623	0,197437	0,0593115
Montes Claros	N	224	224	224	224
	Média	0,0369	0,0181	0,1463313	0,0177969
	Dp.	0,0174	0,0142	0,0347137	0,0126267
	Mediana	0,0372	0,0133	0,1476154	0,0136776
	Máx.	0,0937	0,0539	0,2682292	0,0510685
Pirapora	N	49	49	49	49
	Média	0,0268	0,0128	0,1332416	0,0177129
	Dp.	0,0188	0,0072	0,0416581	0,0083557
	Mediana	0,0211	0,0113	0,1305252	0,0217264
	Máx.	0,0551	0,0299	0,2215222	0,0316857
Salinas	N	98	98	98	98
	Média	0,038	0,0216	0,1366279	0,0339676
	Dp.	0,0149	0,0116	0,0328578	0,0505372
	Mediana	0,0431	0,0157	0,139276	0,014243
	Máx.	0,0652	0,0464	0,214668	0,2130614
São Francisco	N	42	42	42	42
	Média	0,0354	0,0217	0,1411815	0,0186075
	Dp.	0,0079	0,0128	0,0152791	0,0093293
	Mediana	0,0347	0,0179	0,1395091	0,0168014
	Máx.	0,0509	0,0432	0,1713894	0,0357621
Total	N	602	602	602	602
	Média	0,0369	0,0195	0,1419497	0,0211229
	Dp.	0,0177	0,0137	0,0319656	0,0241031
	Mediana	0,0365	0,0146	0,1429905	0,014486
	Máx.	0,1105	0,0623	0,2682292	0,2130614

Fonte: Elaboração do autor.

A análise dos dados revela que o PBF exerce um impacto significativamente superior ao BPC tanto na composição do PIB regional quanto na cobertura populacional nas regiões estudadas. Observa-se que a média da proporção PBF/PIB (3,69%) é consideravelmente maior que a registrada para o BPC (1,95%), indicando que o PBF possui uma capilaridade financeira

mais expressiva nas economias locais deste recorte. No que tange à cobertura populacional, a disparidade é ainda mais evidente: enquanto as famílias beneficiárias do PBF representam, em média, cerca de 14,19% da população dos municípios, os beneficiários do BPC alcançam apenas 2,11%. Esses números reforçam o papel do PBF como o principal vetor de transferência direta de renda em termos de alcance social e volume relativo à atividade econômica regional.

Sob a ótica da heterogeneidade regional, os dados apontam disparidades que sugerem diferentes níveis de vulnerabilidade e dependência socioeconômica entre os polos. A região de Januária destaca-se com os maiores indicadores de transferência para o PBF, apresentando a maior média de impacto no PIB (5,43%) e de cobertura populacional (14,58%), o que pode sinalizar uma economia local mais dependente desses recursos para a dinamização do consumo. Em contraste, regiões como Pirapora e Janaúba apresentam proporções PBF/PIB mais baixas (2,68% e 2,96%, respectivamente), sugerindo estruturas produtivas possivelmente menos dependentes de transferências federais. O polo de Montes Claros, embora concentre o maior número de unidades de observação (N=224), mantém-se alinhado às médias globais, evidenciando que a escala urbana não necessariamente reduz a relevância proporcional desses benefícios, mas a dilui em uma base econômica mais ampla.

Ao analisar as medianas e os valores máximos, observa-se uma distribuição de dados que reforça a assimetria e a presença de casos extremos em determinadas localidades. No caso do PBF, as medianas da proporção em relação ao PIB (3,65%) e da cobertura populacional (14,3%) situam-se muito próximas das médias, o que sugere uma distribuição mais homogênea e previsível do programa entre a maioria dos municípios. Já para o BPC, a mediana da cobertura populacional (1,44%) é significativamente inferior à sua média (2,11%), indicando uma distribuição assimétrica à direita, onde a maioria das cidades apresenta baixa penetração do benefício, enquanto um pequeno grupo de municípios concentra índices muito elevados. Os valores máximos revelam disparidades críticas e a existência de *outliers* que exercem forte influência nos resultados regionais.

Enquanto a cobertura máxima do PBF chega a 26,8% da população em um município da região de Montes Claros, o dado mais alarmante refere-se ao BPC na região de Salinas, onde o valor máximo atinge 21,3% da população, um número excepcionalmente superior à média global de 2,11% e que pode indicar uma particularidade demográfica ou socioeconômica extrema nessa localidade específica. Da mesma forma, o impacto máximo do PBF no PIB local atinge seu ápice na região de Januária (11,05%), evidenciando que, em certas cidades, a dependência orçamentária das transferências federais é quase o triplo da média observada para

o conjunto da amostra, o que requer um melhor direcionamento e focalização na alocação dos recursos públicos de programas sociais, conforme discutido por Monteiro, Ferreira e Silveira (2013).

Por fim, a Tabela 8 apresenta a matriz de correlação linear entre as variáveis utilizadas no modelo, permitindo observar a intensidade e o sentido das associações bivariadas presentes na base de dados.

Tabela 8 – Matriz de correlação linear entre as variáveis

	IFDM	Valor repassado ao PBF	Valor repassado ao BPC	PIB	Emprego
IFDM	1,00000				
Valor repassado ao PBF	0,2671*	1,00000			
Valor repassado ao BPC	0,4309*	0,8499*	1,00000		
PIB	0,4289*	0,7578*	0,9275*	1,00000	
Emprego	0,4296*	0,7589*	0,9264*	0,9965*	1,00000

Fonte: Elaboração do autor. N = 602; *p < 0,05.

Em relação ao IFDM, verifica-se correlação positiva e estatisticamente significativa com todas as demais variáveis analisadas. A associação com o valor repassado ao PBF é relativamente baixa (26,71%), enquanto as correlações com o BPC (43,09%), com o PIB municipal (42,89%) e com o número de vínculos formais de emprego (42,96%) apresentam magnitudes semelhantes e de intensidade moderada, o que sugere que níveis mais elevados de desenvolvimento municipal tendem a estar associados a maior atividade econômica e maior geração de emprego formal, além de maior volume de transferências públicas.

Entretanto, observa-se que as correlações entre as variáveis explicativas são substancialmente mais elevadas, destacando-se a forte associação entre os valores repassados pelo PBF e pelo BPC (84,99%), bem como entre essas transferências e as variáveis de controle relacionadas à atividade econômica local. O PIB municipal apresenta correlação elevada com os repasses do PBF (75,78%) e do BPC (92,75%), enquanto o número de vínculos formais de emprego apresenta correlação extremamente alta com o PIB (99,65%) e também elevada com as transferências (75,89% com PBF e 92,64% com BPC). Isso sugere que municípios com maior escala econômica tendem simultaneamente a concentrar maior volume de empregos formais e maiores montantes absolutos de transferências, possivelmente um reflexo das diferenças de tamanho populacional e de estrutura econômica entre os municípios.

Ressalta-se ainda que, a elevada correlação observada entre algumas variáveis independentes, especialmente entre PIB e emprego, sugere a possibilidade de multicolinearidade nas estimações econométricas subsequentes. Assim, embora a matriz de correlação de Pearson não seja suficiente, por si só, para caracterizar formalmente esse problema, os valores observados indicam a necessidade de cautela na especificação dos modelos, de modo a avaliar a estabilidade dos coeficientes estimados. Nesse sentido, para as estimações da Seção 5.2, foram ponderados os montantes dos valores recebidos pelo PBF e BPC pelo número de famílias beneficiárias e indivíduos beneficiários, respectivamente. Após, os quocientes também passaram por transformação logarítmica, juntamente com os valores das variáveis PIB e Emprego, de modo a atenuar correlações por escala e tornar interpretações de elasticidade mais sensatas.

5.2 Estimação do Desenvolvimento Municipal em Função das Transferências de Renda

Os resultados da estimação do modelo por meio da regressão *Tobit* em painel com efeitos aleatórios estão apresentados na Tabela 9.

Tabela 9 – Resultados da estimação: IFDM em função das transferências de renda (2013-2019)

IFDM	Coefficiente	Erro-padrão	z	P > z
lnValorBPC/Beneficiários	0,0675**	0,0088	7,60	0,000
lnValorPBF/Famílias	0,0383**	0,0141	2,72	0,007
lnPIB	0,0160*	0,0077	2,07	0,038
lnEmprego	0,0214**	0,0072	2,96	0,003
Constante	-0,7667**	0,0851	-9,00	0,000
Desvio-padrão: u_{it}	0,0520	0,0042	12,33	0,000
Desvio-padrão: ϵ_{it}	0,0261	0,0008	31,98	0,000
<i>Rho</i>	0,7986	0,0283		

Fonte: Elaboração do autor. Num. obs = 602; Num. grupos = 86; Obs. por grupo = 7; Wald $\chi^2(4) = 365,61$; **p < 0,01, *p < 0,05.

A estimação revelou-se estruturalmente adequada para capturar as dinâmicas de desenvolvimento municipal da amostra entre os anos de 2013 e 2019. A robustez global da estimação é atestada pelo teste Wald altamente significativo (*p*-valor < 0,001). Um ponto de grande relevância analítica é o parâmetro ρ (rho), estimado em aproximadamente 0,798, o que indica que quase 80% da variância não explicada do modelo decorre das diferenças específicas e não observadas entre os 86 municípios (heterogeneidade local), o que valida a importância do

uso de dados em painel para mitigar vieses. Ressalta-se que, devido à especificação funcional adotada no modelo empírico, em que a variável dependente (IFDM) é mantida em nível e as covariáveis explicativas passaram por transformação logarítmica, os coeficientes estimados devem ser interpretados como semi-elasticidades. Sob essa modelagem nível-log, o parâmetro β indica a variação absoluta esperada no índice de desenvolvimento municipal em resposta a uma variação percentual nas variáveis independentes. Com isso, matematicamente, um incremento de 1% em uma dada variável explicativa X está associado a uma alteração de $\frac{\beta}{100}$ unidades no IFDM, mantendo-se todos os demais fatores constantes.

No que tange ao cerne da hipótese levantada, ambas as variáveis relativas às políticas de transferência direta de renda demonstraram impactos positivos e estatisticamente significativos no desenvolvimento local. O valor do BPC destacou-se com o maior coeficiente de impacto dentre as variáveis explicativas (0,0675), possuindo fortíssima significância estatística (p -valor < 0,001). O efeito positivo associado ao BPC sugere que a ampliação da renda disponível entre grupos vulneráveis contribui para melhorias nas condições socioeconômicas locais. Esse resultado pode estar relacionado ao fato de que tais transferências elevam o poder de consumo das famílias beneficiárias, gerando efeitos multiplicadores sobre a economia local, especialmente em municípios com menor dinamismo econômico.

De forma semelhante, o valor do PBF também exerceu um efeito direto e positivo (0,0383), sendo significativo ao nível de 1% (p -valor de 0,007). Esse resultado está alinhado aos estudos que destacam o papel das políticas de transferência condicionada de renda na redução da pobreza e na ampliação do acesso a serviços básicos, como saúde e educação, dimensões que compõem o próprio índice de desenvolvimento analisado. Além disso, essas transferências podem estimular a atividade econômica local ao ampliar a demanda por bens e serviços em economias municipais de menor escala.

Como os coeficientes estimados são variações na variável latente, eles não devem ser usados diretamente para interpretação do modelo e, portanto, deve-se utilizar os efeitos marginais que apresentarão a variação real na variável observada. A Tabela 10 apresenta os resultados estatísticos dos efeitos marginais médios.

Tabela 10 – Resultados da estimação: efeitos marginais médios

	dy/dx	Erro-padrão (Método Delta)	z	$P > z $
lnValorBPC/Beneficiários	0,068**	0,009	7,60	0,000
lnValorPBF/Famílias	0,038**	0,014	2,72	0,007

lnPIB	0,017*	0,008	2,07	0,038
lnEmprego	0,021**	0,007	2,96	0,003

Fonte: Elaboração do autor. Num. obs = 602; **p < 0,01, *p < 0,05.

Quanto aos coeficientes estimados, os seus sinais indicam o sentido dos efeitos marginais, ou seja, as direções das mudanças de probabilidades, dadas as alterações nas variáveis explicativas (Wooldridge, 2002). Nesse sentido, observou-se que os sinais e, conseqüentemente, os efeitos marginais se comportaram de acordo com o esperado.

Esses resultados evidenciam quantitativamente que as injeções financeiras capilarizadas por esses programas funcionam como vetores concretos de alavancagem dos indicadores socioeconômicos que compõem o IFDM, impulsionando a dinâmica local. Aplicando-se essa métrica dos efeitos marginais aos resultados da estimação, observa-se que as transferências de renda exercem um impacto marginal positivo e tangível sobre o desenvolvimento local. No caso do BPC, constatou-se que para cada 1% de aumento no valor do repasse por beneficiário resulta, *ceteris paribus*, em um incremento médio de aproximadamente 0,00068 unidades no IFDM dos municípios analisados. De maneira análoga, uma expansão de 1% no valor do PBF por família beneficiária reflete-se em um aumento médio de 0,00038 unidades no IFDM. Embora os valores absolutos sejam fracionários, eles não podem ser considerados residuais, pois representam ganhos consistentes em um índice estritamente delimitado entre 0 e 1 e construído a partir da agregação de diversos indicadores nas áreas de emprego e renda, saúde e educação, o que implica que variações, ainda que pequenas, resultam de mudanças simultâneas em múltiplas dimensões do desenvolvimento municipal, evidenciando a capacidade dessas injeções de liquidez de movimentar a base da pirâmide socioeconômica local.

Ao analisar as variáveis de controle, de natureza macroeconômicas, nota-se que tanto a dimensão econômica agregada quanto a estrutura do mercado de trabalho afetam positivamente o desenvolvimento, embora com magnitudes ligeiramente menores que as variáveis preditoras do modelo. O volume de vínculos de emprego formal apresentou um impacto positivo de 0,00021 unidade (*p-valor* de 0,003), reforçando a importância do mercado de trabalho como mecanismo central de geração de renda e melhoria das condições de vida da população. Enquanto a base da riqueza local, medida pelo PIB, registrou um coeficiente de 0,00017 unidade (*p-valor* de 0,038). O efeito do produto interno bruto municipal sugere que economias locais mais dinâmicas tendem a apresentar melhores condições de infraestrutura, maior capacidade de investimento público e melhores indicadores sociais.

Assim, o fato de as transferências diretas de renda (em especial o BPC) apresentarem coeficientes maiores que o próprio PIB ou nível de emprego sugere uma elasticidade social diferenciada, ou seja, o dinheiro oriundo da assistência social converte-se mais rapidamente em melhorias captadas pelo IFDM (como saúde e educação), o que reforça a eficácia distributiva dessas políticas, conforme constatado por Cattelan, Bezerra e Mello (2020), no que se refere a melhorias em indicadores de educação (taxa de aprovação e distorção idade/série) e saúde (cobertura vacinal) ocasionadas pelo PBF, e também por Correa Junior, Trevisan e Mello (2019), que identificaram associação positiva e significativa entre os recursos do PBF e o aumento do emprego formal, além do aumento dos salários totais nos municípios. Os resultados dialogam ainda com os achados de Tupy e Toyoshima (2013), cuja pesquisa permitiu identificar um impacto positivo das transferências de renda no produto agregado local, potencializado pelo multiplicador keynesiano, com destaque para os reflexos no setor agropecuário e, em seguida, no setor de serviços.

Por fim, a Tabela 11 apresenta os resultados da estimação após a inserção da variável de controle regional no modelo, exigindo, portanto, uma interpretação relativa, pautada no método das variáveis binárias (*dummies*). Para evitar a multicolinearidade perfeita (a “armadilha da variável *dummy*”⁸), é omitida uma das categorias, que passa a atuar como a base de comparação para todas as demais. Nesse sentido, a região de Montes Claros foi omitida, de modo que os coeficientes reportados para as outras seis regiões não indicam o impacto absoluto sobre o IFDM, mas sim a diferença estrutural média no nível de desenvolvimento dessas localidades em relação à região de Montes Claros, mantendo-se constantes os níveis da transferência de renda das políticas sociais, o PIB e o emprego formal.

Tabela 11 – Resultados da estimação com controle por região (2013-2019)

IFDM	Coefficiente	Erro-padrão	z	P > z
lnValorBPC/Beneficiários	0,0596**	0,0082	7,25	0,000
lnValorPBF/Famílias	0,0525**	0,0132	3,96	0,000
lnPIB	0,0165*	0,0073	2,24	0,025
lnEmprego	0,0200**	0,0070	2,84	0,005
Região Imediata				
Janaúba	-0,0027	0,0140	-0,20	0,845

⁸Conforme Wooldrige (2002), a “armadilha da variável *dummy*” (em inglês, *Dummy variable trap*) trata-se do erro de incluir muitas variáveis *dummy* entre as variáveis independentes, e ocorre quando há um intercepto geral no modelo e uma variável *dummy* é incluída para cada grupo, o que cria uma relação linear entre as variáveis explicativas (multicolinearidade perfeita), impossibilitando a estimativa precisa dos coeficientes pela regressão linear.

Januária	-0,0981**	0,0160	-6,12	0,000
Espinosa	0,0249	0,0159	1,57	0,117
Pirapora	0,0083	0,0169	0,49	0,624
Salinas	0,0021	0,0129	0,16	0,870
São Francisco	-0,0744**	0,0179	-4,16	0,000
Constante	-0,7872**	0,0825	-9,54	0,000
Desvio-padrão: u_{it}	0,0387	0,0032	11,98	0,000
Desvio-padrão: ϵ_{it}	0,0261	0,0008	31,98	0,000
ρ (Rho)	0,6863	0,0389		

Fonte: Elaboração do autor. Num. obs = 602; Num. grupos = 86; Obs. por grupo = 7; Wald $X^2(10) = 402,59$; ** $p < 0,01$, * $p < 0,05$.

Dado o peso econômico e demográfico desse polo, os coeficientes das variáveis *dummy* passam a representar o hiato estrutural de desenvolvimento das demais regiões imediatas em comparação direta com Montes Claros. Assim, os resultados revelam que apenas as regiões de Januária e São Francisco apresentam defasagens estruturais estatisticamente significativas ($p < 0,001$). Nesse contexto, mantendo-se constantes os repasses governamentais e a dinâmica macroeconômica, pertencer à região de Januária reduz o IFDM esperado em aproximadamente 0,00098 unidades em relação a Montes Claros, enquanto estar em São Francisco gera uma penalidade de 0,00074 unidades, o que é compatível com as análises e constatações anteriores relacionadas à estas regiões, sugerindo que essas duas localidades enfrentam barreiras históricas, de infraestrutura ou institucionais mais severas, que deprimem seu desenvolvimento intrínseco.

Por outro lado, a ausência de significância estatística ($p > 0,10$) para os coeficientes das regiões de Janaúba, Espinosa, Pirapora e Salinas pode indicar que, uma vez equalizados os efeitos do PIB local, do nível de emprego formal e, sobretudo, das transferências diretas de renda (PBF e BPC), o nível de desenvolvimento base dessas microrregiões torna-se estatisticamente indistinguível do observado em Montes Claros. Em outras palavras, a suposta superioridade de desenvolvimento do polo central frente a esses quatro territórios é quase inteiramente explicada pelas variáveis ativas no modelo, não havendo um “prêmio” estrutural isolado apenas por habitar na Região Imediata de Montes Claros.

Observa-se ainda que a inclusão desses controles espaciais consolidou a robustez da hipótese central, uma vez que mesmo mitigando a heterogeneidade regional (o que reduziu a variância não explicada do painel “ ρ ” para 0,686), as variáveis de transferência de renda mantiveram-se como vetores vitais. O impacto do BPC (0,000595) e do PBF (0,000524) permaneceu positivo e, agora, ambos são altamente significativos a 1%. Nota-se, inclusive, que

o coeficiente do Bolsa Família ganhou maior precisão estatística e magnitude ao se expurgar o efeito fixo geográfico, consolidando a premissa de que a injeção direta de liquidez na base da pirâmide possui uma capacidade de alavancagem social autêntica, que atua independentemente de determinismos geográficos regionais. Pode-se concluir, portanto, que o impacto multiplicador das políticas de transferência direta de renda sobre o IFDM é um fenômeno econômico consistente e autêntico, não sendo um mero reflexo espúrio das desigualdades geográficas entre as regiões do recorte analisado.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve por objetivo geral analisar os efeitos das políticas de transferência de renda no desenvolvimento dos municípios da Região Geográfica Intermediária de Montes Claros, no período de 2013 a 2019. Para tanto, foram utilizados os dados do Programa Bolsa Família (PBF) e do Benefício de Prestação Continuada (BPC) para estimação dos possíveis efeitos sobre o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM).

Os resultados obtidos permitiram confirmar a hipótese central da pesquisa: ambas as políticas de transferência de renda exercem efeitos positivos e estatisticamente significativos sobre o desenvolvimento local, mensurado pelo IFDM, sugerindo que o recurso oriundo das políticas sociais se converte em melhorias captadas pelo índice e reforçando seu papel como vetor de acesso a serviços básicos e de estímulo à atividade econômica local. A análise com controle regional revelou ainda que, mesmo após a mitigação das diferenças geográficas, as regiões de Januária e São Francisco mantiveram defasagens estruturais significativas em relação à região de Montes Claros, indicando que barreiras históricas e institucionais mais severas persistem nessas localidades, independentemente do aporte de transferências das políticas sociais.

Esses achados dialogam e se somam a um vasto conjunto de evidências produzidas pela literatura nacional e internacional sobre os efeitos dessas políticas. Estudos como os de Rougier, Combarrous e Fauré (2018), Neri e Osorio (2019), Monteiro *et al.* (2010) e Tupy e Toyoshima (2013), entre outros revisados neste trabalho, já haviam demonstrado o papel do PBF e de programas similares na melhoria de indicadores de crescimento econômico local, saúde e educação, sobretudo em regiões de menor dinamismo econômico. Os resultados ora apresentados corroboram essa trajetória de evidências e reforçam o entendimento de que as políticas de transferência de renda não se restringem ao alívio imediato da pobreza, mas possuem capacidade de movimentar positivamente a base da estrutura socioeconômica local de forma consistente e autêntica, não sendo, portanto, um fenômeno espúrio ou dependente de determinismos geográficos.

Não obstante a robustez dessas evidências, persiste no debate público um estigma significativo em relação aos beneficiários dos programas sociais. Esse estereótipo, muitas vezes de cunho ideológico e alheio às evidências empíricas correspondentes, foi identificado por Mundim *et al.* (2019) e historicamente amplificado por processos de desinformação midiática, conforme documentado por Leite *et al.* (2019). Tal estigma não é inofensivo: ele contamina o

debate político, fragiliza o apoio social às políticas sociais e pode gerar constrangimentos que afastam potenciais beneficiários do acesso a direitos que lhes são assegurados constitucionalmente. Reconhecer esse fenômeno e combatê-lo com base em evidências científicas é, portanto, uma responsabilidade tanto acadêmica quanto social.

No entanto, reconhecer os efeitos positivos dessas políticas não implica em desconsiderar os desafios que as acompanham: questões como o mau uso dos benefícios por parte de uma parcela de beneficiários⁹, a instrumentalização política dos programas¹⁰ e as fragilidades de gestão e focalização são aspectos que merecem atenção e aprimoramento contínuos. A efetividade dos programas pode ser comprometida por irregularidades no cadastro, falhas no acompanhamento das condicionalidades, descontinuidades no repasse e ineficiências na execução local. Nesse sentido, os resultados desta pesquisa não apenas atestam a eficácia dessas políticas em um contexto regional, mas também reforçam a necessidade de reivindicar sua melhoria permanente: mais transparência, melhor gestão descentralizada, mecanismos mais robustos de acompanhamento das condicionalidades e uma focalização mais precisa dos benefícios, de modo a potencializar ainda mais seus efeitos sobre o desenvolvimento local.

No debate sobre políticas de assistência social, é recorrente a construção de uma falsa dicotomia segundo a qual a sociedade deveria escolher entre incentivar o trabalho ou manter programas de transferência de renda. Esse enquadramento retórico simplifica indevidamente a discussão ao sugerir que tais políticas produziram necessariamente dependência e desincentivo à emancipação econômica. Na prática, essa falsa oposição ignora evidências empíricas e a própria concepção institucional dessas políticas, que operam como instrumentos de proteção social voltados à mitigação da pobreza e à garantia de condições mínimas de subsistência, frequentemente coexistindo com inserções precárias no mercado de trabalho.

Os próprios resultados deste estudo indicam que o nível de emprego formal e as transferências de renda atuam de forma complementar e simultânea sobre o desenvolvimento municipal, sem que haja relação de substituição entre eles. Transferir renda a quem não tem condições de se sustentar não exclui a importância de políticas de geração de emprego e renda: ambas são necessárias e se reforçam mutuamente na construção do desenvolvimento local. Ao reduzir a discussão a assistência *versus* autonomia, são reforçados estigmas sobre beneficiários

⁹ Governo publica norma para impedir beneficiários do Bolsa Família e BPC de fazer apostas em *bets*. G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2025/10/01/governo-publica-norma-para-impedir-beneficiarios-do-bolsa-familia-e-bpc-de-fazer-novos-depositos-em-contas-nas-bets.ghtml>.

¹⁰ Governo desconfia de uso político por salto de famílias unipessoais no Bolsa Família. Gazeta do Povo. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/governo-desconfia-uso-politico-salto-familias-unipessoais-bolsa-familia/>.

que ignoram a natureza estrutural da pobreza e as limitações reais enfrentadas por eles para acesso a empregos formais, bem como são obscurecidas alternativas de políticas públicas que articulam transferência de renda, inclusão produtiva e ampliação de capacidades, elementos centrais para uma estratégia de combate à fome e a pobreza.

O objetivo imediato das políticas de transferência de renda é garantir a subsistência das famílias em situação de pobreza e vulnerabilidade, assegurando o acesso a condições mínimas de alimentação, saúde e educação. Porém, como demonstrado nesta e em outras pesquisas, seus efeitos transbordam para além da esfera individual: ao injetar liquidez na base da pirâmide socioeconômica de pequenos municípios, essas políticas geram efeitos multiplicadores sobre a demanda local, estimulam o comércio e os serviços e contribuem para a melhoria de indicadores de desenvolvimento. Trata-se, portanto, de instrumentos que conciliam proteção social imediata com potencial de fomento ao desenvolvimento local de médio e longo prazo, o que fica particularmente evidente em municípios de menor escala econômica, como os que compõem a Região Intermediária de Montes Claros.

Diante desse quadro, cumpre observar que, enquanto programas de transferência de renda frequentemente são alvo de questionamentos quanto ao seu custo fiscal, observa-se que outras rubricas do gasto público mobilizam volumes expressivos de recursos, suscitando um menor debate sobre sua legitimidade ou eficiência social. Levantamentos recentes indicam, por exemplo, que os valores destinados a benefícios e adicionais remuneratórios acima do teto constitucional no Poder Judiciário já superam o custo anual de diversos programas sociais federais¹¹, ao passo que o fundo eleitoral também absorve montantes bilionários do orçamento público¹².

A título ilustrativo, o PBF representou 1,25% do PIB em 2025, ao passo que o BPC atingiu 0,92% do PIB em 2025, totalizando, em conjunto, cerca de apenas 2,17% do PIB. Nesse contexto, a discussão sobre o financiamento de políticas de transferência de renda revela menos uma limitação estritamente fiscal e mais uma escolha de prioridades na alocação dos recursos públicos, sobretudo quando se considera o contexto de desigualdade e pobreza presentes na realidade brasileira que torna tais programas fundamentais.

Esta, como toda pesquisa empírica, apresenta limitações que devem ser reconhecidas. A primeira delas refere-se à natureza combinada dos dados utilizados: a periodicidade anual do

¹¹ Em 2025, penduricalhos de juízes já superam custo de 5 programas sociais. Metrôpoles. Disponível em: <https://www.metropoles.com/colunas/andreza-matais/penduricalhos-custo-2025>.

¹² Comissão de Orçamento eleva recursos do Fundo Eleitoral para 2026. Agência Câmara de Notícias. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1205778-comissao-de-orcamento-eleva-recursos-do-fundo-eleitoral-para-2026>.

IFDM limita a utilização dos dados mensais das políticas utilizadas como *proxy*, limitando a sensibilidade do modelo. Além disso, o número de observações impõe restrições ao poder estatístico de algumas estimações, em especial nas análises desagregadas por região imediata. Por fim, descontinuidades nos programas a partir de 2020 pela Pandemia de Covid-19 e transições administrativas podem introduzir ruído nas estimativas, dificultando a atribuição causal dos efeitos observados às políticas analisadas, demandando assim o encurtamento do período de análise, já limitado pela disponibilidade do IFDM de 2013 em diante.

Cumprir observar que os resultados aqui apresentados devem ser interpretados à luz do recorte empírico adotado, de modo que as evidências aqui obtidas se referem especificamente aos municípios da região intermediária de Montes Claros no período analisado, não sendo metodologicamente adequado extrapolá-las automaticamente para outras regiões ou contextos institucionais distintos. Ademais, destaca-se que, a partir de 2023, o valor dos benefícios associados às políticas de transferência de renda (particularmente do PBF) passou por elevação significativa, o que pode alterar a magnitude potencial dos estímulos econômicos gerados por essas transferências, podendo produzir efeitos distintos daqueles observados no período examinado nesta pesquisa.

À luz dos resultados alcançados e das limitações identificadas, algumas sugestões de estudos futuros podem ser promissoras para o avanço da compreensão sobre o tema. Em primeiro lugar, recomenda-se a realização de pesquisas que incorporem dados mais recentes, como os relativos à reformulação do PBF a partir de 2023, ou utilizem microdados individualizados dos beneficiários, podendo oferecer percepções mais precisas sobre a magnitude e as condições sob as quais essas políticas maximizam seus efeitos sobre o desenvolvimento.

Além disso, a utilização de recortes geográficos mais abrangentes pode ser útil para identificar se o comportamento de dados mais atuais e com maior número de observações produz eventuais mudanças nos efeitos das políticas de transferência de renda em relação ao obtido com este trabalho. Nesse sentido, recomenda-se ainda a análise do fenômeno da transferência direta de renda com a utilização de métodos econométricos desenvolvidos especificamente para avaliar o efeito causal de políticas ou intervenções, como o Diferenças em Diferenças (DiD).

Em segundo lugar, recomenda-se a realização de pesquisas qualitativas e de métodos mistos que complementem a análise quantitativa aqui desenvolvida, possibilitando uma compreensão mais abrangente do fenômeno. Por fim, aponta-se para a pertinência de estudos

que adotem abordagens capazes de capturar também as experiências e trajetórias dos beneficiários, pois ouvir quem vive os efeitos dessas políticas é fundamental para compreender dimensões que escapam aos números.

REFERÊNCIAS

ALKIRE, Sabina *et al.* Revising the global multidimensional poverty index: Empirical insights and robustness. **Review of Income and Wealth**, v. 68, p. S347-S384, 2022.

ALKIRE, Sabina; ROCHE, José Manuel; VAZ, Ana. Changes over time in multidimensional poverty: Methodology and results for 34 countries. **World Development**, v. 94, p. 232-249, 2017.

ALVES, Simone Tiêssa de J.; LEITE FILHO, Geraldo Alemandro; BEZERRA, George Eduardo. Relação entre o desempenho de gestão e as variáveis que influenciaram a eficiência e a efetividade do programa Bolsa Família. **Administração Pública e Gestão Social**, [S. l.], v. 12, n. 4, 2020.

AMARAL FILHO, Jair do. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. **Planejamento e políticas públicas**, n. 23, 2001.

ARAÚJO, Leonardo Alves de; LIMA, João Policarpo Rodrigues. Transferências de renda e empregos públicos na economia sem produção do semiárido nordestino. **Planejamento e políticas públicas**, n. 33, 2009.

ARAÚJO, Fábio R. *et al.* Uma avaliação do Índice de gestão descentralizada do programa bolsa família. **Revista de Administração Pública**, v. 49, n. 2, p. 367-393, 2015.

ARNDT, Heinz Wolfgang. **Economic development: The history of an idea**. University of Chicago Press, 1987.

AVILA, José Flávio. **Pobreza no Rio Grande do Sul: uma análise exploratória da sua distribuição espacial a partir de indicadores multi e unidimensionais**. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2013.

BAIÃO, Alexandre Lima; CUNHA, Armando Santos Moreira da; SOUZA, Flavio Sergio Rezende Nunes de. Papel das transferências intergovernamentais na equalização fiscal dos municípios brasileiros. **Revista do Serviço Público**, 68(3), 583-610, 2017.

BARBADO, Shaina *et al.* The impact of conditional cash transfer (CCT) on health and education in a coastal community: A randomized control trial (RCT) and regression discontinuity design (RDD). **Development and Sustainability in Economics and Finance**, v. 2, p. 100026, 2024.

BARRETO, Flávio Ataliba Flexa Daltro; JORGE NETO, Paulo de Melo; TEBALDI, Edinaldo. **Desigualdade de renda e crescimento econômico no nordeste brasileiro**. 2001.

BARROS, Alexandre Rands; ATHIAS, Diloá. Salário mínimo, Bolsa Família e desempenho relativo recente da economia do Nordeste. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 33, p. 179-199, 2013.

BARROS, Ricardo Paes de; CARVALHO, Mirela de; FRANCO, Samuel. **Pobreza multidimensional no Brasil**. IPEA, 2006.

BASTOS, Suzana Quinet de Andrade. **Disritmia Espaço-Tempo: análise das estratégias de desenvolvimento adotadas em Juiz de Fora (MG), pós anos 70**. 1º Seminário de História Econômica e Social da Zona da Mata Mineira, Juiz de Fora: Centro de Ensino Superior (CES), 2005.

BELLINGIERI, Julio Cesar. Teorias do desenvolvimento regional e local: uma revisão bibliográfica. **RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 2, n. 37, 2017.

BERNARDI, Renato; SILVESTRE, Carolina. Busca ativa e focalização do Benefício de Prestação Continuada (BPC) como forma de garantir o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nº 10 da Agenda 2030–Redução das desigualdades. **JURIS-Revista da Faculdade de Direito**, v. 33, n. 2, p. 174-186, 2023.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm. Acesso em: 20 out. 2024.

BRASIL. Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm. Acesso em: 07 out. 2024.

BRASIL. Ministério Do Desenvolvimento Social. Relatório de Informações Sociais – RI v.4, 2025. **Relatório de Programas e Ações: Bolsa Família**. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/?localizaDivisao=Nordeste&codigo=0&aM=0#bolsafamilia>. Acesso em: 04 jul 2025.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais**, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/estatisticas-trabalho/rais/rais-anos-anteriores>. Acesso em: 23 jan 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. *Data Explorer - VIS DATA 3 beta*, 2025. Disponível em: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/data-explorer.php>. Acesso em: 10 dez. 2025

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Crescimento e desenvolvimento econômico**. 2008.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Taxa de câmbio, doença holandesa, e industrialização. Cadernos. **FGV Projetos**, v. 5, n. 14, p. 68-73, 2010.

CARDOSO, Fernanda Graziella. **A armadilha do subdesenvolvimento: uma discussão do período desenvolvimentista brasileiro sob a ótica da Abordagem da Complexidade**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2012a.

CARDOSO, Fernanda Graziella. O círculo vicioso da pobreza e a causação circular cumulativa: retomando as contribuições de Nurkse e Myrdal. **Informações Fipe**, v. 383, p. 13-18, 2012b.

CARDOSO, Teresa; RIBEIRO, J. Cadima. Economia para o homem e desenvolvimento regional: contribuição para um pensamento e uma política regional alternativos [2001]. **Redes**, v. 6, n. 1, p. 7-23, 12 set. 2017. DOI: 10.17058/redes.v6i1.10810. Disponível em: <https://seer.unisc.br/index.php/redes/article/view/10810>. Acesso em: 20 abr 2025.

CATTELAN, Renata; BEZERRA, Fernanda Mendes; DE MELLO, Gilmar Ribeiro. Avaliação da Eficiência do Programa Bolsa Família nos Municípios do Paraná. **Administração Pública e Gestão Social**, 2020.

CENEVIVA, Ricardo; FARAH, Maria. F. S. Avaliação, informação e responsabilização no setor público. **Revista de Administração Pública**, v. 46, n. 4, p. 993–1016, jul. 2012.

COÊLHO, Denilson Bandeira; FERNANDES, Antônio Sérgio Araújo. Regras importam: determinantes do controle burocrático no Programa Bolsa Família. **Revista de Administração Pública**, v. 51, n. 5, p. 689–707, set. 2017.

CORREA JUNIOR, Carlos Barbosa; TREVISAN, Leonardo Nelmi; MELLO, Cristina Helena Pinto de. Impactos do Programa Bolsa Família no mercado de trabalho dos municípios brasileiros. **Revista de Administração Pública**, v. 53, n. 5, p. 838–858, 2019.

COSTA, Frederico Lustosa da; CASTANHAR, José Cezar. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. **Revista de Administração Pública**, v. 37, n. 5, p. 969 a 992-969 a 992, 2003.

COTTA, Tereza Cristina. Avaliação educacional e políticas públicas: a experiência do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb). **Revista do Serviço Público**, v. 52, n. 4, p. 89-111, 2001.

CRESPO, Antônio Pedro Albernaz; GUROVITZ, Elaine. A pobreza como um fenômeno multidimensional. **RAE eletrônica**, v. 1, n. 2, p. 1–12, dez. 2002.

CROSTA, Tommaso *et al.* **Unconditional cash transfers: A Bayesian meta-analysis of randomized evaluations in low and middle income countries**. National Bureau of Economic Research, 2024.

CUNHA, Carla Giane Soares da. Avaliação de políticas públicas e programas governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil. **Revista Estudos de Planejamento**, n. 12, 2018.

DENES, Guilherme.; KOMATSU, Bruno Kawaoka; MENEZES-FILHO, Naercio. Uma Avaliação dos Impactos Macroeconômicos e Sociais de Programas de Transferência de Renda nos Municípios Brasileiros. **Revista Brasileira de Economia**, v. 72, n. 3, p. 292–312, jul. 2018.

ESPING-ANDERSEN, Gøsta. *The three worlds of welfare capitalism*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1990.

ESTRELLA, Juliana; RIBEIRO, Leandro Molhano. Qualidade da gestão das condicionalidades do Programa Bolsa Família: uma discussão sobre o índice de gestão descentralizada. **Revista de Administração Pública**, v. 42, n. 3, p. 625–641, 2008.

FAJNZYLBBER, Fernando. Industrialización en América Latina. **De la “caja negra” al “casillero vacío”. Comparación de patrones contemporáneos de industrialización. Santiago de Chile: Naciones Unidas, 1990.**

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. A política da avaliação de políticas públicas. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 20, p. 97-110, 2005.

FASSARELLA, Eloah *et al.* Social mobility and CCT programs: The Bolsa Família program in Brazil. **World Development Perspectives**, v. 35, p. 100624, 2024.

FERREIRA, Marco Aurélio Marques; PEREIRA, Ambrozina de Abreu; MONTEIRO, Doraliza Auxiliadora Abranches. **Análise do Desempenho da Gestão do Programa Bolsa Família em Minas Gerais por Meio da Data Envelopment Analysis (DEA)**. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, janeiro 2013.

FIGUEIREDO, Marcus Faria; FIGUEIREDO, Argelina Maria Cheibub. **Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica**. Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo, 1986.

FIRJAN. Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal: IFDM, 2025a. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/ifdm/downloads/>. Acesso em: 26 mai 2025.

FIRJAN. Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal: Consulta ao índice. 2025b. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/ifdm/consulta-ao-indice/>. Acesso em: 18 fev 2026.

FLEURY, Sonia. Políticas sociais. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Adriana Cancellari; VIEIRA, Livia Fraga. **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. Disponível em: <https://gestrado.net.br/verbetes/politicas-sociais/>. Acesso em: 28 out 2024.

FLEURY, Sonia. **Estado sem cidadãos: seguridade social na América Latina**. Editora Fiocruz, 1994.

FONTES, Luiz Felipe Campos; JACINTO, Paulo de Andrade; FRANÇA, Marco Tulio. Programas de transferência de renda e migração interna: evidências do Programa Bolsa Família. **Análise Econômica**, [S. l.], v. 37, n. 72, 2019.

FRANÇA, Iara Soares de; SOARES, Beatriz Ribeiro. Rede urbana regional: uma reflexão sobre as interações espaciais existentes entre a cidade média de Montes Claros e os centros emergentes de Pirapora, Janaúba e Janaúria no norte do estado de Minas Gerais, Brasil. **Revista Geográfica de América Central**, v. 2, n. 47E, 2011.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e políticas públicas**, n. 21, 2000.

FURTADO, Wellington *et al.* Um Estudo Empírico Sobre o Impacto Macroeconômico do Programa Bolsa Família. **Desenvolvimento em Questão**, v. 15, n. 39, p. 68-85, 2017.

GIROLIMETTO, Luiza Schiavon; OTERO, Cleber Sanfelici; CUGULA, Jarbas Rodrigues Gomes. Os direitos da personalidade e a inclusão social das pessoas com deficiência: os desafios na concessão do Benefício de Prestação Continuada BPC/LOAS. **Revista de Direitos Sociais, Seguridade e Previdência Social**, v. 10, n. 1, 2024.

GREENE, William H. **Econometric analysis**. 5ª ed. Upper Saddle River: Prentice Hall, 2003.

GRISOLIA, Filippo. Can cash transfers really be transformative? A literature review of the sustainability of their impacts. **Discussion paper/University of Antwerp. Institute of Development Policy and Management; Université d'Anvers. Institut de politique et de gestion du développement**. Antwerp, 2002, currens, 2024.

GRZYBOWSKI, Cândido *et al.* Notas para a retomada do debate sobre o desenvolvimento brasileiro. In: **Sociedade e economia: estratégias de crescimento e desenvolvimento**. Brasília: IPEA, pp. 153-168, 2009.

GUJARATI, Damodar N.; PORTER, Dawn C. **Econometria básica**. 5ª ed. Porto Alegre: AMGH, 2011.

HOFFMANN, Rodolfo. Mensuração da desigualdade e da pobreza no Brasil. **Desigualdade e pobreza no Brasil**, Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

HUNT, Emery Kay. **História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias: 2017**. Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100600.pdf>. Acesso em 03 nov 2024.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produto Interno Bruto dos Municípios: Séries históricas, 2002-2023**, 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=series-historicas>. Acesso em 06 mar 2025.

JANN, Werner; WEGRICH, Kai. Theories of the policy cycle. **Handbook of public policy analysis: Theory, politics, and methods**, v. 125, p. 43-62, 2007.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Avaliação de programas sociais no Brasil: repensando práticas e metodologias das pesquisas avaliativas. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 36, 2011.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**, v. 56, n. 2, p. 137, 2005.

KASSOUF, Ana Lucia; OLIVEIRA, Pedro Rodrigues de; AQUINO, Juliana Maria de. Impact evaluation of the Brazilian pension program Benefício da Prestação Continuada (BPC)

on Family Welfare. In: **Pep Research Network General Meeting**, 9., 2011, Siem Reap. Annals... Siem Reap: PEP, 2011.

KÜHN, Daniela Dias; TONETTO, Elci da Silva. O Programa Bolsa Família e os indicadores sociais de combate à pobreza no Rio Grande do Sul: um olhar multidimensional. **Desenvolvimento em questão: revista do programa de pós-graduação em desenvolvimento**. Ijuí. Ano 15, n. 39 (abr./jun. 2017), p.[86]-111, 2017.

KUPFER, David. Em busca do setor ausente. In: **Sociedade e economia: estratégias de crescimento e desenvolvimento**. Brasília: IPEA, pp. 211-221, 2009.

LEITE, Cristiane Kerches da Silva; FONSECA, Francisco César Pinto da; HOLANDA, Bruna de Moraes. Imagens e narrativas do Bolsa Família: análise da retórica da grande imprensa. **Revista de Administração Pública**, v. 53, p. 879-898, 2019.

LIGHT, C.; NWAOBIA, G. E.; NWOBIA, L. I. Effects of conditional and unconditional cash transfers on poverty reduction, education, and health outcomes in Sub-Saharan Africa—A PRISMA Approach. **Journal of Poverty**, p. 1-17, 2024.

LIMA, Ana Carolina da Cruz; SIMÕES, Rodrigo Ferreira. Teorias clássicas do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica: o caso do Brasil. **RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 12, n. 21, 2010.

LOWI, Theodore J. Four systems of policy, politics, and choice. **Public administration review**, v. 32, n. 4, p. 298-310, 1972.

MARQUES, Rosa Maria; MENDES, Áquilas. Crescimento, desenvolvimento e cidadania. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 33, n. 1, p. 293-316, 2005.

MASSUDA, Ely Mitie *et al*; Distribuição do benefício de prestação continuada entre as regiões brasileiras. **Revista Univap**, v. 25, n. 49, p. 139-153, 2019.

MAXIMIANO, Antônio César Amaru. **Teoria geral da Administração: da revolução urbana à revolução digital** - 4ª ed., São Paulo: Atlas, 2004.

MEIRA, Liziane Angelotti *et al*. Programas de transferência de renda condicionada: uma revisão utilizando métodos bibliométricos. **Revista de Direito Econômico e Socioambiental**, v. 13, n. 3, p. 623-652, 2022.

MELO, Peterson Barbosa de. **Dimensões ideológicas no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): uma avaliação a partir de Amartya Sn em Desenvolvimento com Liberdade**. Tese de Doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2022.

MENDES, Vera Lúcia Peixoto Santos; BARBOSA, Angela Maria Gordilho; RODRIGUES, Jorgas Marques. Gestão dos serviços públicos e participação cidadã: estudo com os beneficiários do programa bolsa família. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 13, n. spe, p. 105–120, jun. 2009.

MOHAMED ESA, Mohd Suffian *et al.* Economic empowerment through welfare? MAPPING the employment impacts of conditional cash transfer programs. **Cogent Economics & Finance**, v. 13, n. 1, p. 2598919, 2025.

MONNERAT, Giselle Lavinias; SOUZA, Rosimary Gonçalves de. Da Seguridade Social à intersectorialidade: reflexões sobre a integração das políticas sociais no Brasil. **Revista Katálysis**, v. 14, p. 41-49, 2011.

MONTEIRO, Doraliza Auxiliadora Abranches *et al.* Análise dos indicadores sociais brasileiros pré e pós implementação do Programa Bolsa Família. **Administração Pública e Gestão Social**, [S. l.], v. 2, n. 3, p. 317–338, 2010.

MONTEIRO, Doraliza Auxiliadora Abranches; FERREIRA, Marco Aurélio Marques; SILVEIRA, Suely de Fátima Ramos. Fatores direcionadores da transferência de recursos em programas sociais no Brasil. **REGE-Revista de Gestão**, v. 20, n. 2, p. 147-163, 2013.

MONTEIRO, Doraliza Auxiliadora Abranches; SILVA, Ambrozina de Abreu Pereira; RIBEIRO, Elizabeth Matos. Avaliação da Gestão do Programa Bolsa Família na Bahia. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 3, n. 3, 2014.

MOURA FILHO, Heitor Pinto de. O uso da informação quantitativa em História – Tópicos para discussão. **Locus: Revista de História**, [S. l.], v. 14, n. 1, 2008.

MUNDIM, Pedro Santos *et al.* Bolsa Família, informação e preconceito: uma análise com o uso de experimentos. **Revista do Serviço Público**, [S. l.], v. 70, n. 4, p. 551-575, 2019.

MYRDAL, Gunnar. Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas. 2. ed. Rio de Janeiro: Saga, [1957] 1968. 239 p.

NERI, Marcelo; OSÓRIO, Manuel Camillo. Bolsa Família, tempo na escola e motivações estudantis. **Revista de Administração Pública**, v. 53, p. 859-878, 2019.

NERI, Marcelo Côrtes; VAZ, Fabio Monteiro; SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira de. Efeitos macroeconômicos do Programa Bolsa Família: uma análise comparativa das transferências sociais. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: Ipea**, v. 1, p. 193-206, 2013.

NETO, Raul Lopes Araújo; BEZERRA, Franck Sinatra Moura. BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC) E A PROMOÇÃO DO BEM-ESTAR SOCIAL DE POPULAÇÕES VULNERÁVEIS NO BRASIL. **Revista de Direitos Sociais, Seguridade e Previdência Social**, v. 9, n. 1, p. 17-33, 2023.

NORTH, Douglass C. Agriculture in regional economic growth. **Journal of Farm Economics**, v. 41, n. 5, p. 943-951, 1959.

NUNES, Thalita Santos; CRUZ, Jussara Milany Gonçalves; PINHO, Lucinéia de. Avaliação da segurança alimentar e nutricional de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. **Nutrire Rev. Soc. Bras. Aliment. Nutr**, p. 233-242, 2014.

NURKSE, Ragnar. **Problemas da formação de capital em países subdesenvolvidos**. Revista Brasileira de Economia, 1953.

OLIVEIRA, Simone Mendes *et al.* Condicionalidades e proteção social no programa bolsa família. **Revista Desenvolvimento Social**, v. 1, n. 9, p. 15-23, 2013.

OSORIO, Rafael Guerreiro; SOARES, Sergei Suarez Dillon; SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira de. **Erradicar a pobreza extrema: um objetivo ao alcance do Brasil**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2011.

PADRONES, Kellen *et al.* Análise da distribuição do Bolsa Família em 2010: um programa de governo ou de estado? **Revista Mineira de Contabilidade**, v. 16, n. 3, p. 61-71, 2015.

PASSOS, Paulo Martins dos *et al.* Programa Bolsa Família na perspectiva das pesquisas em administração pública: uma revisão sistemática da literatura. **Organizações em Contexto**, v. 19, n. 38, p. 27-59, 2023.

PEÑA, Carlos Rosano *et al.* A eficácia das transferências de renda: as tendências da desigualdade antes e depois do Programa Bolsa Família. **Revista de Administração Pública**, v. 49, n. 4, p. 889-914, jul. 2015.

PERES, Viviane Aparecida Pereira. A desconfiguração do Benefício de Prestação Continuada (BPC) sob o ultra neoliberalismo. **Argumentum**, v. 16, n. 2, p. 228-243, 2024.

PERILLO, Tainá de Godoy. **Os impactos do Benefício de Prestação Continuada na renda dos idosos beneficiários**. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, 2020.

PERROUX, François. Note sur la notion de "pôle de croissance". **Économie appliquée**, v. 8, n. 1, p. 307-320, 1955.

PINTO, Nelson Guilherme Machado; CORONEL, Daniel Arruda; BENDER FILHO, Reisoli. Eficiência no Desenvolvimento Regional Resultante do Programa Bolsa Família. Aplicação da Análise Envoltória de Dados (DEA) nos Estados e Regiões Brasileiras de 2004 a 2010. **Desenvolvimento em Questão**, v. 13, n. 31, p. 143-172, 2015.

ROMÃO, Maurício E. C. Considerações sobre o conceito de pobreza. **Revista Brasileira de Economia**, v. 36, n. 4, p. 355-370, 1982.

ROSALES, Maritza *et al.* **Programa de benefício de prestação continuada: impacto no estado nutricional e na segurança alimentar dos idosos**. Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, 2022.

ROSENSTEIN-RODAN, Paul N. Problems of industrialisation of eastern and south-eastern Europe. **The economic journal**, v. 53, n. 210-211, p. 202-211, 1943.

ROTH DEUBEL, André-Noël. **Políticas públicas: formulación, implementación y evaluación**. 6ª reimp. Bogotá: Ediciones Aurora, 2009.

ROUGIER, Eric; COMBARNOUS, François; FAURÉ, Yves-André. The "local economy" effect of social transfers: An empirical assessment of the impact of the Bolsa Família program

on local productive structure and economic growth. **World Development**, v. 103, p. 199-215, 2018.

RUA, Maria das Graças. **Políticas públicas**. Departamento de Ciências da Administração/UFSC. Brasília: CAPES: UAB, 2009.

SAMPAIO, Maria Aumeliana Pereira; SOUSA, Eliane Pinheiro de. Efeitos do Programa Bolsa Família sobre os gastos das famílias beneficiárias em Mauriti, Ceará. **Gestão & Regionalidade**, v. 30, n. 90, 2014.

SANTOS, Danilo Braun *et al.* Os efeitos do Programa Bolsa Família sobre a duração do emprego formal dos indivíduos de baixa renda. **Revista de Administração Pública**, v. 51, n. 5, p. 708–733, set. 2017.

SANTOS, Gilmar Ribeiro dos; PALES, Raissa Cota; ROSA, Tereza Raquel Silveira. Intensidade da pobreza na região Norte de Minas Gerais - 1991-2010: uma análise a partir dos dados do PNUD. **Revista Desenvolvimento Social, [S. l.]**, v. 22, n. 1, p. 85–102, 2020.

SANTOS, Ohanna Thays Medeiros *et al.* Perfil de segurança alimentar e nutricional em beneficiários do Programa Bolsa Família em Santa Cruz–RN: análise dos determinantes socioeconômicos: analysis of socioeconomic determinants. **Revista INTERFACE-UFRN/CCSA ISSN Eletrônico 2237-7506**, v. 17, n. 1, p. 107-123, 2020.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Editora Nova Cultural, [1911] 1997.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. Cengage Learning, 2010.

SERAFIM, Milena Pavan; BRITO DIAS, Rafael de. Análise de política: uma revisão da literatura. **Cadernos Gestão Social**, v. 3, n. 1, p. 121-134, 2012.

SILVA, Ana Márcia Rodrigues da; LACERDA, Fernanda Calasans C.; NEDER, Henrique Dantas. A evolução do estudo da pobreza: da abordagem monetária à privação de capacitações. **Bahia Análise & Dados**, p. 509, 2011.

SILVA, Newton José Rodrigues da *et al.* Modelo teórico de análise de políticas públicas e desenvolvimento: um exemplo de aplicação na piscicultura. **Revista de Economia Agrícola**, v. 54, n. 2, p. 43-66, 2007.

SILVA, Danilo Freitas Ramalho da. **A construção do objeto teórico das teorias do Desenvolvimento Econômico**. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo, 2005.

SILVA, Jorge Antonio Santos. **Turismo, crescimento e desenvolvimento: uma análise urbano-regional baseada em cluster**. 2004. Tese de Doutorado. Escola de Comunicações e Artes: Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SILVA, Ambrozina de Abreu Pereira; FERREIRA, Marco Aurélio Marques; MONTEIRO, Doraliza A. Abranches. Desempenho na Gestão Pública do Programa Bolsa Família sob a

perspectiva de análise do Índice de Gestão Descentralizada (IGD). **Desenvolvimento em Questão**, v. 10, n. 21, p. 211-241, 2012.

SOUSA, Maria Luciana Bezerra. **Estudo comparado sobre gastos sociais e os Programas de Transferência de Renda Condicionada**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Pernambuco, 2019.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, p. 20-45, 2006.

TROVÃO, Cassiano José Bezerra Marques. Uma análise territorial da desigualdade de renda e da proteção social no Brasil: heranças e impactos em tempos de pandemia. **Revista de Economia Regional, Urbana e do Trabalho**, v. 11, n. 02, 2022.

TSUI, Kai-yuen. Multidimensional poverty indices. **Social choice and welfare**, v. 19, n. 1, p. 69-93, 2002.

TUPY, Igor Santos; TOYOSHIMA, Silvia Harumi. Impactos dos Programas Governamentais de Transferência de Renda sobre a Economia do Vale do Jequitinhonha. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 44, n. 3, p. 671-692, jul-set. 2013.

VIEIRA, Edson Trajano; DOS SANTOS, Moacir José. Desenvolvimento econômico regional—uma revisão histórica e teórica. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 8, n. 2, 2012.

WOOLDRIDGE, Jeffrey M. **Econometric analysis of cross section and panel data**. MIT Press. Cambridge, MA, v. 108, n. 2, p. 245-254, 2002.